



Universidade Federal do Rio Grande



Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Associação Ampla FURG / UFRGS / UFSM

**MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA:
LIMITES E DESAFIOS DAS ESTUDANTES
MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE – FURG**

Thaís Saalfeld

Orientador:

Prof. Dr. Marcio Caetano

Rio Grande
2019

THAÍS SAALFELD

**MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA: LIMITES E DESAFIOS DAS
ESTUDANTES MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências - PPGEC, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Caetano.

RIO GRANDE

2019

THAÍS SAALFELD

**MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA: LIMITES E DESAFIOS DAS
ESTUDANTES MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação em Ciências - PPGEC, da Universidade
Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Educação em Ciências.

Aprovada em ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcio Caetano (FURG)

Orientador

Prof. Dra. Raquel Pereira Quadrado (FURG)

Prof. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros (UCPEL)

Ficha catalográfica

S111m Saalfeld, Thaís.

Maternidade e vida acadêmica : limites e desafios das estudantes
mães na Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Thaís

Saalfeld. – 2019.

112 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Rio Grande/RS, 2019.

Orientador: Dr. Marcio Caetano.

1. Auxílio infância 2. Política institucional de assistência estudantil
3. Família 4. FURG I. Caetano, Marcio II. Título.

CDU 378.4:364-055.26

*Dedico este trabalho aos meus pais **Bruno** e **Liane**, por todo amor depositado a mim. A vocês meu amor, carinho respeito e admiração. Gratidão eterna.*

AGRADECIMENTOS

A **Deus** em primeiro lugar, por toda sabedoria a mim concedida para a realização desta escrita e, principalmente, por todos os momentos em que somente Ele me sustentou e me guiou;

Aos **meus pais e aos meus filhos, dois gatos**, que são a minha base, minha estrutura, minha força, meu sustento, obrigada por sempre acreditarem em mim e me incentivarem quando nem eu mesmo mais acreditava.

Ao **Oswaldo**, o melhor pai que os meus filhos poderiam ter, obrigada por todo o incentivo, companheirismo e pela nossa amizade, também és parte essencial dessa conquista.

Aos/As **meus/minhas amigos/as e familiares**, os/as que estiveram comigo durante esta jornada e que eu tenho a certeza que estão em minha vida por um propósito divino e com quem eu tenho aprendido muito todos os dias.

Ao **Marcio**, meu orientador, pelas nossas trocas de experiência e pontos de vista diferentes, que foram de extrema importância nesta caminhada, obrigada por ter me ajudado nessa construção.

A querida **Soledad**, por toda dedicação com a qual sempre me ajudou, pelos dias de trabalho que passamos juntas, pela paciência e conhecimento. Gratidão por todo o carinho com o qual sempre fui recebida em sua casa e pela amizade que nasceu a partir dessa escrita.

Às professoras **Mara e Raquel**, membros da banca, gratidão por todas as contribuições ao meu trabalho, tenho muita admiração por vocês.

Ao **PPGEC**, por todas as aulas, seminários e tudo o que aprendi ao longo desses dois anos.

A **FURG**, uma instituição que aprendi a amar e que me orgulho muito em fazer parte, e que agora, ao entregar essa dissertação, saber que pude contribuir de alguma forma em seu crescimento.

A **PRAE**, gratidão a todos os/as colegas, especialmente as minhas colegas da Coordenação de Ações Afirmativas que batalham comigo diariamente por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

As **mães** que participaram da pesquisa, mulheres maravilha, mulheres admiráveis, que com muita garra e força enfrentam dificuldades por um bem maior, que é proporcionar um futuro aos/às seus/suas filhos/as.

Finalizo com as palavras da escritora Cora Coralina que me encantam e muito me representam, pois seguiremos rumo a novos objetivos: **“Mesmo quando tudo parece**

desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”.

Quer ver mulher maravilha?
Observe quem está ao seu redor:
na frente, ao lado e atrás...
São inúmeras.
As que pintam a boca, limpam caixa de gordura e furam paredes,
As que pintam as unhas e trocam chuveiro,
As que dormem sozinhas,
As que passam as noites acompanhadas,
As mães,
As que disseram não a maternidade,
As que leem, escrevem, e as que gritam.
As que trabalham aqui, ali e sempre.
As que pertencem a um grupo ou que lutam sozinhas,
As que se divertem e as que morrem um pouco a cada dia,
As que deixaram esse mundo 'cedo', e as que estão aqui há muito tempo.
As que vestem capas invisíveis e invencíveis todos os dias.
As que se alimentam de arroz e feijão, de vinho ou de vontade própria.
As que estão junto ou só,
As que terminam ou estão prontas para um novo começo.
As que estão na matura idade, ou as que estão na idade.
As que se escondem ou as que vivem a liberdade de ser.
As que silenciam, as que cantam e encantam.
As que sofrem, as que colhem e as que reverberam as maravilhas de ser mulher.

Ana Moura.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo central compreender como os auxílios da assistência estudantil interpelam na permanência na universidade das mulheres que são mães, quais os desafios enfrentados por essas mães a partir das dinâmicas universitárias e mediante esse contexto qual é o papel da universidade frente às demandas apresentadas. Ao definirmos este objetivo, nos interessou entender os cotidianos dessas mães, suas dinâmicas estudantis e as respostas instituições frente às demandas produzidas com a maternidade. Para tanto, por meio das contribuições dos Estudos Culturais de inspiração feminista, buscou-se os elementos necessários para problematizar os dados produzidos a partir de entrevistas roteirizadas aplicadas a cinco universitárias. Ao interpretar os dados, consideramos que apesar das assistências estudantis acessadas pelas estudantes, existiu a carência de políticas capazes de dar conta das necessidades específicas produzidas com a maternidade. A definição de políticas de assistências sexualmente isonômicas e a dotação orçamentária para ao auxílio infância, quando considerado o marcador sexo, acabaram por desfavorecer as universitárias ao considerar que os estudantes pais possuíam as mesmas necessidades que as mães para cuidar de seus filhos e filhas e manterem-se na graduação da FURG. A partir da linha de pesquisa que aborda os efeitos das práticas sociais processadas em diferentes instâncias - laboratório, salas de aula, na universidade e na escola, mídia, entre outras, visando compreender como os discursos e as práticas atuam na produção de “verdades” e de sujeitos, a relevância desta pesquisa para o campo da educação em ciências mostra-se eficaz na medida em que evidenciam o sujeito mãe no espaço acadêmico e suas dinâmicas.

Palavras-Chave: Auxílio Infância, Política Institucional de Assistência Estudantil; Família; FURG.

RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es comprender cómo las ayudas de asistencia a los estudiantes cuestionan la permanencia de las mujeres que son madres en la universidad, cuáles son los desafíos que enfrentan estas madres desde la dinámica universitaria y, en este contexto, cuál es el papel de la universidad frente a las demandas presentadas. Al definir este objetivo, estábamos interesados en comprender la vida cotidiana de estas madres, la dinámica de sus estudiantes y las respuestas de las instituciones a las demandas producidas con la maternidad. Para esto, a través de las contribuciones de Estudios Culturales de inspiración feminista, buscamos los elementos necesarios para problematizar los datos producidos a partir de entrevistas escritas aplicadas a cinco estudiantes universitarias. Al interpretar los datos, consideramos que a pesar de la asistencia estudiantil a la que acceden los estudiantes, faltaron políticas capaces de abordar las necesidades específicas producidas con la maternidad. La definición de políticas de asistencia sexual isométrica y la asignación presupuestaria para la manutención de los hijos, cuando se considera el sexo marcador, terminó perjudicando a los estudiantes universitarios, ya que los estudiantes tenían las mismas necesidades que las madres para cuidar a sus hijos e hijas y mantenerlos en la graduación de FURG. Desde la línea de investigación que aborda los efectos de las prácticas sociales procesadas en diferentes instancias: laboratorio, aulas, universidad y escuela, medios de comunicación, entre otros, para comprender cómo actúan los discursos y las prácticas en la producción de "verdades" y de las asignaturas, la relevancia de esta investigación para el campo de la educación científica demuestra ser efectiva en el sentido de que muestran la asignatura madre en el espacio académico y su dinámica.

Palabras-clave: Auxilio infancia; Política Institucional de Asistencia al Estudiante; Familia; FURG.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 BIOGRAFANDO A PESQUISA: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	19
1.2 OLHARES SOBRE A PESQUISA.....	28
1.3 O PERFIL DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS NA FURG	29
CAPÍTULO I	32
2. COMPREENDENDO AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	32
2.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	32
2.2 A QUESTÃO DO INGRESSO/PERMANÊNCIA.....	36
2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA FURG	40
2.4 UMA BREVE DESCRIÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DA PRAE. 46	
CAPÍTULO II	51
3. MATERNIDADE, UNIVERSIDADE E O AUXÍLIO INFÂNCIA	51
3.1 CONCEITOS, SIGNIFICADOS E MODOS DE SE FAZER MATERNIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	51
3.2 MATERNIDADE E CIÊNCIA: OS DESAFIOS DAS MÃES NO ENSINO SUPERIOR..	57
3.3 O PERFIL DAS MÃES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	62
3.4 O CENÁRIO DA FURG: DO ESTAR DO BEBÊ AO AUXÍLIO INFÂNCIA.....	65
CAPÍTULO III	75
4. MULHERES, MÃES E UNIVERSITÁRIAS	75
4.1 LIMITES DAS ESTUDANTES MÃES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO.	75
4.2 DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DAS ESTUDANTES MÃES.	83
4.3 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS.....	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	109

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante - PDE/FURG	41
Figura II – Página “mães na universidade”	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das participantes da pesquisa	30
Quadro 2 – Registros de Ações de Assistência Estudantil no Brasil	35
Quadro 3 – Modificações do Auxílio Infância 2009-2016.....	68
Quadro 4 – Rotina das mães	76
Quadro 5 – Conciliação das atividades da Universidade com a maternidade.....	79
Quadro 6 – Obrigações da maternidade na graduação	81
Quadro 7 – Relação entre os estudos e a maternidade	84
Quadro 8 – Experiências acerca da maternidade na universidade.....	86
Quadro 9 – Acompanhamento do/da filho/a nas aulas	88
Quadro 10 – Política de Assistência Estudantil voltada as mães	90
Quadro 11 – Acolhimento da Assistência Estudantil da FURG.....	91
Quadro 12 – Propostas para uma política de assistência as mães da FURG.....	92
Quadro 13 – Valor do auxílio infância/despesas	95
Quadro 14 – Ações que podem ser desenvolvidas para a permanência	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de filhos/as por região.....	63
Tabela 2 – Onde (ou com quem) os/as filhos/as ficam, por região onde se localizam as IFES	64

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AP – Acompanhamento Pedagógico

ATD – Análise Textual Discursiva

CAAF – Coordenação de Ações Afirmativas

CAAPE – Coordenação de Atenção e Apoio Pedagógico

CAATE – Coordenação de Alimentação Alojamento e Transporte Estudantil

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBVU – Coordenação de Bem Viver Universitário

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODAFE – Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante

COEPEA – Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DIDES – Diretoria de Desenvolvimento do Estudante

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação

PDE – Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PPGEC – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências

PRAE – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

PROACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROEXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

REUNI – Reestruturação e Extensão das Universidades Federais

SAB – Subprograma de Assistência Básica

SISU – Sistema de Seleção Unificada SUPEST – Superintendência Estudantil

TAE – Técnico em Assuntos Educacionais

TILPS - Tradutor e Intérprete de Libras/Português

UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNINTER – Centro Universitário Internacional

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

1. INTRODUÇÃO

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida. Simone de Beauvoir.

Nesta dissertação proponho uma análise crítica sobre a minha trajetória no espaço universitário, pontuando como a área acadêmica se entrecruza com a área profissional e de como esse entrecruzamento se reflete no momento de fazer escolhas e impulsionar movimentos propositivos relacionados com o exercício profissional do Serviço Social no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil junto aos sujeitos de direitos dessa política, os/as estudantes universitários/as. Neste sentido, a produção de conhecimento pertinente sobre os sujeitos de direitos é de fundamental importância para subsidiar e qualificar o exercício profissional do/da Assistente Social e de outros/as profissionais que atuam na área, daí a importância de produzir uma dissertação no curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências – PPGEC.

Possuo graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, com conclusão no ano de 2009. Após a graduação, no ano de 2010, ingressei no curso de Especialização em Gestão do Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, que concluí no ano de 2011. Optei pela pós-graduação *latu senso*, pois naquele momento ponderei que a especialização me proporcionaria uma área mais geral de atuação. Assim, após o término da pós-graduação no ano de 2011, atuei como Assistente Social em diferentes segmentos no Município de Pelotas: atendimento psicossocial a famílias, projetos sociais, tutoria na Anhanguera Educacional, política de saúde através do trabalho no Pronto Socorro Municipal, Proteção Social Especial de Alta Complexidade na atuação em um Abrigo Municipal e na Proteção Social Básica, na coordenação do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS Fragata.

Em 2017, concluí outro curso de Especialização, desta vez em Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais, pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. O término deste curso resultou em um artigo sobre o estudo social, instrumento específico do Serviço Social, voltado para minha atuação na Assistência Estudantil, iniciando assim minha proximidade com a temática desta proposta de pesquisa.

No ano de 2016, assumi o cargo de Assistente Social na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, e passei a atuar na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. Entre as

diversas atribuições profissionais inerentes a atuação profissional, estão as atividades desenvolvidas no âmbito da política de assistência estudantil com as estudantes que são mães, e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Foi assim que acabei por me aproximar do meu território de pesquisa, e na medida em que me aproximava suscitava uma série indagações, provocando inquietações sobre o tema de investigação, e com isso fui sendo tocada pela situação vivenciada pelas estudantes que são mães no espaço universitário. Diante dessas indagações e com um horizonte de uma proposta de investigação, percebi que era o momento de ingressar no mestrado, pois compreendi que esta investigação produziria conhecimentos científicos relevantes para a comunidade acadêmica, foi assim que em 2017 participei do processo de seleção do PPGEC.

Conforme o título desta pesquisa: *Maternidade e Vida Acadêmica: Limites e Desafios das estudantes mães da Universidade Federal do Rio Grande – FURG*, começo esta proposta destacando que essa pesquisa se encontra emergida por afetos. Com isso, quero dizer que a temática sobre mães universitárias possui elementos empíricos- emocionais que deram base a construção deste trabalho. Dizemos isso, pois a questão da maternidade em um primeiro olhar tende a ser algo romantizado, uma relação de amor entre a mãe e o/a filho/a. Contudo, buscamos nesta pesquisa uma visão do ponto de vista crítico, da construção social em torno da maternidade, de mulheres que precisam desdobrar-se para cumprirem um papel de mãe, companheira, trabalhadora e estudante.

O contato com os/as estudantes através das ações socioassistenciais desenhadas na PRAE me proporcionou o conhecimento sobre a questão das mães universitárias, assistidas pela assistência estudantil na universidade. Nesse espaço de aproximação, as necessidades e as demandas apresentadas pelas estudantes que são mães universitárias estavam interligadas a condição socioeconômica delas e de suas famílias. De modo geral, trata-se de mulheres que vivem em condições de vida precária do ponto de vista econômico, sendo responsáveis, muitas vezes, pela criação dos/das filhos/as sozinhas ou sem o apoio da rede familiar.

A partir desse contexto, percebi que o silêncio dessas mulheres na Universidade me inquietava, e ao ler Eduardo Passos e Virgínia Kastrup (2013) ganhou sentido o que os autores descrevem quando dizem que o desafio é falar de dentro da experiência e não da experiência. Assim, emergiu a ideia de produzir uma investigação sobre o tema das mães universitárias na FURG, que são sujeito de direito da política de assistência estudantil, e que recebem o auxílio infância. No intuito de que a partir da realidade encontrada, por meio do relato das mães universitárias e de suas demandas apresentadas, possa contribuir para o

aprimoramento e qualificação da política institucional destinada especificamente aos/as estudantes universitários/as em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste caminho, diante de tantas vidas que passam pela universidade, a vida de estudantes que experenciam a maternidade na universidade é um desafio, tanto para as mães que enfrentam diversas dificuldades diariamente para conciliar as obrigações entre o estudo e a família, quanto para a universidade que necessita adequar-se as realidades postas. Os elementos empírico-emocionais também se apresentam a partir das falas das mães, que vindas de diferentes origens, pluralidades étnico-raciais e condições socioeconômicas, são mulheres que investiram em uma qualificação profissional através da universidade, para a obtenção do diploma de graduação.

Como Assistente Social na PRAE, tenho me deparado com essas mães e suas invisibilidades no espaço da Universidade. Refiro-me ao termo invisibilidade, pois pouco se fala e se produz conhecimento sobre as situações vivenciadas pelos/as estudantes que possuem filhos/as. Inexistem políticas institucionais para acompanhar a complexidade de vida dessas mulheres. Por exemplo, as ações de assistência estudantil buscam através da oferta de auxílios de assistência básica como, alimentação, transporte e moradia, traçar estratégias para a permanência de estudantes na universidade. Em geral, não é realizado um acompanhamento específico pela política de assistência estudantil em relação à temática das mães universitárias, o que acaba por desfavorecer um grupo de estudantes que são portadoras de direitos e que também ocupam um espaço importante na universidade. Diante dessas inquietações, surgiu a necessidade de produzir conhecimento sobre essas mulheres, que por serem assistidas pelos auxílios da assistência estudantil são vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

Assim, em conjunto com meu orientador, ao realizarmos vários questionamentos a cerca da inserção das mulheres mães na universidade, temos como objetivo nesta pesquisa compreender como os auxílios da assistência estudantil interpelam na permanência dessas mulheres na universidade, quais os desafios enfrentados pelas mães a partir das dinâmicas universitárias e mediante esse contexto qual é o papel da universidade frente às demandas apresentadas.

Dessa forma, organizamos a estrutura desta dissertação da seguinte maneira: no primeiro capítulo buscamos compreender as ações de assistência estudantil no contexto do processo de reestruturação e expansão das universidades federais e suas implicações na questão do ingresso e na permanência dos/das estudantes na universidade, bem como a política de assistência estudantil na FURG, além de uma breve descrição sobre a atuação do Serviço Social na PRAE. A idéia foi contextualizar o terreno sociohistórico e cultural, a partir

do Programa REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, e revelar o lugar de fala do Serviço Social nas ações de assistência estudantil.

No segundo capítulo analisamos a maternidade, a universidade e o auxílio infância. Iniciamos apontando os conceitos, significados e modos de se fazer maternidade na sociedade contemporânea, logo após trazemos os desafios das mães no ensino superior, apontamos ainda o perfil das mães nas universidades federais e o cenário da FURG: do estar do bebê ao auxílio infância. A intenção foi de compreender a relação entre maternidade e ensino superior, os limites e as possibilidades de garantir a permanência de estudantes que são mães na universidade, destacando as estratégias idealizadas pela FURG ao longo dos anos.

O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa a partir das categorias de análise que surgiram com a organização dos dados. São elas: limites das estudantes mães no contexto universitário, desafios e experiências das estudantes mães, e o papel da universidade no acolhimento e permanência das mães universitárias. Com isso, pretendemos com esta pesquisa produzir conhecimento sobre a maternidade na universidade, a partir da narrativa de estudantes que são mães, que estudam na universidade, e que recebem o auxílio infância.

Esta pesquisa segue como percurso a linha do PPGEC – Educação Científica: Implicações das Práticas Científicas na Constituição dos Sujeitos - que investiga os efeitos das práticas sociais processadas em diferentes instâncias - laboratório, salas de aula, na universidade e na escola, mídia, entre outras, visando compreender como os discursos e as práticas atuam na produção de “verdades” e de sujeitos. Entendemos a partir da proposta da linha de pesquisa que a experiência da maternidade atua na produção de sujeitos e das verdades a ele atribuídas. Além da temática da maternidade ser relevante diante desse contexto, a relação entre a maternidade e a vida acadêmica também estabelece ligação direta com a proposta da linha de pesquisa, uma vez que investiga os efeitos desta experiência na universidade sob a perspectiva dos Estudos Culturais. Consideramos também importante destacar a relevância da ampliação da discussão a cerca das formas de se fazer maternidade, pois os discursos sobre o tema ainda circulam em torno da naturalização do papel de mãe às mulheres, desconsiderando o contexto social e as discussões em torno das questões de gênero.

1.1 BIOGRAFANDO A PESQUISA: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A pesquisa encontra-se inserida no terreno dos Estudos Culturais, em uma perspectiva feminista. Entendemos que os Estudos Culturais têm se constituído como um campo de pesquisa na educação, principalmente na Educação em Ciências. Consideramos que os Estudos Culturais se caracterizam especificamente por sua interdisciplinaridade e pela transitoriedade de seus argumentos. À medida que os Estudos Culturais se destinam a interrogar as interações orientadas pelas lógicas de poder e autoridade, também não podemos entendê-los a partir de uma verdade dogmática.

Neste sentido, este campo destina-se a investigar as multiplicidades culturais vigentes no interior das interações sociais e, portanto, em suas conexões interculturais. As pesquisas dos Estudos Culturais, no geral, problematizam os elos entre as diferentes culturas e seus vínculos com poder e a hierarquização. Sinalizamos a partir de Johnson (2010) a finalidade das pesquisas em estudos culturais:

Meu argumento tem sido o que de que existem três modelos principais de pesquisas em Estudos Culturais: estudos baseados na produção, estudos baseados no texto e estudos baseados nas culturas vividas [...] Finalmente, a pesquisa das culturas vividas tem estado estreitamente associada com uma política da “representação”, apoiando as formas vividas dos grupos sociais subordinados e criticando as formas públicas dominantes a luz de sabedorias ocultas. Esse trabalho pode, inclusive, aspirar a contribuir para tornar hegemônicas culturas que são comumente privatizadas, estigmatizadas ou silenciadas (JOHNSON, 2010, p.104-105).

Frisamos as palavras finais do autor ao referir sobre culturas que são estigmatizadas ou silenciadas. Nossa compreensão parte do estigma presente a cerca da maternidade e dos silêncios das mulheres que são mães nos diferentes espaços, entre eles a universidade. Nosso entendimento a respeito da maternidade configura-se de acordo com aquilo que é socialmente produzido em tono dela e de seus significados. Com isso, queremos dizer que compreendemos que não existe uma forma única ou dita como verdadeira e/ou científica de se produzir a maternidade. O que existe em torno dela, são práticas discursivas ancoradas em contextos sociais específicos que realizam uma ação direta na forma pela qual ela é constantemente propagada e atualizada, seja através dos meios de comunicação social, da religião, da intervenção do Estado, seja pelo tipo de organização e de mobilizações da sociedade civil em curso.

Ainda que o sentido da maternidade reflita o momento histórico e esteja atrelado a um determinado contexto social, alguns elementos intrínsecos e constitutivos permanecem ao longo do tempo, ou seja, não se alteram. Por exemplo: desde o século XIX, ser mãe era uma das únicas possibilidades de inserção da mulher na sociedade. Com as mudanças econômicas, sociais e, sobretudo, culturais que ocorreram ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, as mulheres modificaram aos poucos sua forma de inserção na sociedade, ampliando sua participação no mercado de trabalho, aumentando sua representação política nas instâncias de gestão e decisão na esfera pública, impulsionadas por mobilizações feministas, conquistando maior autonomia do seu corpo, entre outros.

Aliadas aos estudos culturais, as epistemologias feministas permitem ampliar a compreensão sobre a maternidade na universidade. Entre as tantas contribuições, destacamos a possibilidade de poder colocar em questão os discursos e práticas culturais ditas como “certas”, ou melhor, como “naturais” na sociedade. As práticas discursivas são resultado, em grande medida, de um processo de educação que busca a padronização normativa das pessoas e principalmente, neste caso em particular, das mulheres que são mães.

Então, preciso realizar a complexa tarefa de problematizar as práticas culturais e educativas que nos ensinaram a naturalizar a subalternidade das mulheres com o cuidado exclusivo sobre as crianças de nossas famílias. Entretanto, esta empreitada não se traduz obrigatoriamente em alterações epistemológicas e políticas. Hoje, as mulheres ocupam os Bancos, os Laboratórios de pesquisa, e espaços de gestão, lugares em que foram alijadas mesmo quando estavam em situação numérica maior. Outro elemento que destacamos, é que de modo geral as mulheres conquistaram lugares de representação social no Brasil. Porém, a questão que emerge não é somente ascender às posições de destaque, mas as configurações que estes lugares assumem e os critérios atribuídos a esses lugares. De modo geral, continuam mantendo a lógica androcêntrica, como destaca Caetano (2016).

Em relação à ciência, nos parece que além de produzi-la, necessitamos reatualizar as formas como a construímos, revisar as teorias da ciência, questionar as teorias que vão buscar em discursos da natureza a justificativa para nos limitar em determinados espaços sociais. Devemos olhar com desconfiança a esses discursos e fazer uma reflexão crítica contínua sobre os modos como elas operam nas Universidades e dinâmicas da vida, buscar com nossos pares a autoridade epistemológica que necessitamos para interagir, estabelecendo uma epistemologia que inclua as mulheres.

As Histórias das sociedades Ocidentais nos mostram de forma individual a dificuldade de resistência das mulheres, mas, de forma coletiva como puderam lograr a autoridade que as

foi sequestrada politicamente. Algumas já iniciaram esta trajetória, talvez, o que necessitemos seja buscar em seus passos a inspiração para criarmos coletivamente os nossos caminhos. Norma Brazquez Graf (2010) nos diz algo importante deste caminho, quando nos diz que:

La epistemología feminista cuestiona la posibilidad y el deseo de la objetividad como una meta de la investigación, así como la relación que se establece entre la persona que conoce y lo que se conoce, entre la persona que investiga y la que es investigada; critica la utilización de la objetividad como medio patriarcal de control, el desapego emocional y la suposición de que hay un mundo social que puede ser observado de manera externa a la conciencia de las personas.” (BRAZQUEZ GRAF, 2010, p. 20).

A cidadania no ocidente transita em práticas sexistas, racistas, classistas e heteronormativas. Este quadro nos sinaliza três questões: a primeira refere-se ao fato de que necessitamos aprender as regras do jogo desta estrutura política; a segunda, de que precisamos, no interior desta estrutura, criticar suas práticas e, a terceira e última questão tem a ver com a perspectiva teórico-epistemológica que adotamos. Assim, neste outro olhar sobre e com o mundo, o campo de produção do conhecimento sobre a maternidade, nosso tema de análise, assume, dentre outras, a necessidade de flexibilizar suas fronteiras disciplinares e metodológicas. Acreditamos que a percepção pós-moderna é uma forma de ver, de viver e de conhecer o mundo em suas relações, o que coloca em constante confronto os diferentes saberes e os valores socioculturais ao estabelecer relações entre concepções distintas e a mesmo contraditórias, negando a dicotomia e nos levando a ver que entre o branco e o preto existem inumeráveis nuances de igual importância (CAETANO, 2016).

As mulheres advindas das camadas populares ainda assumem a maternidade como uma alternativa importante a busca de status e pertencimentos identitários sociais. Cabe ressaltar que a maternidade pode perpetuar o ciclo da pobreza, considerando que as jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao se tornarem mães, tendem a continuar nessa condição à medida que se distanciam da escolarização ou quando permanecem estudando dependem de políticas públicas.

Os trabalhos sobre maternidade enfatizam de modo geral o entendimento desse termo como um marco de passagem da entrada da mulher na vida adulta. Os discursos sobre a maternidade dependem, não somente, da situação socioeconômica, e logicamente do contexto sociocultural em que essas diferentes condições ocorrem. Guedes (2009) argumenta que para as mulheres de nível universitário, os salários não necessariamente se relacionam de forma negativa com a presença de crianças. Este quadro sugere que mais do que ter ou não filhos e

filhas, o que de fato interpelará negativamente na construção da carreira feminina é o exato momento que a maternidade acontecerá.

Ao visualizarmos o mercado de trabalho nos chama a atenção o crescimento de mulheres, tanto em áreas ditas formais, como aquelas classificadas como informais. Contudo, Hirata (2002) irá ressaltar que essa participação feminina vem crescendo, sobretudo, em empregos de condições trabalhistas precárias e/ou que as tornam vulneráveis. Paralelo ao dito pela autora, as desigualdades de salários, as condições de trabalho e de saúde não diminuíram o distanciamento entre homens e mulheres e a divisão do trabalho doméstico manteve-se substancialmente, apesar do maior envolvimento de mulheres nas responsabilidades profissionais. Ao incorporar a categoria gênero ao planejamento do trabalho, devemos considerar a tripla tarefa da mulher: reprodução, produção e administração comunitária, além de diferenciar as necessidades práticas das necessidades estratégicas de gênero, sendo estas elaboradas a partir da análise da subordinação da mulher ao universo homem (Moser, 1989).

Dois estereótipos, segundo Moser (1989) costumam se apresentar nos planejamentos de trabalho envolvendo mulheres: o da família nuclear e o da divisão sexual do trabalho. Para o homem historicamente foi reservado o trabalho produtivo desenvolvido fora do âmbito doméstico, já a mulher, a totalidade da responsabilidade do trabalho reprodutivo, doméstico, de organização da casa e cuidado de crianças. Na maioria das sociedades em desenvolvimento, incluindo Brasil, esta divisão sexual do trabalho foi compreendida como reflexo da "natureza" das coisas e foi reforçada ideologicamente através de sistemas legais, educacionais, midiáticos, de planejamento familiar, científicos e religiosos, sem reconhecer que, neste meio, a posição da mulher foi reiteradamente sendo subordinada à do homem (Moser, 1989). Em situação de crise, no mundo produtivo são as mulheres enviadas às suas casas para dar conta de cuidar do doméstico e das crianças.

Abordar a temática da maternidade nos parece em um primeiro momento algo encantador, cheio de significados afetivos ao relacionarmos o contato da mãe com a criança, permeada por valores cristãos e com a centralidade na família. Contudo, a ideia de que a maternidade é uma experiência positiva, repleta de amor e que todas as mulheres têm o desejo de serem mães tem sido desmistificada na medida em que muitas mulheres vêm discutindo “maternidade real”, os desafios, o lado negativo e a mesmo o arrependimento de serem mães. Lauxen (2018) e Donath (2017) são leituras recentes que abordam essa nova visão sobre uma maternidade realista, que apontam um lado não romantizado de ser mãe. A vida das mulheres é atravessada pelos discursos da obrigatoriedade da maternidade, a dedicação

exclusiva ao marido e aos/as filhos/as, o que faz com que a maternidade seja fixada como o lugar por excelência das mulheres.

A ideologia sexista reproduzida por instituições como família, Igreja e escolas, naturaliza papéis conservadores de gênero que faz com que mulheres correspondam a “qualidades”, “habilidades”, “atividades” e at mesmo “missões sagradas” – como a maternidade – como sendo inatas ao ser feminino, portanto, aparentemente, inquestionáveis. (CISNE, 2015, p.142).

Nesse sentido, a ideologia sexista traz a possibilidade de não questionar práticas e discursos que reiteram o papel da mulher na sociedade e na família, dentre os quais o da maternidade. Nessa perspectiva entendemos que a maternidade é parte de uma construção social, que perpassa diferentes épocas e leituras de sociedade. Apontamos nesta pesquisa, que foi a partir das lutas feministas em torno dessa temática que foram sendo redesenhadas novas formas de se pensar a maternidade. As leituras que nos baseiam como Elisabeth Badinter (2011), Lucila Scavone (2001) e Dagmar Meyer (2005) balizam o importante papel do feminismo na mudança de paradigma sobre os discursos a respeito da maternidade, que abordaremos mais a frente. Outra autora que nos baseia é Fabiana Marcello (2003) que trata em suas escritas a respeito dos das práticas discursivas em torno da maternidade e que são capazes de criar diferentes dispositivos para a maternidade, conforme segue:

Em torno dessa incessante produção discursiva sobre a figura da mãe, sentidos e enunciações entram em tensão, resistem e defrontam-se também como configurações e relações de poder que, mais do que barrá-los, fazemos produzir outros e novos sentidos e práticas discursivas [...] tais práticas discursivas efetivamente produzem (ou deixam de produzir), as formas com que elas orientam, nomeiam, valorizam, julgam, evocam, reforçam, (des)qualificam, hierarquizam, convencionam, enunciam, visibilizam, objetivam, excluem, incluem os sujeitos- mãe no interior de um dispositivo que promove modos claros e específicos de subjetivação feminino-materna (MARCELLO, 2003, p. 25-26).

Ao pesquisarmos o sujeito mãe e sua inserção nos diferentes espaços sociais, mais especificamente na universidade, temos como um ponto central que os corpos estão sujeitos a diferentes discursos, e que segundo descreve Marcello (2003) podem incluir, excluir, delimitar, viabilizar, e tantas outras possibilidades na vida das mulheres. Neste sentido, há uma trama de relações estabelecidas culturalmente que permeia o universo feminino, percebidas como naturais por parte do senso comum, mas ao nosso entendimento, são parte de

elementos culturalmente construídos. Para abordar as culturas e nossas identidades diante delas, utilizamos de Hall (1997) que refere:

O que dominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias, e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. Isto, de todo modo, é o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. (HALL, 1997, p.26).

Se nossas identidades são produzidas culturalmente em torno dos discursos, e tais discursos permeiam nossas vidas, consideramos pertinente explicar o que compreendemos por discurso, também de acordo com Hall (1997), uma vez que este termo é cunhado nesta pesquisa para compreendermos as falas presentes pelas mães universitárias.

O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto a produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (HALL, 1997, p. 29).

A partir dessa perspectiva, nos propomos a discutir uma visão de maternidade construída por elementos culturais, através de discursos, dos quais as mulheres têm sido “cobradas” historicamente, seja por uma obrigatoriedade em serem mães, ou seja, pelo fato de quando se tornam mães terem de viver exclusivamente para o cuidado da criança, ignorando muitas vezes o fato das mulheres exercerem múltiplas jornadas e diferentes papéis ao longo da vida, neste sentido Hays (1998) refere que:

A ideologia da maternidade intensificada é um modelo que aconselha as mães a despenderem uma enorme quantidade de tempo, energia e dinheiro na criação de seus filhos. Numa sociedade em que mais da metade de todas as mães com filhos pequenos trabalha fora de casa, bem poderíamos nos perguntar por que a nossa cultura pressiona as mulheres a dedicar tanto de si mesmas à criação de seus filhos. Além do mais, numa sociedade em que a

lógica do ganho egoísta parece orientar o comportamento em tantas esferas da vida, poderíamos também nos perguntar por que uma lógica altruísta de proteção e carinho orienta o comportamento das mães. Esses dois fenômenos intrigantes constituem o que chamo de contradições culturais da maternidade contemporânea (HAYS, 1998, p. X).

No contexto do que a autora denomina de contradições culturais da maternidade contemporânea, se insere o dilema das mães que são estudantes universitárias, que ao conciliarem a maternidade com a vida acadêmica encontram-se diante de desafios. Por exemplo, ao serem julgadas por estarem estudando e deixarem o/a filho/a sobre a responsabilidade de outras pessoas, ou por acabarem tendo que escolher entre a carreira científica e o cuidado com a família, por pressão familiar.

Os estudos de Urpia e Sampaio (2009) apontam que a mulher encontra-se em desvantagem na permanência na universidade, em razão de ser um grupo social com especificidades e que, portanto necessitam de atenção especial por parte da instituição. Bittencourt (2011) refere que os discursos em torno da produtividade na vida acadêmica também impactam a vida das estudantes, uma vez que com a falta de uma política institucional que apóie de fato as mães universitárias tende a perpetuar essa desvantagem.

Com a extensão do significado de cultura – de textos e representações para práticas vividas –, considera-se em foco toda produção de sentido. O ponto de partida é a atenção sobre as estruturas sociais (de poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como o deslocamento do sentido de cultura da sua tradição elitista para as práticas cotidianas (ESCOSTEGUY, 2010, p.143).

Com isso, buscamos compreender através das práticas cotidianas, conforme sinalizou a autora, como se inserem na universidade as mulheres que são mães, e que precisam conciliar os estudos com a maternidade e tantas outras jornadas as quais se submetem diariamente. A universidade possui um importante papel tanto na formação profissional quanto na formação pessoal dos/as estudantes, pois é uma instituição social, de caráter inclusivo e democrático, conforme evidência Chauí (2003):

(...) a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003, p.01).

Ao compreendermos a universidade como sendo este espaço de legitimidade, consideramos ser também um local de acesso e garantia de direitos aos/as estudantes, tanto no ingresso à educação superior pública, quanto para outras demandas que forem necessárias para a permanência dos/das estudantes. A respeito da assistência estudantil, utilizamos do conceito de Souza (2011) para abordarmos nosso entendimento acerca da importância da assistência estudantil para o acesso e a permanência de estudantes na Universidade, enquanto uma política que além de assistir aos/as estudantes em relação aos auxílios/benefícios estudantis, também aponta as questões pedagógicas como parte dessa assistência.

Ao realizarmos o levantamento de produções científicas sobre o tema de pesquisa: “estudantes que são mães vinculadas à assistência estudantil”, não foram encontradas nem teses ou dissertações. Nem todas as mães universitárias estão vinculadas a assistência estudantil, ainda que sejam sujeito de direito desta política, isso ocorre muitas vezes por desconhecimento da política na universidade. A proposta desta pesquisa é sobretudo escutar os sujeitos de direitos da política de assistência estudantil, mais especificamente do auxílio infância: as mães estudantes universitárias, cuja experiência vivida e sentida no cotidiano da vida acadêmica constituiu uma importante referência para entender a relação entre a maternidade e suas dinâmicas, o papel da assistência estudantil na permanência das estudantes e principalmente as ações da universidade diante do contexto apresentado.

Considerando esses aspectos, buscou-se adotar uma metodologia adequada que compreendesse a concepção teórica da realidade estudada, mas também os procedimentos metodológicos elencados, os quais possibilitam captar a realidade em questão. Nessa perspectiva, a teoria e a metodologia caminham juntas, ou seja, a escolha do método de estudo acompanha a escolha dos procedimentos metodológicos utilizados (Minayo, 1992). Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, optou-se por uma análise que compreendesse os dados da pesquisa de forma dinâmica, aprofundando os fenômenos de maneira criteriosa. Moraes e Galiuzzi (2011, p.11) referem sobre a pesquisa qualitativa que: “não se pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados.”

Considerando todos os aspectos aqui alçados, a pesquisa foi realizada através de um questionário com questões abertas e fechadas, que compõe as preocupações a cerca da tríade: maternidade, política de assistência estudantil e vida universitária na FURG. As estudantes foram selecionadas a partir de uma amostragem não-probabilística intencional, que segundo Gil (2008, p.94) “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”. Esta

escolha deveu-se ao fato de que nesta pesquisa não houve a preocupação de buscar elementos que pudessem ser generalizados, mas sim de tentar compreender e aprofundar as questões relacionadas a maternidade, ao auxílio infância e a permanência na universidade. Com isso, foram definidas mães estudantes que recebem o auxílio infância, para conhecer quem são essas mulheres, qual é o impacto do auxílio infância em suas vidas e quais as dificuldades enfrentadas na Universidade por serem mães.

Para ter acesso a essas estudantes, bem como identificá-las e selecioná-las para serem sujeito de pesquisa, buscou-se através da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, de forma mais específica, no *sistemas FURG*¹, todas as informações necessárias referentes a essas estudantes. Dessa forma, foram selecionadas mães estudantes universitárias que receberam o auxílio infância entre os anos de 2016 e 2017, matriculadas em algum curso de graduação no campus Rio Grande da FURG. Foram excluídas desta seleção as estudantes indígenas e quilombolas, pois seu ingresso é por um processo de seleção específico que não leva em consideração aspectos referentes a vulnerabilidade socioeconômica.

Os dados arrolados mostraram que neste universo houve um total de 130 estudantes, 118 mulheres e 12 homens que receberam o auxílio infância no período estipulado. Após a obtenção desses números foram aplicados quatro critérios de seleção, o primeiro deles foi excluir os homens da pesquisa, uma vez que a proposta de investigação foi somente com mulheres. O segundo critério foi quantitativo, fazendo referência ao número de meses em que foi requerido o auxílio, ou seja, foram selecionadas as mães que realizaram a solicitação de no mínimo 18 ao máximo de 21 meses.

O terceiro critério foi em relação às estudantes ainda estarem vinculadas a assistência estudantil no ano de 2018, independente do número de solicitações realizadas. O quarto critério foi quanto à residência, pois foram selecionadas somente as mulheres que moram em Rio Grande/RS. A partir dos critérios de seleção descritos, encontrou-se o número de 25 estudantes, que representam um percentual de 21,18% do total de mulheres que solicitaram o auxílio infância nos anos de 2016 e 2017, sendo estas as selecionadas pela pesquisa.

Para realizar a análise dos dados obtidos na pesquisa, optou-se por escolher a Análise Textual Discursiva - ATD. Moares e Galiazzi (2011) discorrem que a ATD se organiza em três ciclos que se complementam, conforme segue:

¹ Sistema de informações online criado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI.

1 – Desmontagem dos textos – onde após a leitura do texto, o mesmo é fragmentado e cabe ao pesquisador examinar cada detalhe para formar as unidades de análise. Esse processo também é conhecido como unitarização.

2 – Estabelecimento de relações – a partir da unitarização dos dados, os elementos são reunidos e categorizados, de forma a combinarem e classificarem tais unidades de análise. As categorias podem surgir a partir do método dedutivo, indutivo ou intuitivo.

3 – Captando o novo emergente – após os dois ciclos anteriores, o texto ganha novas visões, a partir da combinação do que foi unitarizado e categorizado. Surge então o meta-texto, que procura explicar os novos elementos resultantes.

Assim, a ATD é operada através do sentido que o pesquisador interpreta a leitura do texto, ou seja, pode haver muitos significados para um mesmo texto, e com isso surgir novos ciclos de análise dependendo da interpretação a ser realizada. Além disso, a análise a ser realizada também está baseada nas concepções que constituem o pesquisador, nas teorias pelas quais se orienta, portanto, os significados a ela atribuídos surgem a partir das experiências trazidas pelo pesquisador.

1.2 OLHARES SOBRE A PESQUISA

Compreendemos de uma maneira geral que a participação em uma pesquisa não deve ser imposta, para que as respostas obtidas sejam a partir do interesse do entrevistado em colaborar com a proposta da pesquisa, com isso, respeitou-se o direito daquelas estudantes selecionadas que não manifestaram interesse em participar da pesquisa e/ou não retornaram o contato.

Em relação às participantes, das vinte e cinco selecionadas, houve um total de cinco manifestações positivas, ou seja, estudantes que concordaram em participar da pesquisa. Ao informar o número de mães que participaram da pesquisa de maneira voluntária, ousamos dizer que foi extremamente gratificante a maneira pela qual essas mulheres se dispuseram na participação da pesquisa, através da demonstração de apreço pela temática pesquisada. O sentimento de reciprocidade, vivenciado a partir desta experiência de correspondência das mães em relação à pesquisa, foi deveras importante para a insistência na realização do desenvolvimento da mesma.

Dizemos isso, pois conforme abordado no início desta escrita, um trabalho que se desenvolve em meio a afetos tende a tornar-se algo motivador, pois há uma gama de

sensações que são suscitadas a partir das manifestações recebidas, e que afetam não somente às mães participantes da pesquisa, como também a pesquisadora.

Neste sentido, ainda que este número de participantes não corresponda às expectativas iniciais, consideramos que as respostas obtidas nos trazem muito sentido a proposta que foi desenvolvida, de conhecer a realidade das mães universitárias na FURG. Assim, consideramos que o número de participantes não interferiu na qualidade do que foi obtido como resposta, e que, é necessário um olhar afetuoso sobre o que foi trazido pelas mães universitárias em suas falas.

1.3 O PERFIL DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS NA FURG

Ao traçarmos um perfil sobre as participantes da pesquisa, sentimos a necessidade de realizar alguns esclarecimentos que consideramos serem pertinentes para um melhor entendimento. Primeiramente, cabe apontar que as pessoas envolvidas na pesquisa, antes de serem universitárias e mães, são mulheres. Algumas delas são casadas, solteiras, viúvas, chefes de família, que estão inseridas em diferentes contextos de vida, classes sociais, etnias, idades, grupo familiar, mas que recorrem à universidade em busca de melhores condições de vida.

Além disso, as mulheres participantes da pesquisa se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, além dos marcadores apontados, a desigualdade social oriunda do sistema capitalista de produção, perpassa o cenário da pesquisa, atravessando a vida das mulheres em questão.

[...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que as leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa, por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens...Nunca vimos uma madame gritando na porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma *socialite* que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade (TOLEDO, 2001, p.9-10).

Conforme a autora, ser mulher para umas é diferente de ser mulher para outras, portanto, ainda que sejam universitárias e mães, o que as une no universo da pesquisa, são ao mesmo tempo diferentes em seus modos de vida. Muitas mulheres, principalmente as de baixa renda, precisam se submeter a jornadas “triplas” diariamente, em uma rotina que envolve a casa, o trabalho e os estudos, lutando por sua sobrevivência. Queremos com isso mostrar que precisamos olhar para além de um grupo de estudantes selecionadas para responderem uma pesquisa, por trás de cada estudante há uma mãe, com sua história de vida, com fatores emocionais, financeiros e culturais que influenciam diretamente nas escolhas as quais se submetem diariamente. Assim, precisamos observar a individualidade de cada resposta, entendendo que há fatores que as unem, e que as tornam únicas ao mesmo tempo.

Com inspiração na letra da música “Ela bamba” interpretada pela cantora Ana Carolina que retrata nomes de mulheres que se inventam e reinventam diariamente em suas vidas, [...] “mãe, passista, atleta, manicure, diplomata, dona da boutique, enfermeira, acrobata”, surgiram os nomes com os quais as mães foram identificadas na pesquisa. Optou-se por desenvolver desta forma a identificação, para que os nomes das estudantes fossem preservados e para que as mesmas pudessem se sentir mais a vontade em suas respostas. Entende-se que por mais que os nomes das estudantes não sejam divulgados, há uma necessidade em tornar “real” e mais fiel vel suas respostas, evidenciando quem são, como pensam, e de que forma gostariam de contribuir para uma política de atenção as mães universitárias na FURG.

Antes de avançarmos na discussão, apresentamos uma breve contextualização de quem são cada uma das mulheres que fizeram parte de nossa trajetória de pesquisa, do ponto de vista de idade, organização familiar e demais questões consideradas importantes para que possamos conhecer as protagonistas do presente estudo.

Quadro 1 – Perfil das participantes da pesquisa

Ana	Viúva, 45 anos, dois filhos com 8 e 4 anos, residente no bairro Vila Bernadeth, assistida pelo auxílio infância desde março de 2015, cursando Pedagogia.
Rita	Casada, 32 anos, um filho de 4 anos, residente no bairro Parque Marinha, assistida pelo auxílio infância desde março de 2016, cursando Administração.
Joana	Casada, 28 anos, um filho de 5 anos, residente no bairro Cohab I, assistida pelo auxílio infância desde abril de 2013, cursando Pedagogia.

Iracema	Solteira, 25 anos, um filho de 6 anos, residente no bairro Cidade Nova, assistida pelo auxílio infância desde março de 2016, cursando Biblioteconomia.
Carolina	Solteira, 24 anos, um filho de 4 anos, residente no bairro Getúlio Vargas, assistida pelo auxílio infância desde março de 2016, cursando Engenharia Bioquímica.

Fonte: Quadro elaborada pela pesquisadora.

No tocante à moradia, como se pode aferir, as mães residem em bairros que podem ser considerados periféricos na cidade do Rio Grande/RS: Bernadeth, Vila Maria, Cohab I, Cidade Nova e Getúlio Vargas. O grupo de mulheres que compõem o recorte da pesquisa é heterogêneo, no que diz respeito à faixa etária, ainda que 3 das entrevistadas tenha entre 24 e 28 anos. Todas elas recebem o auxílio infância há pelo menos três anos, o que possibilita que seus relatos sejam permeados por experiências e vivências no âmbito da Universidade que não são recentes, mas se estendem ao longo dos últimos anos, o que comporta diferentes fases da infância das crianças e da trajetória acadêmica.

Em relação aos cursos nos quais estão matriculadas, alguns deles são ofertados em turnos únicos sendo diurnos ou noturnos, no entanto há cursos de período integral que fazem com que a estudante necessite passar todo o dia na universidade, o que influencia diretamente na sua rotina diária e no tempo em que passa com o/a filho/a, como no caso de Carolina, que cursa Engenharia Bioquímica.

CAPÍTULO I

2. COMPREENDENDO AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e neste caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.
Florestan Fernandes.

Este primeiro capítulo abordará as ações de Assistência Estudantil, principalmente após o início do processo de expansão do ensino superior, ocorrido nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, a partir do ano de 2007 quando foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Posteriormente, para mostrar o local onde a pesquisa está inserida, será trazida a maneira pela qual a FURG organiza suas ações na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE.

Para dar continuidade, pontuarei a atuação do Serviço Social na PRAE, pois conforme mencionado, este espaço de trabalho configura-se como meu local de atuação. Portanto, acredito que abordar sobre a atuação enquanto Assistente Social corrobora com o entendimento do ponto de vista desta crítica. Será apontado também o processo de inserção dos e das estudantes na assistência estudantil, através da concessão dos benefícios disponibilizados pela Universidade, entre eles, o auxílio infância.

2.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O debate acerca da assistência estudantil e suas definições pressupõe diferentes concepções. Vasconcelos (2010) aborda a assistência estudantil como provimento de recursos necessários ao desenvolvimento do/da estudante no período da graduação. Este percurso argumentativo também é defendido por Araújo e Santos (2010) que entendem que para a permanência de estudantes no ensino superior o Estado deve garantir a elaboração e execução de políticas públicas de assistência estudantil, que tenham como objetivo central a inclusão e permanência de estudantes no Ensino Superior. Em outras palavras, as autoras aqui citadas entendem que a expansão do Ensino Superior por meio de ações inclusivas passa obrigatoriamente pelas políticas de assistência estudantil.

Para além dos argumentos de Vasconcelos (2010) e Araújo e Santos (2010), outros autores irão retratar a assistência estudantil para além do provimento de recursos financeiros.

Eles demonstram uma maior abrangência das ações a serem desenvolvidas, desde alimentação e transporte até as questões pedagógicas. Sobre este eixo reside intenso debate, na medida em que ela se caracteriza como elemento central na permanência de estudantes no Ensino Superior.

Para Santos (2005), as políticas de assistência estudantil no Ensino Superior não devem ser limitadas e/ou concebidas como ações que visam a redução das taxas de evasão. Para o autor, elas são instrumentos de qualificação e inserção de estudantes no mundo cidadão do trabalho. Podem ainda ser entendidas como instrumentos que buscam superar as formas desiguais com que a cidadania, medida pela educação, é acessada no Brasil. Faro (2008) trata a assistência estudantil no âmbito de um programa de apoio que deve agir de forma intersetorial para a emancipação e promoção dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao usarmos o termo vulnerabilidade socioeconômica, queremos nos referir as questões, tanto estruturais, quanto emocionais, que compõem a vida das pessoas, neste caso de estudantes universitários/as, conforme segue:

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, p. 35).

Tendo como suporte estes pontos de vista, para especificar o que compreendemos por assistência estudantil, dentre tantos, consideramos a descrita por Souza (2011), como a que melhor se aproxima de nossa leitura. Identificamos em sua escrita uma forma de abranger a assistência estudantil considerando diversas nuances, já que se apresenta como um programa entrelaçado por muitas vias, compostas por instrumentos, recursos humanos e financeiros, entre outras questões implícitas, conforme segue:

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (SOUZA, 2011, p. 3).

Com base no conceito a ser seguido, faz-se necessário referir que a assistência estudantil é um programa pertencente à política pública de Educação Superior, marcado por

demandas e lutas desenhadas pelos movimentos sociais em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e equânime para todos os segmentos da sociedade, inclusive para aqueles segmentos que historicamente tiveram negados os seus direitos cidadãos. Ao defender que a assistência estudantil surge a partir da política pública de educação, é necessário trazer um breve conceito sobre o que se entende por política pública, uma vez que a discussão sobre este tema discorre de definições separadas entre política, papel do Estado e da sociedade.

De acordo com Pereira (2008, p.96) “trata-se, pois a política pública, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos”. Portanto, são os papéis desempenhados pelo Estado e pela sociedade, através dos mecanismos que engrenam e dão forma às políticas públicas, que elas são desenvolvidas. Neste sentido:

Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade (SILVEIRA, 2012, p. 49).

Assim, a assistência estudantil enquanto política pública que visa a garantia dos direitos de estudantes através de ações a serem desenvolvidas nas IFES, não deve ser entendida ou executada como assistencialismo ou caridade, por parte tanto de quem a executa, quanto da pessoa que é assistida por ela. O viés pelo qual a assistência estudantil é compreendida no espaço acadêmico está ligado diretamente à maneira pela qual os e as profissionais que nela atuam a concebem. Consequentemente interpela a concepção estudantil, ou seja, a conjuntura pela qual a assistência estudantil é vista pela comunidade acadêmica propicia uma atuação por duas perspectivas: política pública de direito ou prática assistencialista. Cabe a gestão das IFES realizarem espaços de discussões profissionais e estudantis, para que a atuação da assistência estudantil seja de fato uma ação que vise a garantia de direitos.

Em termos mais abrangentes em relação a esta política pública pertencente a educação, podemos dizer que um dos maiores desafios da assistência estudantil, é que ela ainda é executada através de um programa nacional e não fixada por lei, o que traz insegurança, já que a extinção ou reformulação de um programa não ocasiona tantos trâmites burocráticos. Nas palavras de Dutra e Santos (2017, p.175), a luta segue no sentido de “... garantir que o PNAES se efetive enquanto política de Estado, e não de Governo, a fim

de afastar o risco sempre presente de retração ou mesmo extinção desse importante Programa para uma efetiva democratização da Educação Superior”.

Chamamos a atenção para outra referência que consideramos importante para um melhor entendimento sobre a assistência estudantil, que é a diferença existente entre plano e programa. No site do Ministério da Educação – MEC, a sigla PNAES aparece como sendo Plano Nacional de Assistência Estudantil, já o decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Ambos possuem a mesma sigla, também sendo PNAES, dessa forma, ao perceber a confusão existente entre plano e programa utilizamos as definições de Teixeira (2009, p.4) sobre ambas as referências:

PLANO – É o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade.

PROGRAMA – É o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.

Portanto, o termo “programa” é entendido como sendo o mais adequado para definir as ações de assistência estudantil executadas pelo Governo Federal, compreendendo e utilizando assim a sigla PNAES como sendo Programa Nacional de Assistência Estudantil. Para abordar a assistência estudantil a partir das ações de expansão do ensino superior, é necessário apontarmos algumas datas relevantes que descrevem os principais acontecimentos históricos decorrentes de ações da organização política do movimento estudantil, desde o século XIX, e que resultaram no processo de expansão atualmente vivido.

Quadro 2 – Registros de Ações de Assistência Estudantil no Brasil

ANO	ACONTECIMENTO
1901	Criação da Federação dos Estudantes Brasileiros
1928	Criação da Casa do Estudante brasileiro em Paris
1929	Primeira Casa do Estudante no Rio de Janeiro
1937	Fundação da União Nacional dos Estudantes - UNE
1979	Reativação da UNE após o fechamento na ditadura civil-militar
1970	Criação do Departamento de Assuntos Universitários - DAU pelo MEC
1985	Reativação do DAU que passou a chamar-se Departamento de Assistência ao Estudante - DAE

1987	Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários – FONAPRACE
1987	Criação da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE pelo MEC

Fonte: NASCIMENTO; ANTUNEZ (2012). Quadro elaborado pela pesquisadora.

Esta linha do tempo menciona algumas atividades que culminaram nas atuais ações desenvolvidas para a assistência estudantil, e principalmente, ilustra um cenário marcado por lutas e conquistas, considerando o período de autoritarismo ocorrido no país entre os anos de 1964 e 1985, caracterizados pela ditadura civil-militar.

Para dar início ao processo de reconfiguração das IFES, foi lançado o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Assim, as universidades precisaram readequar-se para expandir seu espaço físico, aumentar o número de cursos oferecidos, bem como o de docentes e de pessoas técnicas, na qualificação dos serviços a serem disponibilizados à comunidade acadêmica. Um dos resultados da implantação do processo de expansão foi à possibilidade de viabilizar o ingresso de estudantes de diferentes regiões do país através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e do Sistema de Seleção Unificada - SISU.

2.2 A QUESTÃO DO INGRESSO/PERMANÊNCIA

Para vários/as estudantes, a universidade pública se caracterizava como uma utopia. Ainda que o sonho fosse mantido, sua realização encontrava-se em um horizonte desconhecido. Segundo Trevisol e Nierotka (2015) esse quadro seria herança de uma educação elitizada marcada por desigualdades sociais e raciais. Neste sentido, Santos (2011) nos provoca quando diz:

Talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados (SANTOS, 2011, p.69).

Diante do exposto, o desafio não é somente o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos e das estudantes nas universidades. Para que suas permanências nas IFES fossem priorizadas, posteriormente no ano de 2010, para proporcionar ações no âmbito da

assistência básica aos/às estudantes, foi lançado o decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o PNAES. Em linhas gerais, o objetivo do PNAES é ampliar as ações de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, a partir da oferta de subsídios em diferentes segmentos, como alimentação, transporte e moradia.

Portanto, a vulnerabilidade social de estudantes é um fator determinante para o aproveitamento das oportunidades e para a qualidade de vida que possuem. Diante disso, é papel da universidade pública disponibilizar subsídios adequados às suas necessidades, não limitando-se à assistência estudantil, mas também relacionados à infraestrutura da universidade. Assim, a partir de 2010 com o surgimento do PNAES as ações de natureza sócioassistencial no âmbito da assistência estudantil assumiram nas IFES, o status de política pública, reconfigurando inclusive as estruturas universitárias com as criações das pró-reitorias de assistência estudantil ou equivalentes. No geral, mesmo não gozando de status equivalentes frente as tradicionais pró-reitorias, as PRAE's detinham orçamentos superiores as demais, já que precisavam propiciar o subsídio aos/às estudantes.

É importante destacar que antes da elaboração e implantação do PNAES, no geral já haviam ações de assistência estudantil em universidades brasileiras voltadas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É o caso das casas de estudantes e dos restaurantes universitários subsidiados com recursos próprios das IFES. Contudo, a dificuldade de acesso e permanência dos e das estudantes que conseguiam chegar a universidade, se perpetuava.

O ingresso e a permanência na universidade são elementos das relações de dominação existentes no campo universitário, materializadas nos procedimentos formais (exames de seleção, avaliações) e informais (relações sociais e processos simbólicos), e que permitem a manutenção da estrutura vigente (PEREIRA; PASSOS 2007, p.30).

Segundo as autoras, é o próprio funcionamento do ensino superior, a partir de seus procedimentos e através de suas relações de dominação, que corrobora com a manutenção do sistema vigente. As pressões exercidas pela sociedade através dos movimentos sociais, estudantis, entre outros, mobilizaram a elaboração de medidas, com o objetivo de viabilizar a inserção dos/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas IFES.

O ingresso e a permanência dos/das estudantes traduzidas em necessidade e em demandas exerciam pressão na esfera pública, e ameaçavam a manutenção da coesão social na sociedade brasileira. Para que seja viabilizado o ingresso no ensino superior de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi necessária a criação de políticas públicas de permanência, como no caso da assistência estudantil.

O acesso ao ensino superior deve vir acompanhado de medidas efetivas que garantem a permanência dos estudantes nas universidades. Isso requer investimento considerável em assistência estudantil e depende do fortalecimento da educação pública em todos os níveis, fundamental, médio e superior. Assim como de reformas sociais profundas que conduzam uma melhor distribuição de renda, rompendo com a aviltante desigualdade e a crônica injustiça social existentes no Brasil (PAULA, 2009, p.19).

Questionamos aqui, se de fato a assistência estudantil tem sido entendida na universidade como um investimento aos sujeitos que usufruem desse direito, nessa perspectiva Silveira (2012) aponta que:

[...] a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimento, pois suas consequências são a formação de jovens capacitados para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados (SILVEIRA, 2012, p. 48).

Tanto Paula (2009) quanto Silveira (2012) assinalam a assistência estudantil não apenas do ponto de vista da consolidação de um direito ou investimento, mas, principalmente como uma estratégia de fortalecimento da formação ampliada. Segundo eles, através do Ensino Superior público e a partir da aplicabilidade da política social, o sujeito pode alcançar mais do que um diploma universitário, pode tornar-se protagonista do exercício cidadão. Para Loureiro (2002) cidadania é algo que se constrói permanentemente e, que não possui sua origem e base na divindade ou natureza. Por ter em sua base direitos inalienáveis, a cidadania se constitui ao dar significado de pertencimento político e participativo ao sujeito, em cada fase histórica.

Dessa forma, o exercício da cidadania a partir do pertencimento do/da estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica à universidade perpassa também pelo acesso à assistência estudantil, pois são as ações desenvolvidas por ela que efetivam a jornada acadêmica. Trazendo ainda a diversificação no acesso à universidade e a ampliação da democratização do seu acesso, cabe citar a Lei nº 12.711, de 29 de agosto

de 2012, que trata da política de cotas. Segundo esta lei, 50% das vagas das IFES deverão ser destinadas aos/às estudantes advindos/as do ensino médio de escolas públicas. Destas, 25% são para renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e os outros 25% aos/às estudantes com renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio.

Caetano, Gaivizzo e Goulart (2017) entendem que existe uma lógica compensatória e distributiva por trás das políticas de Ações Afirmativas, a exemplo do sistema de cotas. Compensatória no sentido de reparar as arbitrariedades que transpassam a vida dos grupos sociais excluídos, e, distributiva na medida em que visa promover a igualdade com a intenção de disponibilizar bens e serviços, entre eles a educação.

Esse viés - por meio de movimentos sociais e teóricos que buscam enfrentar, no contexto da sociedade de mercado, as desigualdades sociais e educacionais entre esses grupos - percebe a equidade do acesso ao sistema de ensino como uma estratégia de imenso valor para esse público. Entretanto, a promoção da igualdade exigiria, ao mesmo tempo, redistribuição econômica e reconhecimento de identidades, uma vez que pressupõe formas de inclusão. (CAETANO; GAIVIZZO; GOULART, 2017, p.104).

Ainda que a redistribuição econômica não esteja na pauta da sociedade capitalista, é preciso buscar o reconhecimento das identidades como forma de inclusão. Para isso, há que se reconhecerem as especificidades dos grupos sociais que se apresentam no contexto da universidade. Assim, a discussão sobre as Ações Afirmativas abre um imenso leque de argumentos e fundamentações importantes, para ilustrar o que são essas ações, seguirei o seguinte conceito:

[...] Elas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos (PIOVESAN, 2005, p. 49).

Destaca-se que consideramos as mulheres como parte do grupo de vulneráveis que buscam por igualdade, demonstrando a necessidade da abordagem deste tema, evidenciando que a questão feminina é parte das ações afirmativas. Em relação ao acesso de estudantes pertencentes a diferentes classes sociais às universidades públicas, Chauí (2001) faz uma importante crítica, mesmo que tal realidade tenha avançado após a criação da Lei referente às cotas sociais:

[...] A maioria deles é forçada ou a desistir da formação universitária ou a fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade. Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública gratuita (CHAUÍ, 2001, p. 37).

Assim, se há uma vantagem meritocrática com a perpetuação deste grupo social na universidade pública, podemos dizer que as ações do governo federal dos últimos doze anos, destinadas à ampliação do acesso às universidades públicas e a oportunidade de ingresso para a população marginalizada, demonstram que a educação é uma forma de redistribuição de riquezas, ou ao menos essa é sua promessa. Dessa forma, o desafio da inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade social no ensino superior impacta no privilégio dos grupos sociais historicamente detentores das cadeiras nas universidades públicas, conforme evidencia a autora.

2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA FURG

O PNAES em seu decreto refere que são as IFES que devem indicar a maneira pela qual as ações da assistência estudantil serão destinadas e organizadas. Quanto a questão orçamentária, o site do MEC² informa que o valor destinado às IFES, varia de acordo com o número de estudantes e de vagas oferecidas por meio do SISU, também é levado em consideração neste repasse o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município.

De acordo com os dados viabilizados no site da FURG referentes ao orçamento 2007-2017³, este valor é de aproximadamente R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Cabe a Gestão da Universidade, juntamente com as Pró-reitorias de Assistência Estudantil e Planejamento e Administração – PROPLAD definir a matriz orçamentária para que posteriormente a PRAE, através da publicação dos editais de auxílios/benefícios, possa determinar o número exato de cada ação a ser disponibilizada.

Para subsidiar as ações de assistência estudantil da FURG, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA deliberou no ano de 2010 o Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante – PDE⁴, que tem como objetivo promover ações para o desenvolvimento do/da estudante universitário/a de graduação e pós-

² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32725>.

³ Disponível em: https://www.furg.br/index.php?id_noticia=28671.

⁴ Disponível em: <https://prae.furg.br/images/Documentos/Documentos/Deliberacao.pdf>

graduação regularmente matriculado/a na instituição, contemplando três eixos que fazem parte da vida do/da estudante e que foram estruturadas em três subprogramas de atendimento, o apoio pedagógico, a formação ampliada e a assistência básica.

Do ponto de vista regimental, o Subprograma de Apoio Pedagógico – visa a melhoria do desempenho acadêmico através de diferentes ações, como bolsas de estudo e participações em projetos; o Subprograma de Formação Ampliada – visa a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, representação estudantil, cultura e esporte; e o Subprograma de Assistência Básica – visa às ações de permanência citadas anteriormente, que na FURG se expressam através dos auxílios alimentação, transporte, moradia, permanência e infância (pré-escola).

Figura I – Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante - PDE/FURG



Fonte: Coordenação de Acompanhamento e Apoio Pedagógico – CAAPE.

Tratando-se especificamente do Campus Carreiros e Unidade Saúde, em Rio Grande, os auxílios/benefícios descritos no organograma, são disponibilizados da seguinte forma: o auxílio alimentação é ofertado através de refeições nos três restaurantes universitários – RU, dois restaurantes no Campus Carreiros e um na Unidade Saúde. O auxílio transporte é

ofertado através de passes escolares depositados mensalmente na carteirinha do ônibus do/a estudante, mediante a verificação de seu horário de aula. O auxílio moradia é ofertado através de vagas nas Casas do Estudante, podendo ser ofertado, em alguns casos excepcionais, em dinheiro no valor de R\$ 250,00. O auxílio permanência consiste em uma bolsa no valor de R\$ 450,00 para os estudantes realizarem atividades acadêmicas, a fim de que este valor possa ajudar em sua permanência na universidade. O auxílio infância, que abordaremos mais a frente, é disponibilizado às/aos estudantes com filhos ou dependentes legais, no valor de R\$250,00 podendo ser estendido em até duas crianças que tenham a idade entre 5 anos, 11 meses e 29 dias.

De uma forma geral, a partir de programas como o PDE, podemos observar que formalmente a FURG é uma instituição que reconhece e aponta a necessidade de ações que promovam os/as estudantes em suas diversas instâncias na vida acadêmica. A partir de sua definição de ensino, observamos a concepção de estudante que pretende formar, conforme descrito em seu site institucional:

Neste contexto, preconiza o ensino com base no entendimento de que a Educação, ao construir, reconstruir e socializar o conhecimento tem a tarefa fundamental de formar cidadãos capazes de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva. Portanto, capazes de atuar criativamente no contexto social de que fazem parte e exercer seus direitos, promovendo uma integração harmônica entre o ser humano e o meio ambiente (FURG).⁵

Assim, de acordo com os preceitos da instituição, cabe à Universidade criar espaços de convivência, seminários, encontros, e demais ações que possam ser desenvolvidas para serem o fio condutor da formação cidadã à transformação da realidade. Um exemplo disso são as atividades semestrais desenvolvidas através do Programa Acolhida Cidadã⁶, no qual os/as estudantes podem participar escrevendo projetos de acolhida aos/às ingressos/as, procurando evitar os “trotos” violentos. Uma das atribuições da PRAE é a execução do Subprograma de Assistência Básica – SAB, que conforme evidencia o organograma, tem por objetivo promover a equidade no ambiente acadêmico, por meio de ações específicas para o atendimento aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou aqueles/as com necessidades específicas.

⁵ Texto disponível em: www.furg.br/ensino.

⁶ O Programa de Acolhida Cidadã/Solidária é regulamentado através da Deliberação nº 164/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA de 17 de dezembro de 2010. Sua execução está vinculada as Unidades Acadêmicas e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE.

Entende-se que a busca da redução das desigualdades sociais faz parte do processo de democratização da Universidade e da própria sociedade brasileira, e isto não pode se efetivar somente através do acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessário a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na Universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica (GATTI; SANGOI, 2000, s/pg).

Com base no PNAES e conforme apontam os autores, tais mecanismos se dão a partir das ações de assistência básica que, na FURG, se expressam a partir da oferta de auxílios/benefícios referentes à alimentação, moradia, transporte, infância e permanência. Para acessar os benefícios oferecidos pelo SAB, são realizados editais divulgados pela PRAE, orientados pelo PNAES e de acordo com a disponibilidade financeira da instituição, conforme a matriz orçamentária. Salienta-se que os auxílios/benefícios da assistência estudantil da FURG são exclusivos aos/às estudantes de cursos presenciais da universidade e que não tenham concluído curso de graduação e/ou tecnólogo em quaisquer instituições de ensino superior⁷.

Para viabilizar o atendimento aos/às estudantes, a PRAE organizou sua estrutura através de uma equipe multiprofissional⁸, que a partir de suas complementariedades atua nas mais diferentes demandas estudantis. Peduzzi (1998, p. 108) refere que “o trabalho em equipe multiprofissional consiste uma modalidade de trabalho coletivo que se configura na relação recíproca entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais”. Atualmente, a PRAE é composta por profissionais das áreas de Administração, Pedagogia, Psicologia, Nutrição, Odontologia, Tradução e Interpretação de Libras/Português - TILSP, Assistentes em administração, Técnicos em Assuntos Educacionais - TAES, Serviço Social, além de bolsistas e estagiários. Essa equipe multiprofissional encontra-se distribuída em duas diretorias, a de Desenvolvimento do Estudante – DIDES e a de Assistência Estudantil – DAE.

A DAE possui duas coordenações, a de Bem Viver Universitário – CBVU e a de Alimentação, Alojamento e Transporte – CAATE. A DIDES possui três coordenações, a de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao estudante – CAAPE, a de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante – CODAFE e a de Ações Afirmativas –

⁷ A FURG subsidia através de recursos financeiros próprios, ou seja, que não são oriundos do PNAES, o auxílio alimentação universal no valor de R\$3,00 para todos/as os/as estudantes de graduação ou pós-graduação. Para o recebimento deste subsídio, o/a estudante deverá fazer o cadastro biométrico na PRAE.

⁸ Como não se trata dos objetivos deste trabalho, não nos aprofundaremos sobre as formas cotidianas de atuação a equipe.

CAAF. É através das coordenações e de suas diferentes atribuições, que são desenvolvidas as ações da PRAE referentes às questões sociais, de saúde, ou pedagógicas. Percebe-se que há uma expressiva procura pelos auxílios/benefícios estudantis, fazendo com que a universidade invista em um trabalho técnico especializado, através de uma equipe que busca atender as demandas apresentadas pelos/pelas estudantes em seus diferentes aspectos.

No entanto, existem diversas dificuldades cotidianas que interpelam tais atendimentos, um exemplo disso, é o grande número de estudantes em detrimento da pouca quantidade de servidores/as, o que faz com que não se consiga dar uma atenção qualificada aos/às estudantes, já que o atendimento na PRAE contempla todos/as os/as estudantes da FURG. Atualmente, o quadro de servidores/as da PRAE no Campus Carreiros, é composto por quarenta e três servidores/as, destes 3 encontram-se em afastamento por motivo de qualificação, uma servidora para o mestrado e duas servidoras para o doutorado, além disso, um servidor encontra-se afastado por motivo de doença.

Outra dificuldade encontrada, é que acabam sendo poucos os espaços de aperfeiçoamento da equipe em assuntos que interpelam a atuação na PRAE, como ações afirmativas, acessibilidade dos/das estudantes com necessidades especiais, saúde mental, entre outras questões presentes no cotidiano e que necessitam de constante aprimoramento por parte da equipe técnica. Em meio as dificuldades que se entrecruzam, é fundamental que os/as profissionais estejam dispostos/as a dialogar, construir e reavaliar os rumos que se pretende alcançar na política de assistência estudantil na universidade, em conjunto com o movimento estudantil e também com a comunidade acadêmica.

Para poderem receber os auxílios/benefícios da assistência estudantil, os/as estudantes passam por avaliação socioeconômica⁹ realizada por Assistentes Sociais. Nesta avaliação, são considerados todos os aspectos referentes ao contexto cultural, econômico e social – familiar, educacional, saúde, habitação, saneamento básico, trabalho e renda, entre outros. Cabe ressaltar que por ser atribuição específica do profissional de Serviço Social, a definição dos critérios se dá pela equipe de Serviço Social da PRAE, que discute os casos apresentados em conjunto, para uma melhor tomada de decisões. Neste sentido, Mioto (2009) aponta que:

⁹ De acordo com o artigo 4º da Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências é competência do Assistente Social: XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social, remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações (MIOTO, 2009, p. 482).

Para a regulamentação dos auxílios/benefícios, são elaboradas instruções normativas¹⁰, responsáveis por informar os direitos e deveres dos/as estudantes, bem como os critérios de permanência em cada ação, tornando transparentes os procedimentos. Além disso, os/as estudantes que já são acadêmicos/as da FURG passam por avaliação pedagógica, em que são considerados aspectos como o coeficiente de rendimento, número de créditos das disciplinas matriculadas, e se apresentam alguma reprovação por frequência. Caso apresentado algum desses aspectos, o/a estudante poderá entrar em AP - Acompanhamento Pedagógico¹¹, ou seja, ser acompanhado ao longo do ano letivo pela equipe da CAAPE, que auxiliará na recuperação dos critérios apontados:

[...] através de entrevistas individuais, cursos, oficinas, encontros, ambientes pedagógicos de aprendizagem, entre outros. São atendidos estudantes com média de rendimento igual ou inferior a 50% ou com retenção em alguma disciplina; que necessitam de embasamento, com histórico de reprovações por frequência[...] (SCHIRMER; BURLAMAQUI; MAURELL, 2016, p.152).

Esses aspectos são considerados tanto para a inserção, quanto para a renovação dos auxílios/benefícios recebidos. Após o deferimento o/a estudante, é chamado/a para uma reunião onde são explicados todos os procedimentos de solicitação mensal e manutenção dos auxílios/benefícios recebidos. O/A estudante que for indeferido, ou seja, tiver seu pedido negado, não está impedido de participar novamente de outro edital da PRAE, podendo inscrever-se e passar por nova avaliação. Além disso, todos/as os/as estudantes podem ser atendidos/as na PRAE, independentemente se possuir algum auxílio/benefício estudantil.

¹⁰ Disponíveis em: <http://www.prae.furg.br/arquivos/documentos.html>.

¹¹ A Instrução Normativa do Acompanhamento Pedagógico está disponível em: https://prae.furg.br/images/Documentos/Documentos/2016/INSTRU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_AP.pdf

2.4 UMA BREVE DESCRIÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DA PRAE

Na condição de Assistente Social, cabe fazer uma breve descrição da presença deste profissional no espaço da universidade e em consonância com o PNAES, uma vez que o/a profissional de Serviço Social tem como uma de suas atribuições, conforme evidencia Yazbeck (2009), a gestão e execução de políticas sociais e a ação socioeducativa.

Em síntese, na divisão social e técnica do trabalho coletivo, o assistente social vem sendo demandado como gestor e executor, de Políticas Sociais, no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob diversas perspectivas: da gestão social à prestação de serviços e à ação socioeducativa (e político- ideológica). (YAZBECK, 2009, p. 139).

Nesse sentido, a inclusão do/da Assistente Social como profissional comprometido com a criação de uma nova ordem societária, contra todas as formas de exclusão, em favor da justiça e equidade social, é fixada no âmbito das ações afirmativas. Assim como em qualquer espaço de atuação do Serviço Social, faz-se importante um entendimento a respeito da dimensão da realidade social na qual a profissão está inserida, para que a atuação profissional seja pautada de acordo com os princípios do código de ética e à luz do projeto ético-político da profissão.

Tratando-se da política de educação, existe atualmente uma grande corrente, principalmente fomentada pela mídia, que evidencia a privatização como sendo uma proposta messiânica, ou seja, a única forma de manter uma suposta educação de qualidade. Nos referimos ao termo suposta, pois o fato de ser privatizada não é sinônimo de que essa educação será de qualidade. Com isso, tem crescido o número de instituições que passaram a vender a educação como uma mercadoria, Veloso (2011) afirma que este quadro oriundo do neoliberalismo tem proporcionado um sucateamento e precarização nas instituições públicas. Por isso, é preciso olhar com muito cuidado para os/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que são usuários/as dessas políticas.

A atuação do assistente social no campo educacional pressupõe a compreensão da educação enquanto Política Social e exige uma ação articulada de diversos sujeitos sociais, e de uma equipe de profissionais que esteja minimamente alinhada em relação ao que se pretende de uma ação educativa (XAVIER, 2008, p. 29).

Não há como pensar a atuação do Serviço Social de forma isolada, desalinhada dos/das demais profissionais que atuam em conjunto na política de assistência estudantil. Tratando-se do novo perfil de estudantes usuários/as da assistência estudantil, que chegam à universidade oriundos/as de diferentes realidades socioeconômicas, relações familiares e oportunidades de vida, são também norteadoras essenciais do processo de trabalho do/da Assistente Social, as expressões da questão social presentes neste contexto.

Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (ZAGO, 2006, p. 233).

Em relação aos/as estudantes atendidos/as pela assistência estudantil na FURG, destacamos alguns aspectos identificados durante os atendimentos individuais realizados pelos/as Assistentes Sociais da PRAE. Percebe-se que os/as acadêmicos/as, pertencentes a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, em geral, oriundo/as de escolas públicas, são os que mais têm dificuldade para permanecerem na Universidade.

Isto se dá em decorrência de diversas dificuldades, a questão financeira é uma das principais, visto que em diversos casos os/as estudantes não recebem suporte financeiro de sua família ou se recebem, o valor é muito baixo para arcar com os valores de aluguel, alimentação, material didático, e etc. Devido a alguns cursos terem suas disciplinas ofertadas em dois ou três turnos e os/as estudantes passarem todo o dia na universidade, o que acarreta também na dificuldade em poderem trabalhar ou arranjar algum estágio, já que os horários livres são poucos.

Outra dificuldade vivenciada é a afetiva, um número significativo de estudantes se afasta de sua família para estudar, o que impacta diretamente no seu crescimento pessoal e profissional. Para muitos/as a saída de casa traz consigo conflitos que precisam ser acompanhados para que não haja problemas de saúde mental que acumulem e lhes tragam prejuízos. Neste cenário, consideramos também as mudanças culturais impactantes, muitos/as acadêmicos/as que são provenientes de diferentes regiões do país, sofrem com as significativas diferenças regionais.

Do ponto de vista técnico, os atendimentos disponibilizados/as aos/às estudantes, com prévio agendamento ou decorrentes de demanda espontânea, são espaços destinados à identificação de situações de vulnerabilidade, à realização de análises de documentos comprobatórios das situações relatadas, bem como para a concessão de auxílios/benefícios da assistência estudantil. Se analisados empiricamente, tais momentos podem oportunizar o estabelecimento de vínculos entre o/a profissional e o/a estudante, a fim de que se possa conhecer os elementos que constituem a vida dos/das estudantes, suas características emocionais, seus anseios, suas dificuldades, necessidades, etc. Este quadro nos lembra Larrosa (2002) quando o autor afirma que:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2002, p. 24).

Conforme evidencia o autor, a escuta qualificada é uma importante ferramenta de apreensão da realidade que se apresenta. Os/as estudantes muitas vezes não têm dimensão do papel social da universidade e o quanto ela pode influenciar no processo de formação social e cidadã. Percebe-se ao longo dos atendimentos realizados aos/às estudantes, que na maioria das vezes a aprovação na universidade é a primeira oportunidade da saída da casa dos pais, o que em algumas situações acaba por aflorar sentimentos e realizar novas descobertas, que podem causar certo desconforto inicial, e, em algumas situações especiais, a desistência ou a constante troca de curso.

Assim, o atendimento realizado ao/à estudante deve buscar contemplar a necessidade do sujeito, sem fragmentações ou recortes, entendendo que o/à estudante não é apenas o retrato do curso de graduação que escolhe para sua formação profissional, ou que deva ser valorizado a partir da nota do seu coeficiente de rendimento acadêmico. São as expressões da questão social que refletem na dinâmica de sua vida e que ligados aos fatores emocionais, atuam no processo de desenvolvimento pessoal e profissional do/da discente. A partir dessa lógica, pode-se dizer que a busca pela atualização profissional é imprescindível, uma vez que a rotatividade dos/as estudantes na universidade é muito grande, e com ela surgem diferentes expressões da questão social, que necessitam

emergencialmente serem discutidas. Montañó (2007) aponta que deve haver uma constante procura para as questões emergentes, conforme segue:

O Serviço Social deve transcender a prática rotineira desenvolvida em torno de velhos campos, deve incorporar para o espaço profissional o estudo e as (novas) respostas tanto às demandas já existentes quanto, fundamentalmente, às demandas emergentes (MONTAÑO, 2007, p.197).

Ao considerar as práticas rotineiras, que acabam por muitas vezes em tomar conta do cotidiano, deixando de lado a procura pelo novo, questionamos se na FURG existe valorização das demandas emergentes. Ainda neste contexto, Martins (2014) traz à tona o cerne da proposta de atuação aqui idealizada:

Assim, o trabalho socioeducativo do assistente social, coerente com o projeto ético-político profissional, assumirá um caráter emancipatório, fortalecendo as lutas das classes subalternas e não um caráter de enquadramento disciplinador, próprio da perspectiva conservadora, apesar desta ainda estar presente na profissão (MARTINS, 2014, p.54).

É fortalecendo as lutas diárias trazidas pelos/as estudantes que se busca corresponder ao caráter emancipatório. Segundo dados do *Sistemas FURG*, atualmente são atendidos aproximadamente três mil estudantes através da assistência estudantil, considerando também os Campi fora de sede, sendo que no momento da escrita desta pesquisa existem cinco Assistentes Sociais na PRAE – campus Carreiros - para o atendimento aos/as estudantes, uma profissional encontra-se afastada para pós-graduação e duas Assistentes Sociais estão em cargos de coordenação.

A presença dos/das profissionais de Serviço Social corrobora com a importância da articulação do debate em torno das ações afirmativas na universidade, na luta pelos direitos destes grupos sociais historicamente discriminados por questões étnico-raciais, culturais, econômicas e de gênero. Uma das discussões que vem sendo trazida pelos/as profissionais que atuam na assistência estudantil, especificamente os/as Assistentes Sociais das IFES da região sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) que vem se encontrando periodicamente para discutir as ações desta política, é que em razão do atendimento com pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundas de diferentes classes sociais, são confundidas as políticas de assistência estudantil e assistência social¹².

¹² Por Assistência Social entende-se de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS: Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que

Muitos/as profissionais que atuam na assistência estudantil acabam tratando igualmente as duas políticas, pois a maioria dos/as estudantes acaba sendo atendido/a por ambas, no entanto, salienta-se que a assistência social possui ênfase nas necessidades básicas sociais mínimas de acordo com sua legislação específica, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS¹³; e a assistência estudantil conforme abordamos, possui o foco nas ações de permanência do/da estudante na universidade, e, diferente da assistência social, tem sua origem na política de educação.

Uma outra questão que vem sendo debatida faz referência as questões de saúde mental, o número de estudantes que procura atendimento psicológico, e ainda o aumento nos casos de tentativa de suicídio, que tem chamado a atenção dos/das profissionais. Assim como não podemos confundir a assistência estudantil com a política de assistência social, também não podemos incluir na assistência estudantil a política de saúde. Nos casos referentes a assistência social, quanto aos que se referem a saúde mental, é preciso contarmos com as políticas públicas do município, a fim de que possam dar suporte as equipes técnicas das PRAE's.

Entendemos, portanto, que as universidades públicas devem ser o ambiente de efetividade da consolidação de direitos sociais, necessitam reconhecer e efetivar a política de assistência estudantil como um espaço socialmente construído por diversas classes sociais, pluralidades étnico-raciais, identidades sexuais e de gênero, e principalmente um instrumento que possa proporcionar ao estudante crescimento pessoal e profissional. Para que isso aconteça, é necessária a continuação da expansão e dos investimentos em ensino, pesquisa e extensão, além da sensibilização e qualificação de seus/suas profissionais, sendo eles/elas docentes ou técnicos/as administrativos/as em educação.

Sabe-se que os/as demais profissionais presentes na universidade, e principalmente na PRAE, completam a ação profissional a ser desenvolvida em razão de suas atuações na esfera multiprofissional. No entanto, optou-se por citar o ponto de vista da atuação do Serviço Social, para que o leitor possua o entendimento da visão crítica construída nesta escrita a partir do lugar de fala, ou seja, da visão de uma profissional da área.

provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

¹³ Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que efetivou a assistência social como direito do cidadão/cidadã e dever do Estado.

CAPÍTULO II

3. MATERNIDADE, UNIVERSIDADE E O AUXÍLIO INFÂNCIA

Um governo que leva sério o desenvolvimento de suas crianças ou o futuro de sua nação, deve investir em parentalidade (parenting). Criar oportunidades para os pais que permitam a eles terem tempo de qualidade com os filhos. Leah Ambwaya.

O segundo capítulo desta pesquisa trata sobre a maternidade, a universidade e o auxílio infância. Para contextualizarmos a universidade e a sua relação com a maternidade, abordaremos inicialmente o que entendemos por maternidade, seus conceitos, significados, e os modos com os quais ela se estabelece na sociedade contemporânea. Tendo esclarecido esses conceitos, trazemos a questão da vivência da maternidade na universidade.

Além disso, o capítulo abordará também as ações desenvolvidas pela FURG, desde a ação inicial chamada “Estar do Bebê” até o Auxílio Infância. Nossa intenção não é traçar uma linearidade histórica ou esgotar um debate sobre as políticas da FURG sobre o tema, mas trazer um panorâmico da instituição.

3.1 CONCEITOS, SIGNIFICADOS E MODOS DE SE FAZER MATERNIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ao dizermos que existem diferentes significados para a maternidade, partimos de uma ideia de que ela não pode ser entendida somente do ponto de vista biológico ou religioso. Compreendemos que por trás da complexidade da maternidade existe uma trama de relações de poder envolvendo as relações de gênero, processos simbólicos, representações, entre outros significados presentes, que inscrevem diferentes formas de se fazer maternidade na sociedade contemporânea.

Scavone (2001) aponta que no contexto pós-guerra, o feminismo contemporâneo passou a politizar algumas questões que colocavam em xeque determinismos a respeito da vida das mulheres, como no caso da maternidade, vista dentro dos movimentos conservadores da família, como o destino das mulheres. A autora aponta que a partir, sobretudo, do livro *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir (1949), o movimento feminista passou a contestar os temas relacionados a mulher, seu papel, àquilo que era considerado inato a ela na sociedade. Ao afirmar que uma mulher não nasce, mas “torna-se”, Beauvoir (1949) aponta um caminho para além do biológico, complexifica as diferentes experiências das quais as mulheres são submetidas. Segundo Caetano (2016):

O “Segundo sexo” está dedicado a mostrar, a partir da perspectiva moral existencialista, como estão constituídas as marcas que excluem as mulheres do acesso à individualidade e, portanto, à liberdade. Assim, ser mulher não era uma eleição, na perspectiva de Beauvoir, mas uma determinação. A esta marca, em princípio, biológica, se acumulam outras e a figura final “a mulher”, está construída com um molde que a nenhuma lhe permite rechaçar e, portanto, tampouco eleger. Ser mulher tem sido e é uma aprendizagem que como consequência, limita seu poder sobre o universo e sobre sua vida (CAETANO, 2016, p.91).

Ao pensarmos na maternidade, a partir da perspectiva feminista, consideramos que ela começou a ser compreendida como uma construção social, que ao designar o lugar de mulheres na família e mais amplamente na sociedade, contribuía sobremaneira na complexa rede que amparava a dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino (SCAVONE, 2001). Entendemos com isso, que pelo fato de haver uma relação intrínseca, complementar e assimétrica entre os sexos, a maternidade é então um processo político, produzido e reproduzido a partir das experiências vividas em sociedade, e que sofre mudanças na forma pela qual é concebida de acordo com as transformações que acompanham a vida em sociedade.

Contudo, mesmo com todas as alterações sobre a maternidade, o nível de autonomia da mulher sobre ela, ainda está profundamente relacionada a tomadas de decisões político-legalistas androcêntricas. Apontando para uma politização acerca dos discursos da maternidade, Meyer (2005) aponta que as representações que circunscrevem a maternidade advêm:

[...] na articulação entre discursos médicos, pedagógicos, psicológicos e/ou jurídicos com processos sociais, econômicos e políticos como o neoliberalismo e a globalização, por exemplo. É, pois, dos movimentos e forças sociais que articulam na contemporaneidade, para produzir práticas discursivas e representações sociais nas quais se dá a politização da maternidade (MEYER, 2005, p. 85).

Retomando a ideia do movimento feminista acerca da maternidade enquanto uma construção social e, a partir do que a autora aponta em relação às práticas discursivas e representações sociais, foi possível estabelecer algumas relações tanto de dominação, quanto de condicionalidade impostas às mulheres, onde elas são induzidas se ocuparem principalmente do espaço privado do lar, enquanto os homens se ocupam do espaço público, conforme segue:

Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre o outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados – com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. (SCAVONE, 2001, p.138-139).

Historicamente foram estabelecidos diferentes papéis para homens e mulheres, fomentados por valores cristãos, com centralidade na importância da família patriarcal, heterossexual, com papéis definidos na hierarquia das relações sociais. A respeito da relação existente entre o patriarcado e o feminismo, Aguiar (2000, p.322), traz referências a partir das leituras de Florestan Fernandes e Heleieth Saffioti que associam o patriarcado às relações de poder: “O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal”. Nesta perspectiva, Castro e Caetano (2018) abordam que a questão do sexo vai além do comportamento atribuído a homens e mulheres, existe uma trama de significados e ideários estabelecidos para os sexos:

Dados os espaços em que atuamos e interagimos, aprendemos ao longo da vida sobre como mulheres e homens devem se comportar. Este cenário nos auxilia a afirmar que as redes de significados em torno do sexo estão capilarizadas, e elas criam e legitimam performatividades, as quais garantem a inteligibilidade do corpo sexual nas relações sociais e culturais. Os entendimentos sobre os sexos, muitas vezes binários, são resultantes da complexa maquinaria (escola, família, religião, políticas públicas, ciência, entre outras) que nos educam cotidianamente e que acionamos na construção do ideário de masculino e feminino (CASTRO; CAETANO, 2018, p. 24).

Partindo da superação do entendimento da maternidade apenas do ponto de vista biológico, trazendo como bagagem a célebre frase de Simone Beauvoir sobre tornar-se mulher, e com a compreensão de Castro e Caetano (2018) sobre a performatividade do corpo nas relações sociais e culturais, apontamos para a compreensão do gênero, a partir do conceito de Meyer (2003), como sendo um processo que constitui o feminino a partir de diferentes formas de viver e experienciá-la, tendo como base suas dimensões sociais:

Gênero aponta para a compreensão de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que nunca está finalizado ou completo. Além disso, ele sugere que, como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, há muitas formas de viver e de constituir a feminilidade e a masculinidade. Com esse conceito pretende-se ainda enfatizar o caráter plural e multifacetado da construção social e histórica de

sujeitos femininos e masculinos – uma pluralidade que se expressa pela articulação com muitas outras dimensões sociais, tais como classe, raça/etnia, geração, religião, nacionalidade. (MEYER, 2003 p.40).

A partir do entendimento das tramas que entrelaçam as questões de gênero e das relações que a circunscrevem, podemos perceber que assim como não há um único modo de ser mulher, também não há um único modo de pensarmos a maternidade. Ela encontra-se portanto, imbricada nas mesmas dimensões sociais das quais estamos inseridos/as na sociedade e se apresenta a nós conforme um padrão vigente estabelecido. Para elucidar as diferentes formas da maternidade de acordo com o contexto social em que se vive, podemos citar exemplos de países que preocupam-se com esta questão. Na Austrália, devido a queda das taxas de nascimento existem políticas públicas que incentivam as mulheres a terem filhos/as, enquanto outros países, como a China, há uma preocupação quanto ao crescimento demográfico, onde o governo orienta que os casais tenham apenas um/a filho/a¹⁴.

A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como **símbolo** de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as *inúmeras possibilidades de interpretação do mesmo símbolo*. [...] um **símbolo construído histórico, cultural e politicamente** resultado das **relações de poder e dominação** de um sexo sobre o outro. Esta abordagem contribuiu para a compreensão da maternidade no contexto cada vez mais complexo das sociedades contemporâneas (SCAVONE 2001, p. 132-143).

Considerando, portanto as inúmeras formas de se fazer a maternidade não há como tratarmos sobre um modelo a ser seguido. No entanto, há uma pressão social que cobra da mulher a idade, os cuidados, as responsabilidades e tantos outros ideais a serem seguidos, sem considerar as transformações sociais que interpelam suas vidas como mães. Rezende (2016) afirma que:

De todas as conquistas das mulheres, a maternidade é a decisão mais complexa a ser tomada por elas. Mesmo com as atuais mudanças de conceito e percepção sobre a maternidade, esse ainda é seu maior desafio. A mulher assumiu novas posições, transpôs barreiras morais e legais, mas gerar uma vida é uma função exclusivamente feminina(REZENDE, 2016, p.11).

A maternidade traz à tona desafios na vida das mulheres, mediados pela pressão da sociedade, a partir de determinados modelos culturais que rotulam o ser mulher e mãe. São

¹⁴ encurtador.com.br/yKNU8

campanhas de saúde que abordam o cuidado exclusivo ao/à filho/a, à mulher sem pensar nas questões de trabalho. A maternidade acaba por assumir um perfil de projeto de vida, sem levar em consideração os contextos nos quais as mulheres estão inseridas.

[...]a noção de *indivíduo mulher-mãe*, ainda supõe, ou supõe com força renovada, a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos* – a mãe e sua família e, mais especificamente, a mãe e seus filhos. Nesse contexto, gerar e criar filhos “equilibrados” e saudáveis “passa a ser social e culturalmente definido, também, como um “projeto” de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta, e é a isso que venho me referindo como *uma politização da maternidade* (MEYER, 2003, p.37).

O que a autora chama de politização da maternidade, termo do qual é objeto de seus estudos, refere-se ao fato de que não somente os corpos são governados, mas também as condutas e modos de cuidado, de forma que o desenvolvimento da criança seja saudável e equilibrado. Ou seja, a maternidade está sujeita a ser politizada todo o tempo, sendo um projeto de vida para as mulheres imerso em um conjunto de regras a serem seguidas. Também compreendendo os avanços obtidos ao longo dos anos em relação a maneira pela qual a maternidade tem sido observada, Badinter (2011) aponta que houve mudanças em torno das questões que envolvem a maternidade, mediadas pela igualdade de gênero e lutas do movimento feminista. Lagarde (2005), ao analisar as assimetrias entre mulheres e homens sinaliza que quando ocorre, sobretudo, pela naturalização das redes sociais, econômicas e culturais que posicionam as mulheres quase que restritamente dentro das fronteiras da maternidade e do matrimônio.

Por meio dessas posições, as existências da maternidade ganham significados sociais e subjetivos que orientam as relações afetivas, econômicas e culturais entre os gêneros. Neste sentido, nos parece que mesmo quando as mulheres buscam romper com essas dinâmicas elas são assombradas pelas condições existenciais pré-determinadas que orientam suas performatividades e as tornam culturalmente inteligíveis. Portanto, a maternidade e o matrimônio tornam-se como que o lugar por excelência das mulheres. A respeito de suas posições no mundo do trabalho, Scavone (2001, p.145) aborda que “a realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, já que, nas responsabilidades parentais, ainda são elas as mais sobrecarregadas”. Neste sentido:

A maternidade foi, e, em alguma medida, segue sendo, uma identidade forçada das mulheres já que, com frequência, não têm controle sobre seus corpos. Soma o fato de que, ainda que haja uma mudança lenta em curso, no sentido de uma melhor e mais equilibrada divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, as últimas ainda são as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, o que as mantém restritas à esfera doméstica, dependentes dos homens ou do Estado (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 108).

Compreendemos, portanto, que há diferentes modos de se fazer maternidade de acordo com os arranjos familiares, condições socioeconômicas e os demais fatores que influenciam a vida em sociedade. Scavone (2001, p. 149) refere que “[...] é o modelo que busca se adequar às mudanças da vida contemporânea, ao mesmo tempo em que é forjado por estas mudanças, redesenhando o funcionamento e a estrutura da família contemporânea”. Trazendo essa discussão para o cenário no qual nos encontramos nesta pesquisa, de estudantes assistidas pela assistência estudantil, nossa atenção se volta a pensarmos sobre a realidade dessas mulheres. Meyer (2003) provoca ao realizar alguns questionamentos:

Como e onde estão representadas, nesse discurso, os grupos de mulheres de baixa renda, as com grande número de filhos, as que querem ou precisam inserir-se no mercado de trabalho porque ocupam, crescentemente, a posição de chefes de família ou as que dispõem de acesso precário a redes de apoio social, como creches ou serviços de saúde, ou transporte coletivo, para citar apenas alguns exemplos? (MEYER, 2003, p. 47).

As mulheres de baixa renda são, provavelmente, as que mais sofrem as consequências da maternidade, principalmente aquelas que precisam retomar o trabalho em seguida da chegada da criança. Referimos-nos não somente as mulheres que possuem licença maternidade, mas principalmente aquelas que trabalham de forma autônoma, no mercado informal, e que não podem esperar por um tempo de licença, já que dependem do trabalho para sua subsistência. Compreendemos que os modelos de maternidade se ajustam, se transformam e acabam se adequando, conforme segue:

Entre o modelo reduzido de maternidade com uma variedade crescente de tipos de mães (mães donas-de-casa, mães chefes-de-família, mães “produção independente”, casais “igualitários”) e as diversas soluções encontradas para os cuidados das crianças (escolas com tempo integral, creches públicas, babás, escolinhas especializadas, vizinhas que dão uma olhadinha, a maternidade vai se transformando, seguindo tanto as pressões demográficas, natalistas ou controlistas, como as diferentes pressões feministas e os desejos de cada mulher (SCAVONE, 2001, p. 149).

O fato do movimento feminista ter trazido uma nova visão acerca da maternidade, não exterminou a discriminação, o sexismo e o preconceito sofrido pelas mulheres. Ainda nessa discussão que abre um leque para outros desdobramentos, encontram-se as questões religiosas e políticas como a descriminalização do aborto, os investimentos na saúde pública, os métodos contraceptivos e os novos modos de tecnologias de reprodução. Ou seja, a discussão sobre a maternidade segue por diferentes caminhos que evidenciam a importância deste tema na vida das mulheres, dessa forma, problematizaremos aqui a inserção das mulheres que são mães no espaço acadêmico.

3.2 MATERNIDADE E CIÊNCIA: OS DESAFIOS DAS MÃES NO ENSINO SUPERIOR

A partir do recorte histórico que abordamos a respeito da construção da maternidade, na perspectiva do movimento feminista, percebemos através do ponto de vista do Serviço Social, que a maternidade é uma expressão da questão social, que necessita ser discutida na família, escola, ciência, sistema jurídico e mais amplamente pela sociedade, e ela perpassa por diferentes espaços sociais, inclusive na Universidade. Ser ou tornar-se mãe ao longo do percurso acadêmico produz impactos e desafios na vida da estudante e, sua criança, já que é preciso articular o tempo com os estudos, com os/as filhos/as e os demais afazeres.

Muitas mulheres acabam abandonando ou adiando os estudos por conta da maternidade e retomando mais tarde, quando conseguem. Seja pela falta de suporte familiar, questão financeira ou outro motivo, essa atitude já demonstra uma grande desvantagem sofrida pelas mulheres no contexto universitário e que segundo Urpia e Sampaio (2009) essa interrupção na carreira e seu retorno geralmente acontecem com dificuldades. Para que esta retomada aos estudos aconteça, a mulher precisa, geralmente, de uma rede de apoio ao seu redor em que possa contar, principalmente, no cuidado com a criança. A presença do pai, de familiares ou de uma pessoa com quem divide os cuidados, é fundamental para esta retomada, ainda mais quando a criança é pequena.

Dessa forma, ainda que a luta das mulheres por independência na busca por melhores condições de vida avance a cada dia, ainda existem muitas construções sociais envolvendo as mulheres em torno do estereótipo da mãe “rainha do lar” que possui dedicação exclusiva às crianças. O preconceito não surge necessariamente da família, mas também pode surgir a partir do ambiente acadêmico, olhares curiosos, apontamentos e julgamentos às mulheres que ao serem descobertas mães, podem vir a sofrer, principalmente quando precisam

deixar a criança para estudar. Em vários aspectos no imaginário social, no geral, existe a incompatibilidade entre a formação acadêmica e a maternidade. Os seus tempos são dissociáveis.

Sabe-se ainda que existem outros marcadores que segregam severamente a vida das mulheres, como as questões étnico-raciais e os novos arranjos familiares. São mães solteiras, de produção independente, casadas, com guarda compartilhada, lésbicas, bissexuais, transexuais, adotivas e tantas outras rotulações que são dadas a essas mulheres. Portanto, ao serem pensadas políticas de inserção/permanência na Universidade, não podem ser excluídas dessa discussão as questões socioeconômicas, étnico-raciais, identidade de gênero e sexuais, que perpassam a trajetória de vida das estudantes que são mães, considerando as especificidades apresentadas por este grupo social. Uripia e Sampaio (2009) mostram que a condição de mãe e acadêmica torna essas mulheres mais vulneráveis e em desvantagens quanto ao seu desempenho.

Desse modo, as políticas que pretendem funcionar como ações facilitadoras da permanência dos estudantes, não podem deixar de incluir e reconhecer as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães. Este aspecto é de fundamental importância para inclusão de pautas voltadas para o conjunto da população universitária feminina, e que possam contribuir, por exemplo, para dar visibilidade às demandas das estudantes que se tornam mães no percurso da formação superior (URPIA; SAMPAIO, 2009, p.164).

Assim, estas mães se tornam muitas vezes invisíveis no ambiente universitário, tanto aquelas que já possuem filhos/as, quanto àquelas que se tornam mães no percurso acadêmico, e que necessitam de atenção neste novo momento que passarão a viver, para que possam ser amparadas e não ocorra evasão da Universidade. Para que isso aconteça, faz-se necessário frisar que a pauta das mães universitárias deve fazer parte das discussões no ambiente acadêmico, não somente por parte da gestão da Universidade, como também entre os/as docentes, para que se sensibilizem com as estudantes que são mães e que necessitam trazer o/a filho/a para as aulas, quando necessário.

Ao tratarmos sobre a questão da maternidade na vida acadêmica, precisamos olhar de forma cuidadosa para o impacto sofrido pela criança, cuja mãe encontra-se na universidade. É pertinente pensarmos sobre o cuidado, o vínculo estabelecido entre mãe e filho/a, a dinâmica para a amamentação, entre outras questões relevantes, principalmente nos primeiros meses de vida e que são importantes fatores presentes na vida das crianças, e que

podem ser prejudicadas de alguma forma pelas cargas excessivas que a universidade estabelece.

Além das demandas das mães universitárias, também é preciso pensar sobre a carreira científica que essas mulheres estão construindo. Ingressar na Universidade em um curso de graduação implica participar das rotinas estabelecidas pela jornada acadêmica, seja na participação em congressos, a produção de artigos ou outras publicações, o envolvimento em projetos de pesquisa como bolsista de iniciação científica, entre outras ações que fazem parte do cenário acadêmico. Ao visualizarmos todo o universo que se desenha ao longo da graduação e pós-graduação é necessário questionarmos se há uma mesma chance de participação das mães universitárias nesses espaços, pois existe uma cobrança por parte dos/das docentes, principalmente em relação a prazos e produtividade, o que se torna mais um desafio para a vida das mulheres que já possuem uma sobrecarga por serem mães.

Ainda sobre a questão docente, questiona-se o nível de respeitabilidade às estudantes que se tornam mães no período da graduação. Correntemente nos deparamos com narrativas que encaram a gravidez como um “acidente que não poderia ter acontecido”, de forma que a estudante se sinta desconfortável por ter engravidado durante a graduação. Esta atitude torna-se insustentável, na medida em que além de ter que cuidar muitas vezes sozinha do/da filho/a, a mulher é vista ainda como “culpada” por uma situação da qual não tem responsabilidade exclusiva.

Essa realidade existente na academia faz com que muitas mulheres que ainda não tem filhos/as e que pretendem seguir uma carreira científica como docente, mas que pretendem ser mães futuramente repensem sobre essa decisão, uma vez que a maternidade no meio científico acaba sendo uma escolha, de um lado a carreira científica e de outro a maternidade. A respeito dessa conciliação, Bittencourt (2011) diz:

As acadêmicas, quando decidem conciliar carreira e maternidade, vivenciam conflitos em incorporar o discurso da produtividade focado na dedicação exclusiva para o fazer acadêmico, pois elas necessitam de tempo para atender a outras demandas como a família. Logo, sentem dificuldades em incorporar o ethos competitivo presente no campo acadêmico. Esta dificuldade de incorporar o habitus, muitas vezes, faz a acadêmica sentir-se excluída do campo, por não corresponder ao ideal do ser acadêmica sustentado pelo discurso do “ser produtiva”, mas também “culpada” por não conseguir “deixar de lado” as responsabilidades vinculadas aos cuidados de seus filhos [...] (BITTENCOURT, 2011 p.231).

O discurso da produtividade no meio acadêmico se apresenta por uma via de mão dupla. De um lado os/as docentes que cobram prazos e produtividade dos/das estudantes e que, por sua vez, são cobrados pelos órgãos de fomento que regulamentam o financiamento das pesquisas. Por outro lado, os/as estudantes que se cobrem por uma maior participação nas atividades acadêmicas, eventos, grupos de estudo e de pesquisa, entre outras atividades que fazem parte do cenário da universidade.

Em abril de 2019 em reunião organizada pela PRAE da UFPEL e realizada na mesma instituição, algumas estudantes mães estudantes daquela universidade, propuseram que houvesse uma cota de bolsas com menor carga horária para as mães, já que mais uma vez as mães encontram-se em desvantagem, elas não conseguem concorrer a bolsas oferecidas pela universidade em razão das cargas horárias serem altas e terem que dividir mais uma vez o seu tempo entre a academia e os cuidados com as crianças.

Enquanto algumas universidades não buscam uma tomada de medidas em relação ao suporte e permanência das mães universitárias, é possível encontrar na página do facebook, na internet, grupos de mães que buscam apoiar-se visando à permanência na universidade, além de lutarem por melhorias e reconhecimento. Nestes grupos, destacam-se os depoimentos de mães através da escrita e de fotos que mostram a realidade vivenciada por elas no percurso da graduação, informações a respeito de leis que contemplam as estudantes grávidas ou mães, foruns realizados pelas demais universidades a respeito da maternidade na universidade, entre outras trocas afetuosas e demonstrações de empatia em relação as mulheres mães universitárias.

Ao acompanhar periodicamente essas páginas no facebook, percebe-se também o crescimento de grupos de mães na pós-graduação que revelam principalmente as dificuldades com os prazos do mestrado e doutorado e a conciliação com os/as filhos/as.

Figura II – Página “mães na universidade”



Sáimos do armário: somos mães na universidade!

Quem somos nós? Somos professoras, estudantes, pesquisadoras...e somos mães. Muitos de nossos colegas sequer sabem que existimos, pois as escolas e universidades não foram feitas para nós. A maternidade é considerada uma simples escolha, privada, com cujas dificuldades e custos devemos arcar sozinhas. Muitas de nós tem medo de dizer que são mães, pois uma mãe não pode ser cientista. A ciência é uma atividade masculina ou, quando muito, algo que só as mulheres bem nascidas podem realizar. Com nossas histórias de vida, podemos dizer que isso não é verdade. Mesmo com todas as dificuldades econômicas, culturais e mesmo políticas, seguimos estudando e trabalhando. Somos mães na universidade, nas escolas, institutos federais e queremos dar um basta na desigualdade que nos separa de uma vida de

... trabalho e estudo plena. Queremos ser aceitas, receber apoio, ter acesso a estruturas públicas para que possamos estudar e pesquisar enquanto nossos filhos são cuidados. Não basta falar que somos importantes para a sociedade e não garantir o mínimo que necessitamos. Não basta falar que nossos filhos e filhas são o futuro do país e seguir hostilizando as mães trabalhadoras que precisam levar suas crianças para sala de aula. A universidade é nosso lugar, pois nosso lugar é onde quisermos estar. Queremos o direito ao desenvolvimento pleno de nossas vidas, sejamos mães ou não. Exigimos sermos respeitadas, sejamos mães e solteiras, mães casadas, mães em uma relação homoafetiva, mães pobres, mães negras, mães indígenas, mães imigrantes, mães jovens ou não. Nenhum elogio pode substituir nossos direitos, pois apenas a garantia efetiva de nossas vidas e da vida de nossas crianças pode significar um apoio concreto. Sáimos do armário em todo Brasil hoje para dizer que as mães existem na universidade, sim! Queremos respeito, mas queremos

também direitos!

Por mais creches nas escolas e universidades públicas.

Por auxílio-maternidade digno para as bolsistas e pesquisadoras mães.

Em defesa da licença maternidade para estudantes mães.

Pelo direito à alimentação das filhas e filhos de estudantes nos restaurantes universitários, bem como a garantia de sua integridade, segurança e cuidado em todos os espaços das universidades e escolas.

Fonte: Página no facebook “Mães na Universidade”.

O desabafo desta mãe ao criar o grupo “mães na universidade” no facebook impactante, a medida em que provoca ao/à leitor/a a refletir sobre a realidade vivenciada pelas mães no espaço acadêmico. A expressão “saímos do armário” utilizada no texto demonstra o quanto muitas mães ainda se sentem dentro das universidades, presas e com a sensação de que aquele lugar não fora feito para si. Além de respeito, as mães exigem direitos, creche, auxílio maternidade e garantia de sua integridade nos espaços da universidade.

Outra iniciativa encontrada foi a de um projeto chamado *Parent in Science*¹⁵ que teve início na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a partir da experiência da professora Fernanda Staniscuaski que viu sua produtividade acadêmica diminuir a partir da maternidade, e com isso, buscou com demais colegas pesquisar este tema e debater em conjunto com as agências de fomento estratégias e políticas que apoiem as mães pesquisadoras para se pensar a retomada da carreira científica após o nascimento de filhos/as, e como podem aliar a maternidade a produtividade acadêmica sem que haja prejuízo em ambas as partes.

¹⁵ <https://www.parentinscience.com/>

Com a iniciativa do *Parent in Science* que reuniu docentes, estudantes de graduação e pós-graduação em todo o país em torno das questões da maternidade e produção acadêmica, no ano de 2018 foi realizado o I Congresso Brasileiro de Maternidade em Ciência na cidade de Porto Alegre/RS na UFRGS que contou com diversas palestras de pesquisadoras brasileiras e internacionais e testemunhos pessoais sobre o assunto. Como consequência dos debates realizados neste Congresso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq anunciou no início do ano de 2019, que haverá mudança na plataforma do currículo lattes, que passará a ter um campo onde poderá ser inserido o período de licença maternidade e paternidade de pesquisadores/as.¹⁶

Todas as atividades apresentadas e, principalmente a partir dos avanços ocorridos a partir do projeto *parent in science*, possibilitaram e proporcionaram uma maior visibilidade para a questão da maternidade na vida acadêmica, enfatizando a necessidade da abordagem desta temática nas universidades. As discussões teóricas partem de experiências pessoais de docentes e estudantes e que as ações desenvolvidas na universidade, devem prever um acolhimento aos/às estudantes, voltadas para a melhoria de suas qualidades de vida, o que reflete no seu desempenho acadêmico.

3.3 O PERFIL DAS MÃES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES divulga periodicamente o perfil socioeconômico e cultural dos/as estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Na apresentação dos dados da pesquisa do ano de 2014, Maria Lucia Cavalli Neder, presidenta da ANDIFES naquele ano, referiu que:

Esta pesquisa tem por fim qualificar as heterogeneidades existentes entre os discentes para formular políticas de equidade e outras ações no âmbito das nossas universidades, que garantam a permanência e viabilizem o sucesso dos estudantes no ensino superior, pois para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, transporte, entre outras condições (NEDER, 2016, p. XI).

Dessa forma, os dados trazidos pela ANDIFES se mostram importantes indicadores a serem manuseados pelas IFES, para que estas entendam o perfil do/a estudante

¹⁶ encurtador.com.br/gGHT1

universitário/a e as realidades por ele/ela vivenciadas, a fim de formularem políticas na universidade. Em relação àquilo que se refere esta pesquisa, um dos itens destacados pela ANDIFES, é o perfil dos/as estudantes de graduação que possuem filhos/as conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de filhos/as por região

Número de Filhos	Região onde se localizam as IFES						
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
1 filho	Freq.	6.477	17.538	12.738	12.283	10.827	59.862
	%	6,51	6,62	10,51	4,28	6,49	6,37
2 filhos	Freq.	4.814	8.459	6.708	7.234	6.178	33.393
	%	4,84	3,19	5,54	2,52	3,7	3,55
3 filhos	Freq.	1.880	3.220	2.908	2.545	2.118	12.672
4 ou mais	%	1,89	1,21	2,4	0,89	1,27	1,35
	Freq.	619	895	1.562	894	763	4.732
Não tenho filhos	%	0,62	0,34	1,29	0,31	0,46	0,5
	Freq.	85.704	234.972	97.271	264.131	146.866	828.945
Total	%	86,14	88,64	80,27	92	88,07	88,22
	Freq.	99.494	265.084	121.187	287.087	166.752	939.604
	%	100	100	100	100	100	100

Fonte - IV pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, Uberlândia, Julho 2016.

Segundo os dados apresentados, observa-se que 11,92% dos/as estudantes da região sul possuem filhos, sendo que 6,49% têm 1 filho/a; 3,70% têm 2; e 1,73%, 3 ou mais. A pesquisa mostra também em outros gráficos, que há um número maior de mulheres com filhos na faixa de 18 a 24 anos. A próxima tabela aponta onde os/as estudantes deixam os/as filhos/as enquanto estão em aula, evidenciando a dura realidade dos/as discentes que dependem do apoio das famílias, creches públicas ou até mesmo privadas para poderem dar continuidade a seus estudos na universidade.

Tabela 2 – Onde (ou com quem) os/as filhos/as ficam, por região onde se localizam as IFES

Onde (ou com quem) os filhos ficam	Região onde se localizam as IFES						Nacional
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Creche da própria universidade	Freq.	131	105	37	79	101	453
	%	1,59	0,51	0,22	0,62	0,94	0,66
Outra instituição educacional pública	Freq.	918	457	875	1.015	1.274	4.539
	%	11,16	2,23	5,2	7,97	11,84	6,58
Instituição educacional privada	Freq.	558	1.524	1.058	1.518	1.425	6.084
	%	6,79	7,45	6,29	11,92	13,24	8,82
Familiares	Freq.	5.440	16.220	12.679	8.475	6.754	49.568
	%	66,17	79,3	75,35	66,55	62,76	71,84
Babá/empregada doméstica	Freq.	304	786	692	453	340	2.575
	%	3,7	3,84	4,11	3,56	3,16	3,73
Traz para a universidade	Freq.	385	543	933	319	256	2.437
	%	4,69	2,66	5,55	2,51	2,38	3,53

Fonte - IV pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, Uberlândia, Julho 2016.

Algumas universidades federais possuem creches nas dependências do campus, o que facilita o acesso tanto para os/as acadêmicos/as quanto para os/as servidores/as que também poderiam deixar seus/suas filhos/as na creche durante o período de trabalho. No entanto, os dados apontam que a maioria dos/as estudantes ainda deixa os/as filhos/as com os familiares durante as aulas, mas que ainda existe um percentual de pais que deixa a criança sozinha em casa, o que traz a tona outras questões referentes à responsabilidade dos/as mesmos/as em relação ao bem estar desta criança.

Muitas vezes ao tomar esta atitude, os pais são culpabilizados de imediato, sem que possam registrar ou recorrer da atitude tomada por não haverem locais apropriados de acordo com a região do município, ou mesmo não ter vaga na creche mais próxima. Esta discussão se estende além das dependências da universidade, torna-se pública e emergencial, pois o direito à educação básica é dever do Estado conforme já preconiza a Constituição Federal.

Por mais que os dados apontem uma considerável vantagem da região sul diante dos demais estados em relação à condição dos filhos/as, a realidade das IFES da região sul não se

distancia das demais. Ainda há avanços no que tange à oferta e à qualidade das creches universitárias nas IFES, algumas instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS oferecem creche somente aos/as filhos/filhas dos servidores/as e outras que ofereciam este espaço deixaram de oferecê-lo, como no caso da FURG.

3.4 O CENÁRIO DA FURG: DO ESTAR DO BEBÊ AO AUXÍLIO INFÂNCIA

De abril de 2001 a dezembro de 2008 a FURG ofereceu o “Estar do bebê” uma unidade inserida na SUPEST – Superintendência estudantil, que era ligada a extinta PROACE – Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e funcionava no prédio do Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – CAIC dentro do Campus Carreiros da FURG. Faziam parte desta unidade uma coordenadora e quatro estagiárias dos cursos de Pedagogia e Enfermagem.

O Estar do bebê era uma unidade que cuidava dos/das filhos/as de estudantes, desde os/as recém-nascidos/as até os onze meses e vinte e nove dias de vida. A estrutura do estar do bebê era composta por uma sala grande com ar condicionado, carrinhos de bebê, berços, colchonetes para lazer, espelho, barras para auxiliar no processo dos primeiros passos da criança, geladeira, micro-ondas, torneira elétrica, trocador, banheira, solarium, brinquedos, filtro de água, mixer para sucos, pia, armários, além de poltronas de amamentação.

Em 2009, a partir da reestruturação da universidade e com a criação da PRAE, esta unidade foi extinta e optou-se não mais pela oferta de um espaço de atendimento às crianças, mas em oferecer um valor em dinheiro para os/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através do auxílio creche, hoje auxílio infância. Com a extinção do Estar do Bebê a servidora lotada naquela unidade passou a fazer parte da PRAE. Por um lado, o estar do bebê atendia as crianças para que as mães e pais pudessem assistir às aulas, o que ajudava pelo fato de que os/as estudantes estavam no mesmo ambiente que seus/suas filhos/as, a universidade. Assim, ao acabarem suas aulas, ficava mais fácil deslocar-se até o CAIC. Segundo relato da ex-coordenadora do Estar do Bebê, Adriana Dias Silveira, muitos/as estudantes diziam ter certa dificuldade de locomover-se com uma criança de colo até a universidade, principalmente os/as estudantes que precisavam de mais um ônibus para realizar esse trajeto.

Por outro lado, com a extinção do Estar do Bebê, e com a criação do auxílio creche, ampliou-se a idade da criança a ser atendida, de um ano e onze meses para 5 (cinco) anos,

onze meses e vinte e nove dias. Em meio a vantagens e desvantagens em relação ao Estar do Bebê, o fato é, que não se sabe se a extinção desta unidade levou em consideração a demanda dos/das estudantes da época em que foi extinto. É provável que o número de estudantes com filhos/as na universidade tenha aumentado na medida em que começaram as ações do REUNI e também com a criação do PNAES em 2010, porém com a oferta do auxílio infância, programas como o Estar do bebê, ou outros que possibilitem aos pais deixarem seus/suas filhos/as não foram repensados pela Universidade.

Atualmente, a FURG não possui nenhum projeto ou programa deste tipo e nem creche, apenas uma escola ligada a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC, o CAIC, também em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande. O CAIC não possui um caráter de creche ou atendimento exclusivo aos/às filhos/as de universitários/as ou servidores/as, posto que atua como um centro de extensão com duas principais áreas: saúde e educação. Em ambas há parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS e as respectivas Secretarias de Município. No tocante à educação isso se materializa através da Escola Municipal Cidade do Rio Grande que possui gestão compartilhada e atende mais de 750 (setecentos e cinquenta) estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Foi a partir deste cenário desenhado na FURG e dos atendimentos realizados, que se visualizaram questões sociais que englobam a vida dos estudantes, sua família e seu percurso acadêmico, surgindo questionamentos que se interligam e refletem na universidade. De maneira geral, o recebimento dos auxílios não sana todas as necessidades dos estudantes, pois conforme o próprio nome denomina são apenas auxílios e devem ser vistos como tal pela comunidade acadêmica, para que não se confunda mais uma vez com a política de assistência social estabelecida através da LOAS, conforme dito anteriormente.

Para subsidiar essa questão, apontamos os princípios da LOAS, bem como os objetivos do PNAES, a fim de que possam ser entendidas as distinções das propostas de ambos, reforçando o entendimento de que a lei provê os mínimos sociais a qualquer cidadão/cidadã e o PNAES se detém as questões referentes ao Ensino Superior.

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

O PNAES tem por objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Assim, os/as estudantes, bem como qualquer cidadão/cidadã estão segurados pela LOAS, que é política de direito não contributiva, e devem buscar seus direitos junto ao Poder Público nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Já o PNAES, que advém da política de educação, se propõe a minimizar os efeitos das desigualdades sociais visando à permanência no Ensino Superior durante o período da graduação. Ocorre, que muitos/as estudantes que chegam a Universidade advém de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica assistidas pelos CRAS em seu Município de origem, e que por vezes não conseguem se sustentar nesta cidade somente com os recursos ofertados pela assistência estudantil, ao exemplo do auxílio moradia pecuniário, no valor de R\$ 250,00 que o/a estudante contemplado/a recebe e que em geral não corresponde nem à metade do valor do aluguel em Rio Grande.

Em relação ao auxílio infância, este é um dos auxílios da assistência estudantil que visa à concessão no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), para as/os estudantes que tenham filhos/filhas e/ou dependentes legais com idades entre zero e cinco anos, onze meses e vinte e nove dias. O pagamento do auxílio é mensal e a validade da concessão é para o ano letivo vigente. O/A estudante que tiver mais de um filho/filha e/ou dependente legal, poderá receber até dois auxílios, somando o valor de R\$500,00. Para o recebimento deste auxílio, as/os estudantes, após o deferimento, obrigatoriamente, deverão:

- a) Inserir no *sistemas FURG*, certidão de nascimento do (a) filho (a) ou criança com guarda;
- b) registrar ciência via *Sistemas FURG*, no Termo de Compromisso do Estudante;
- c) realizar a solicitação de pagamento do auxílio via *Sistemas FURG*, do dia 05 ao dia 15 de cada mês.

Para a manutenção do Auxílio Infância os/as estudantes deverão entregar, trimestralmente, uma declaração de que utilizam o recurso, o modelo do documento está disponível no site da PRAE¹⁷. A descrição acima, se refere aos procedimentos burocráticos referentes ao auxílio infância, de acordo com os editais da PRAE. Optou-se por realizar essa descrição detalhada, para mostrar como a/o estudante se depara com a informação deste auxílio nos editais. Salienta-se que o auxílio infância é disponibilizado nos Campus das cidades do Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Santo Antônio da Patrulha, e está sobre responsabilidade da gestão da PRAE, que possui uma unidade em cada Campus. Os critérios para o recebimento e renovação do auxílio infância são os mesmos nos três Campi, no entanto, todas as sedes possuem um edital específico.

O auxílio infância começou a ser disponibilizado no ano de 2009, logo após a criação da PRAE, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008. Até o ano de 2016 este auxílio era chamado de pré-escola, pois para a permanência do seu recebimento, o/a estudante deveria entregar na PRAE, a cada três meses, comprovantes de pagamento de creche ou escola para a criança, como “garantia” de que o benefício estava sendo utilizado com esta finalidade. O quadro abaixo mostra as modificações que ocorreram com o auxílio infância, a fim de proporcionar um melhor entendimento da questão:

Quadro 3 – Modificações do Auxílio Infância 2009-2016

NOME DO AUXÍLIO	ANOS	VALOR PAGO
Auxílio Creche	2009-2014	R\$ 200,00
Auxílio Creche	2014-2016	R\$ 250,00
Auxílio Infância	A partir de 2016	R\$ 250,00

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Portanto, além da mudança na nomenclatura do auxílio, verifica-se também o aumento do valor pago aos/às estudantes, que passou de R\$200,00 para R\$250,00. Não se conhecem os motivos que levaram ao aumento do valor do auxílio creche naquela ocasião, no entanto, acredita-se que este valor não foi discutido com os/as estudantes no sentido de verificar se o mesmo cobriria as despesas com creche ou cuidador/a no município do Rio Grande. Além disso, cabe apontar que não houve reajuste no valor pago, desde o ano

¹⁷ Disponível em: encurtador.com.br/enwY1

de 2016. O valor que anteriormente já era baixo para custear despesas com creche no município, atualmente torna-se ainda mais inviável.

Em relação a mudança do nome do auxílio, de creche para infância, evidenciamos o caráter do recebimento deste auxílio, pois conforme o PNAES os auxílios/benefícios estudantis devem preconizar a manutenção e permanência do/da estudante na Universidade. Assim, discutiu-se que o caráter do auxílio infância não deve estar vinculado à obrigatoriedade da inserção da criança em escola ou creche, mas deve ser pensado e conseqüentemente planejado pela equipe multiprofissional da PRAE, de que forma o auxílio infância pode contribuir para a manutenção dos/das estudantes que são pais e mães na Universidade.

Por tratar-se de um benefício pecuniário, o/a estudante contemplado/a deve dirigir-se a PRAE, a cada três meses, para a assinatura de uma ata de recebimento do auxílio. Este procedimento foi solicitado à FURG pelos órgãos do Governo Federal que atuam no controle dos recursos das IFES. Caso o/a estudante não faça a entrega da declaração no prazo estipulado, o auxílio infância é bloqueado, até que este/esta compareça a PRAE para assinar a ata de recebimento do auxílio, bem como entregue a declaração.

A referida declaração traz em seu texto¹⁸ menção ao PNAES, citando que o documento tem por objetivo reter situações de evasão derivados da maternidade ou paternidade. Porém, por mais que o documento traga a preocupação com a retenção dos/as estudantes por situações referentes às questões familiares, não é verificado se o motivo pelo qual a/o estudante deixou de assinar a declaração foi em decorrência dessas questões. O processo de assinatura da ata e entrega da declaração, é realizado em conjunto pelas Coordenações de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante – CODAFE e de Acompanhamento e Apoio Pedagógico – CAAPE. Os/As estudantes que não compareceram à PRAE para a assinatura da ata e entrega da declaração são chamados/as posteriormente pela CAAPE para regularizarem sua situação.

Uma das profissionais da CAAPE fica responsável pelo atendimento aos/as estudantes assistidos/as pelo auxílio infância que estão em acompanhamento pedagógico – AP. Portanto, ao serem chamados para receberem a informação de que não será pago naquele mês o auxílio devido ao não cumprimento da normativa, os/as estudantes em AP são atendidos/as por esta profissional, e que segundo o seu relato, são diferentes os motivos pelos quais os/as estudantes

¹⁸ Disponível em: <http://www.prae.furg.br/index.php/arquivos/documentos.html>.

informam não terem comparecido à PRAE. Alguns/Algumas referem que houve esquecimento, outros que foi em decorrência de alguma questão envolvendo o filho/a.

Os/As demais estudantes que não estão em AP e que foram chamados/as pelo mesmo motivo do descumprimento da normativa, também são comunicados pela CAAPE sobre o bloqueio do auxílio, não sendo avaliados os motivos do descumprimento. Ainda em relação ao pagamento do auxílio, importa dizer que caso não haja solicitação por parte do/da estudante no período estipulado do mês, o mesmo não poderá solicitar o auxílio de modo retroativo, orienta-se que quaisquer mudanças ocorridas com a/o estudante e que possam interferir no recebimento deste ou de outro auxílio/benefício, devam ser comunicados à equipe multiprofissional da PRAE para que não haja eventuais prejuízos ao/a estudante.

Em meio a tantos trâmites referentes a este auxílio, não podemos esquecer que seu significado, é proporcionar a pessoa que possua um/uma filho/a ou dependente legal, ainda que receba um valor irrisório diante das despesas atuais com uma criança, uma quantia para ajudar nos gastos com os/as filhos/as e/ou dependentes legais. De acordo com um levantamento realizado nas escolinhas particulares do Município, o valor médio de meio período para a criança é de aproximadamente R\$400,00 a R\$ 500,00. Sendo assim, o valor recebido pelo auxílio infância cobre a metade do que é necessário para totalizar os gastos com uma escolinha particular.

Em razão das grades de horário dos cursos e as demais atividades da Universidade, muitos/as estudantes ficam impossibilitados/as de trabalhar, e conforme o PNAES, os auxílios/benefícios devem preconizar a permanência do/da estudante na universidade. Dessa forma, não é exigido do/da estudante nenhum tipo de comprovação da maneira pela qual utiliza o valor do auxílio infância. Para a comprovação do vínculo com a criança, o/a estudante deve entregar na PRAE a cópia da certidão de nascimento do/da filho/a e/ou declaração de guarda da criança, não sendo necessário o/a estudante residir com a criança.

Com isso, os/as estudantes que possuem obrigações judiciais com pagamentos mensais, como a pensão alimentícia, podem solicitar o auxílio infância. Essa situação tem ocorrido com maior frequência nos últimos meses, levado alguns homens a realizar a solicitação deste auxílio, a fim de garantir ao/a filho/a a contribuição com algum valor mensal, neste caso os R\$250,00. O não acompanhamento aproximado das famílias que recebem o auxílio infância faz com que não se saibam importantes dados que devem ser usados para o monitoramento da execução da política de assistência estudantil na FURG, principalmente se o recebimento deste auxílio tem realmente contribuído para a permanência dos/as estudantes na Universidade.

Dessa forma, é preciso acompanhar se os/as estudantes assistidos/as residem de fato com as crianças declaradas, se o valor disponibilizado é usado para custear despesas com a criança, se os pais que solicitam o auxílio referindo que o valor será repassado para a manutenção da criança de fato o fazem, entre outras questões relevantes para a avaliação deste recurso. Questionamos também a falta de articulação com outras IFES quanto à qualificação da oferta dos auxílios, não do ponto de vista de uma padronização, mas no sentido da troca de experiências, na forma pela qual esses/as estudantes são acompanhados/as ao longo de sua jornada acadêmica, se as crianças recebem algum tipo de assistência, se a família é encaminhada para a rede de atendimento socioassistencial do município, entre outras situações que podem ser elencadas. Esta discussão tem acontecido somente pelos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários através do FONAPRACE – Forum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, que é o Fórum que os representa, mas não há outros fóruns de discussão ou espaços proporcionados para este fim.

Outra questão a ser discutida é o fato de que o valor destinado ao auxílio infância é o mesmo para homens e mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica. Talvez seja necessário repensar se as mulheres, que são um grupo social historicamente alijado, que sofre preconceitos, discriminação, violências, diferenças salariais e que na maioria das vezes cuida sozinha dos/as filhos/as acabam mais uma vez em desvantagem em relação à igualdade do valor do auxílio. Com isso, quero dizer que muitas vezes a chamada política de igualdade acaba não reconhecendo as diferenças existentes entre os grupos sociais, desconsiderando suas especificidades. Esse processo que traz a ideia de que a igualdade tem por objetivo tornar todos e todas iguais, anula um percurso de lutas travadas em torno da discriminação.

Neste sentido, Tubino (2012, p.06), refere que “não discriminar é tratar diferentemente os diferentes na qual suas especificidades sejam justamente a base de um tratamento diferencial em prol da igualdade”. Muitos/as estudantes residem somente com os/as filhos/filhas e, por estarem na universidade durante parte do dia não tem com quem deixar a criança. Com isso, muitas vezes é o valor recebido através do auxílio infância é que paga um/uma cuidador/a para que o/a estudante possa deixar a criança durante o seu período de aula. Contudo, ao completar a idade limite para o recebimento do auxílio, o/a estudante acaba procurando a PRAE para solicitar alguma medida que o auxilie, seja outro benefício, algum projeto que possa deixar a criança ou até mesmo uma creche.

Nossa proposta aqui é pensarmos a possibilidade da Universidade como um espaço também para as crianças, sejam elas filhos/as de estudantes ou de servidores/as. É possível a criação de espaços comunitários para as crianças na Universidade? Seria possível ter uma creche no ambiente universitário? É possível para a Universidade buscar parcerias junto ao Poder Público Municipal para a criação de uma creche que atenda a sua comunidade e ao mesmo tempo ser mais um espaço de formação aos/as estudantes da área da educação?

Pensamos ainda, que tratar a inclusão/permanência/evasão dos/das estudantes na universidade somente pela ótica do recurso financeiro é conceber a assistência estudantil de acordo com uma perspectiva financeira de execução do programa, ou seja, somente pela oferta do recurso em dinheiro, sem pensar em uma proteção social que contemple todos os direitos dos/das estudantes no espaço universitário.

Questões como a falta de uma creche na universidade, o recebimento do auxílio estudantil no valor de R\$ 250,00, a oferta de cursos que suas disciplinas podem estender-se nos três turnos obrigam aos/as estudantes um despendimento de tempo maior para a dedicação aos estudos, entre outras questões, são situações que se acredita que dificultam o percurso acadêmico das mães que estão na universidade, pois diante da realidade que as cerca são necessários investimentos e um acompanhamento qualificado das mesmas, visando sua permanência na universidade até a conclusão do curso.

Além da concessão do auxílio infância, e dos atendimentos oferecidos pela equipe multiprofissional da PRAE a todos os/as estudantes sejam estes beneficiados/as pelo PNAES ou não, neste momento não há nenhuma atuação direta com as mães universitárias. Os/as estudantes assistidos/as pela assistência estudantil são aqueles que procuram atendimento, seja através do site da FURG e da PRAE, e-mail ou no espaço da PRAE e são orientados/as a se inscreverem nos editais dos auxílios/benefícios, a fim de serem contemplados/as, após passarem pelas etapas necessárias de avaliação socioeconômica. Assim, não sabemos quantos/as são os/as estudantes que possuem filhos/as ou dependentes legais e que estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pela assistência estudantil da FURG e que neste momento se encontram descobertos/as por esta política, por desconhecerem a assistência estudantil.

Dessa forma, existem por um lado um grupo de estudantes já assistidos/as pelo auxílio infância, mas que é desconhecido seu perfil, bem como acredita-se que devem haver estudantes nas mesmas condições, mas que desconhecem a assistência estudantil da FURG. Em relação ao grupo de mães já assistidas pela Instituição, não se sabe, portanto, se os investimentos da assistência estudantil estão de fato colaborando para a permanência destas mães na

universidade, bem como não se sabe quais as necessidades trazidas por essas estudantes no ambiente universitário.

Apenas neste breve relato das ações já desempenhadas pela FURG surgem questionamentos que também pautam essa pesquisa: por que se optou pela extinção do estar do bebê? É papel da universidade atender também os/as filhos/as e/ou dependentes legais dos/das estudantes? Quais são os direitos das mães que estão nas universidades? Será que essas mulheres reconhecem que são portadoras de direitos? Há uma inclinação para a desistência do curso em razão de serem mães?

É provável que nunca teremos todas as respostas dos questionamentos ora levantados, talvez outras questões possam chamar a atenção e o processo da pesquisa seja novamente acionado, dando início a um novo ciclo, contudo, espera-se que essa pesquisa possa de alguma forma despertar uma abertura para a questão das mães universitárias no espaço acadêmico.

Algumas universidades federais, como a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Universidade Federal de Pelotas - UFPEL lançaram no ano de 2018 propostas para a discussão de políticas de permanência de mães, que levam em consideração os aspectos de estrutura da Universidade, como a instalação de fraldários, bem como os de cunho social e pedagógico através do acompanhamento das estudantes. A UFSC, através da portaria 1004/2018¹⁹, instituiu um grupo de trabalho com a proposta de elaborar políticas para a permanência das mães estudantes na UFSC, enquanto a UFPEL divulgou no dia internacional da mulher uma nota na página da universidade na internet, na qual abre a discussão para o tema, e propõe ações na Universidade.

No ano de 2019, a UFPEL realizou no mês de abril a primeira reunião em conjunto com mães e pais para pensarem a respeito de uma política institucional, bem como anunciar a compra de fraldários para serem instalados no campus. Ressaltamos essa expressão de serem mães e pais, pois na própria reunião, as estudantes citaram a importância da divulgação de ações para mães e pais, para que haja uma quebra de paradigma quanto a questão da maternidade ser somente da mulher, conforme evidenciam os autores apontados. Ainda que estejam em processo de construção da política na universidade, a UFPEL já realizou a compra de trocadores para instalar nos banheiros, evidenciando algumas ações mais concretas a serem realizadas.

¹⁹ Disponível em: <http://saad.ufsc.br/files/2018/12/Portaria-1004-GR-Grupo-de-m%C3%A3es.pdf>

Na FURG ainda não existe uma política de atenção às mães, apenas as ações desenvolvidas pela PRAE, principalmente através do auxílio infância, mas que não possuem um viés específico para as mães. A partir da experiência das universidades citadas, é possível organizar-se e alinhar-se na construção de uma política de atendimento às mães em nossa Universidade, estando em conformidade à realidade vivenciada no município do Rio Grande/RS.

CAPÍTULO III

4. MULHERES, MÃES E UNIVERSITÁRIAS

Aprender a ser afetado significa isso mesmo: quanto mais se aprende mais diferenças existem. Latour.

Seguindo o ciclo da análise textual discursiva, após a leitura das respostas obtidas na pesquisa, foram eleitas três categorias de análise que pretendem ampliar a visão acerca do debate estabelecido. A primeira categoria discorre sobre os limites das estudantes mães no contexto universitário, a segunda sobre os desafios e as experiências das estudantes mães e a terceira é sobre o papel da universidade em relação as mães universitárias. Como se pode perceber, juntas, essas formam uma tríade que só adquire sentido quando interligadas, posto que contemplem as diferentes dimensões que constituem o desafio de ser mulher, mãe e universitária.

Do processo de análise textual discursiva, temos um mapeamento relevante de cada uma das categorias elencadas, as quais corroboram com o enunciado nos capítulos anteriores da presente dissertação e possibilitam conhecer mais dos desafios e potencialidades de cada uma dessas histórias de vida, de suas diferentes origens, experiências, concepções e sonhos, que se aproximam, no que tange ao desejo de concluir a formação acadêmica, garantir melhores condições de vida para seus/suas filhos/as e família, além de ousar ocupar outros papéis na sociedade.

Para que fique mais claro ao/a leitor/a, o capítulo final da dissertação foi organizado tomando por base cada uma das categorias e as discussões que engendram, contudo, cabe reforçar, que é de sua interligação e conjunto que formam, que advem o sentido e os significados do estudo.

4.1 LIMITES DAS ESTUDANTES MÃES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Retomando os estudos acerca da maternidade e seus significados na sociedade contemporânea, balizados a partir das leituras de Scavone, (2001) e Mayer (2003), compreendemos que o movimento feminista teve influência na construção de uma nova visão sobre a maternidade. No entanto, as mulheres ainda seguem exercendo o papel de cuidadora da criança, Badinter (2011) chama isso de identidade forçada das mulheres na condição de mães. As respostas dos questionários apontaram para essa realidade ao referirem sobre suas

rotinas diárias no cuidado da casa, da criança, dos estudos e do trabalho, evidenciando o papel da mãe no lugar central com pouca participação do pai e/ou outros familiares.

Muitas mulheres, como no caso das estudantes alcançadas por essa pesquisa, acabam sendo julgadas por não estar em casa cumprindo com suas “obrigações naturais” entendidas como de sua natureza donas de casa, mães cuidadoras em tempo integral, além do preconceito sofrido nos demais espaços, incluindo a universidade, quando são cobradas por priorizarem as crianças em detrimento das demais atividades. Saffioti (1987, p.10) refere que: “...io da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais.

Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a *natureza* daquilo que ela foi transformada pelos processos socioculturais”. Dessa forma, ainda que a luta das mulheres por direitos igualitários e por sua independência tenha avançado, as marcas de uma sociedade machista e misógina que fixou o papel da mulher como mãe, cuidadora, dócil, e rainha do lar, acabou por elaborar um processo sociocultural, conforme evidenciou a referida autora.

Saffioti (1987) diz que “quando se afirma que natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da hist (Saffioti, 1987, p.11)”. Isso se concretiza através das respostas obtidas onde as mães descrevem suas rotinas diárias que incluem as tarefas domésticas como sendo parte significativa de suas obrigações, evidenciando múltiplos papéis em suas jornadas, sem que delas atuem seus respectivos companheiros e/ou pais das crianças.

A seguir apresentaremos as questões que foram norteadoras da pesquisa, de modo que o/a leitor/a possa acompanhar a maneira pela qual as questões foram expostas às participantes da pesquisa, compreendendo desde a rotina das estudantes até suas perspectivas para a construção de uma política de atenção á mães e pais na universidade.

Questão Norteadora: Como é a sua rotina diária? Descreva em anexo as atividades que, no geral, são desenvolvidas durante as 24 horas dos dias semanais e finais de semana.

Quadro 4 – Rotina das mães

Ana	Realizo todas as tarefas domésticas (arrumo, passo, lavo, cozinho) e também os cuidados com as crianças (levo a escola, Laura estuda no turno da manhã e o Bernardo no turno da tarde, e eu estudo a noite. Reunião e eventos escolares sou bem freqüente. Atualmente cuido da minha mãe também, devido problemas de saúde, pois passou por procedimento cirúrgico de pontes de safena, a qual se recupera bem.
Rita	Manhã e tarde faço estágio, noite vou para a faculdade. Nos intervalos desse tempo busco minha filha na escolinha, estudo, faço a rotina diária de casa, como a limpeza, lavar roupas e organizar a casa. Nos finais de semana procuro ficar ao máximo com a

	minha filha para compensar minha ausência durante a semana, além de realizar os serviços domésticos.
Joana	Cuidados diários com a casa, lavar roupa, fazer as refeições, ir para a aula, conseqüentemente dar conta da demanda recebida, brincar e dar atenção e cuidados básicos com meu filho e tempo para família e esposo.
Iracema	Pela manhã vou para a FURG, deixando meu filho com meus pais, ele tem o diagnóstico do espectro autista, então tem que ter uma atenção redobrada. A tarde ele vai para a escola, vamos para as terapias, período da noite ficamos em casa, fazendo jogos, desenhando, o tempo todo com meu filho, raramente fico sem ele.
Carolina	Não respondeu.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

O depoimento de Ana, mostra que além dos desdobramentos das tarefas domésticas e o preparo das crianças para a escola, ela também cuida da sua mãe. O significado em torno do cuidado da mãe nos faz refletir sobre o quanto as mulheres que além de mães e estudantes, também desempenham outros papéis, neste caso o cuidado com os/as idosos/as da família, e isso simultaneamente implica em suas rotinas. O cuidado dos familiares, também precisa ser considerado ao visualizarmos as questões que envolvem as mães universitárias, considerando que esses cuidados, também são fatores que estão presentes no cotidiano das estudantes e que podem influenciar em sua vida acadêmica.

No geral, essas questões são androcentricamente inscritas na ordem do privado e, por isso, não são mensuradas quando pensadas as políticas públicas de assistência estudantil na universidade. Contudo, há de pensarmos que a situação da velhice, maternidade ou mesmo das múltiplas jornadas de trabalho das estudantes, são sequelas de ausências de marcadores de gênero nas elaborações de políticas.

A recorrermos a história veremos que o limite entre o público e o privado sempre foi borrado quando o que estava em jogo eram os interesses de setores androcentricos que governavam o Estado. Entre o público e o privado historicamente ocorreu algo muito particular e, em vários aspectos, contraditório. Se de um lado o público, no geral, é visto como espaço regulado pelo Estado, como aquele em que o interesse de “todos” que o habita. O privado, em contraposição, ficou no âmbito do doméstico ou da família. Este seria o desenho mais rudimentar dessa fronteira. Entretanto, ela dificilmente foi rígida, exatamente porque a família, como unidade social, necessita dialogar com o mundo público.

A grande discussão é observar que historicamente quem foi o representante familiar no espaço público. Não tememos afirmar que o patriarca foi o sujeito que hipoteticamente assumiu esta tarefa. Mas, o interessante é observar o quanto isto foi naturalizado em nossas

práticas cotidianas, mesmo no contexto atual em que inúmeras famílias são lideradas pelas mulheres, ainda são os homens os convocados para resolver as questões públicas.

Esta relação entre o público e o patriarca familiar nos diz (in) diretamente, em práticas educativas sutis e naturalizadas, que uma família necessita(va) ter um homem e, portanto, um poder legítimo e racional para representá-lo no mundo público (Caetano, 2016). Talvez, por isso, o auxílio infância na FURG, não previu diferenciação entre homens e mulheres no momento de sua concessão.

Por exemplo, um homem estudante, independente de residir com a criança ou não, desde que ele traga a certidão de nascimento que mostre que é o pai biológico, ele tem direito ao auxílio – comprovada sua situação de vulnerabilidade socioeconômica. Daí se conclui que a política de assistência estudantil de modo geral não contém uma perspectiva de gênero na sua essência. Logo, o auxílio infância pode e é concedido de modo universal, ou seja, não leva em consideração as especificidades e as particularidades da questão da mulher na universidade.

Tomando como exemplo Rita, que é casada e tem um filha de 4 anos, podemos perceber que a responsabilidade pela organização da vida da criança é dela. Tarefas como buscar e levar o/a filho/a na escolinha não são compartilhadas: “manhã e tarde faço estágio, noite vou para a faculdade. Nos intervalos desse tempo busco minha filha na escolinha, estudo, faço a rotina diária de casa, como a limpeza, lavar roupas e organizar a casa”.

Emerge em uma de suas falas a questão da culpa por não poder ficar mais tempo com a criança, o que aponta para um dilema vivenciado pelas mães universitárias, que está muito ligado as concepções criadas através do senso comum, acerca do que seria o papel da mãe, do que é ser uma boa mãe e de que não é possível conciliar tal condição com a Universidade ou mesmo o mercado de trabalho: “nos finais de semana procuro ficar ao máximo com a minha filha para compensar minha ausência durante a semana, além de realizar os serviços cos”.

A culpa é um dos sentimentos que podem ser experimentados na relação com qualquer pessoa e, logicamente, não estaria excluída daqueles vividas pelas mães em relação aos seus/suas filhos/as. Ele pode vir quando a mãe sente que exagerou na reação diante de algo que seu filho/a fez de equivocado ou mesmo quando percebe que sua atenção está direcionada ao trabalho, estudo ou preocupação que a afasta da criança. Contudo, sua maior sequele é, sem dúvida, o desconforto que ela produz. Para mulheres desta pesquisa a culpa não foi uma experiência passageira e se constituiu uma companhia desagradável, elas presumiram que é uma parte natural da maternidade.

Ao pensarmos sobre este cenário, é possível verificar o quanto suas saúdes são afetadas, este quadro pode levá-las à ansiedade e depressão porque estão sobrecarregadas e desapontadas. Rita parece deixar que sua vida seja contaminada pela culpa porque sua expectativa não está sendo satisfatoriamente alcançada. Existe uma enorme dissonância entre o que ela sabe ser o certo para si e o que ouve que é o certo para seu/sua filho/a e família. As propagandas midiáticas diariamente a dizem para fazer determinada coisa; seus familiares, em contraposição, têm suas opiniões; seus grupos sociais na universidade ou mais pessoais encorajam a seguir um rumo completamente diferente e o resultado, a angústia.

A fala de Joana traz mais uma vez a questão dos cuidados com a casa, além disso, aponta para o fato que é preciso dar conta da demanda recebida, conforme destacou a estudante, evidenciando o que já havíamos apontado anteriormente, que a jornada das mães universitárias se torna árdua em razão das múltiplas tarefas a serem cumpridas durante o dia, seja com o/a filho/a, casa, trabalho, companheiro/a ou outros familiares.

Iracema ao abordar sobre sua rotina traz à tona outra questão deveras importante para compreendermos as questões que envolvem as mães universitárias. Ao lermos seu depoimento referindo o fato do filho ser diagnosticado com o espectro autista, nos deparamos com o fato de haverem outras mães, as quais não temos conhecimento, que passam pela situação de terem um filho/a com alguma doença ou necessidade especial e que poderiam ser acompanhadas, encaminhadas para a rede de atendimento do município, mas que acabam sendo invisibilizadas, tanto as estudantes, quanto seus/suas filhos/as.

De modo geral, compreender a rotina das estudantes é entender a dinâmica pela qual se organizam tanto as questões acadêmicas quanto familiares. Percebemos a partir da questão norteadora que as falas trouxeram de maneira primordial o cuidado com as tarefas domésticas como sendo algo central em suas vidas, e que a partir dessas tarefas é que as outras rotinas do dia acabam se organizando. Além disso, podemos perceber que a vida das estudantes também é permeada por outros cuidados, os familiares, os acadêmicos, e aqueles que envolvem a saúde dos filhos.

Questão Orientadora: Como concilia as atividades da Universidade com a maternidade?

Quadro 5 – Conciliação das atividades da Universidade com a maternidade

Ana	Conforme a necessidade vou priorizando, hora me dedico mais as crianças, hora me dedico a universidade. Costumo adiantar os trabalhos para evitar atrasos.
-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Rita	Como solto as 15 horas do estágio, quando chego em casa procuro estudar um pouco, busco minha filha na escola e quando vê já está na hora de voltar para a Universidade para assistir as aulas.
Joana	Desde pequeno acostumei meu filho a respeitar meu espaço de estudo, então no momento que preciso ele e meu esposo praticam outras atividades ou na ausência do pai, ele hoje assisti um desenho ou brinca na volta. Quando recém-nascido era nos momentos de sono dele.
Iracema	Geralmente quando tenho alguma atividade na universidade meu filho fica com a minha mãe ou a minha sogra.
Carolina	Toda uma organização nos horários, com auxílio da Pedagoga da PRAE no plano de estudos.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

m de estarem vinculadas as obrigações “naturais” do papel da mãe, as mães entrevistadas demonstraram, conforme as falas acima, que é necessário equilibrar os estudos com a maternidade. A fala trazida por Ana quando relata que: “conforme a necessidade vou priorizando ou quando vê já está na hora de voltar para a Universidade”, evidencia uma rotina diária intensa, onde a todo momento existe uma sincronicidade nos eventos, de forma a organizar a casa, o cuidado com a criança e os estudos.

Rita destaca que seu momento de estudo consiste no intervalo entre sua chegada em casa do estágio e a busca da filha na escola. Levando em consideração o tempo do deslocamento do estágio até a casa, a distância dos bairros na cidade do Rio Grande, e o horário no qual a filha sai da escola, nos questionamos se o tempo no qual a mãe tem para estudar acaba sendo suficiente diante das demandas da universidade.

Chama-nos a atenção a fala de Joana quando diz: “então no momento que preciso ele e meu esposo praticam outras atividades...”, destacamos isso, pois a partir das leituras que foram feitas dentro de uma perspectiva dos estudos feministas, é possível perceber na maneira pela qual a mãe se expressa, que o pai ocupa um papel de apoio as suas necessidades, demonstrando ajuda quando a mãe não pode ficar com a criança. A fala desta mãe nos remete a visão do pai como um auxílio, e não como uma pessoa com a mesma responsabilidade da mãe na criação do/a filho/a.

Iracema nos remete a pensarmos sobre o quanto o apoio familiar é importante para as estudantes que são mães. Para essa pesquisa, as estudantes selecionadas são residentes no município do Rio Grande, contudo precisamos pensar nas demais estudantes mães que residem sozinhas e que muitas vezes não recebem ajuda, seja financeira ou emocional, nem de familiares, amigos ou vizinhos/as.

Refletindo sobre a necessidade de uma rede de apoio, Carolina aponta para o auxílio recebido através da PRAE ao realizar um plano de estudos com a Pedagoga. Conforme

evidenciamos anteriormente, a atuação da PRAE não é somente às/aos estudantes assistidos/as pela assistência estudantil, de maneira geral qualquer estudante pode ser atendido por demanda espontânea. Importante destacarmos que a elaboração do plano de estudos feito com a Pedagoga permite que a estudante consiga organizar seus horários de aula e tempo livre, de modo que consiga priorizar os estudos nas disciplinas que tem mais dificuldade, mas que ao mesmo tempo tenha espaço para lazer e outras atividades.

Compreende-se, a partir das respostas obtidas nesta questão orientadora, que a luta das mães na universidade se estende também para seus/suas filhos/as, que igualmente fazem parte de um espaço coletivo que os/as constrói diariamente. Ao tratar sobre a questão da maternidade na vida acadêmica, faz-se necessário entender o impacto sofrido pela criança, cuja mãe encontra-se na universidade. É pertinente pensarmos em questões relevantes ao desenvolvimento das crianças que podem ser prejudicadas de alguma forma pelas excessivas demandas da academia, como: o cuidado, o vínculo estabelecido entre mãe e filho/a, a amamentação, entre outras.

Questão Orientadora: As obrigações da maternidade já a levaram a pensar em desistir da graduação? Descreva

Quadro 6 – Obrigações da maternidade na graduação

Ana	Sim. Este ano todo ficou mais difícil, mas pude contar com a ajuda de parentes, vizinhos e colegas, então realizei o estágio e as escritas do TCC, onde os professores foram compreensíveis com a minha disponibilidade e horários.
Rita	Sim, algumas vezes.
Joana	Não, pois a graduação influencia na conquista de uma melhor forma de estar no mercado de trabalho como sendo um plus.
Iracema	Muitas vezes! Apesar de pensar em desistir sempre penso que devo seguir em seguida. Não por mim, mas sim pelo meu filho.
Carolina	Nunca por esse motivo enfim, pois tenho apoio familiar, mas a questão financeira sim, tento pensar que estou lutando pelo futuro dele.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Em decorrência da questão abordada anteriormente, é possível perceber que ainda que não se tenha uma uniformidade nas respostas obtidas, identificamos em todas as falas apresentadas a necessidade de um apoio as mães, seja familiar, de colegas, docentes ou de outros/as profissionais da universidade. Saffioti (1987, p. 102) enfatiza que: “discussões

francas e abertas são altamente esclarecedoras, melhorando, via de regra, a compreensão dos problemas e, por conseguinte, também as estratégias de luta formuladas para combatê-los”. São essas excessivas discussões, ainda que informais, que tem mostrado o quanto a universidade enquanto espaço formador de sujeitos não discute a inserção deste segmento em sua estrutura, e que é essa falta de discussão que nos instiga a pensar os motivos pelos quais a questão da maternidade na vida acadêmica passa despercebida no meio institucional.

Na fala de Ana quando refere que “os professores foram compreensíveis com a minha disponibilidade de horário” nos leva a pensar que essa estudante obteve o apoio de docentes do seu curso, mas e as demais mães? Até que ponto existe uma compreensão por parte dos/das demais docentes? Será que a situação vivenciada pelas mães universitárias deve mesmo ser percebida com um olhar de compreensão ou como uma política universitária que vise o bem-estar de suas estudantes, e que ao ingressarem na universidade devem ser tratadas como sujeitos de direitos respeitadas pela instituição?

A resposta de Rita ainda que tenha sido sucinta em dizer “algumas vezes” nos faz refletir sobre os motivos pelos quais houve vontade de desistir da graduação. Uma resposta não justificada ao invés de saciar, nos instiga a refletir sobre o porquê de não haver justificativa, talvez pensar a respeito seja tão doloroso ao ponto da estudante não querer falar sobre o assunto ou, talvez a ideia de desistência do curso seja algo já superado. O fato é que não saberemos sua resposta, mas nos questionamos de várias formas seus motivos.

Joana traz à tona o mercado de trabalho como sendo uma motivação para seguir os estudos, independente das questões que envolvem a maternidade. Provavelmente muitas estudantes que são mães, mesmo que enfrentem dificuldades, encontram na universidade uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. “Proporcionar um futuro para o filho”, conforme relatou Carolina, demonstra um dos objetivos de vida das mães que perpassam diferentes obstáculos para concluir a graduação.

Destacamos também Iracema, quando diz “muitas vezes” referindo-se ao pensamento sobre a possibilidade de desistir da universidade em razão da maternidade, quando enfatiza isso através do ponto de exclamação logo após a fala, demonstrando através da pontuação utilizada o quanto essa jornada torna-se exaustiva. Quando refere que “apesar de pensar em desistir sempre penso que devo seguir[...]não por mim, mas pelo meu filho”, é possível refletirmos o quanto a maternidade possui um peso que ao mesmo tempo que torna árdua a jornada das mães, faz com que elas redobrem a vontade de permanecer e concluir os estudos em razão de um futuro para os/as filhos/as.

Com isso, queremos dizer que quando as mães referem estarem lutando por um futuro melhor para seus/suas filhos/as, não quer dizer que a maternidade seja fácil de conciliar com os estudos ou que por mais que existam dificuldades elas acabam sendo superadas, mas sim que o propósito pelo qual persistem acaba vencendo os obstáculos que enfrentam. Em relação a essa mulher do “futuro”, Badinter (1985) reforça que:

Essas mulheres que se realizam melhor fora do que dentro de casa são quase sempre as que se beneficiam de uma instrução superior e mais satisfações podem esperar do exercício de sua profissão. Seria uma ironia dizer que as mais cultas são as mais “desnaturadas”. Isso não resolveria nada. A instrução das mulheres é irreversível e, se tivéssemos de fazer o retrato antecipado das mulheres do futuro, sem dúvida as imaginariamos ainda mais desnaturadas, detentoras do saber e do poder em pé de igualdade com seus companheiros (BADINTER, 1985, p. 346).

Pensamos, portanto, que cabe a universidade repensar o seu papel em relação às estudantes que são mães ou aquelas que se tornam mães no decorrer do percurso acadêmico, pois a luta dessas mulheres por seus direitos necessita ser reconhecida e construída em conjunto, pensando na melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertada pela universidade. Ao pensarmos na importância da discussão dessa pauta, partimos para a terceira categoria elencada a partir dos dados obtidos nesta pesquisa.

4.2 DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DAS ESTUDANTES MÃES

As respostas das questões orientadoras não evidenciam se as estudantes pretendem seguir a carreira acadêmica como docentes, pesquisadoras, cientistas, e tantas outras possibilidades que a universidade proporciona no âmbito da formação profissional. Independente dessa escolha, a questão da maternidade não pode vir a interferir de forma negativa na carreira profissional das estudantes, nem durante a graduação, e nem depois ao pretender dar seguimento na pós-graduação.

Se a naturalização do papel de mãe já é um dos primeiros e complexos desafios que enfrentam as mulheres, tornar-se mãe com ou sem vontade, e conciliar esse papel com as atividades de ensino, pesquisa e extensão que fazem parte do Ensino Superior é um aspecto que precisa ser tomado em consideração, na trajetória das mães universitárias. Em alguma medida, tal tema já esteve presente anteriormente, contudo, agora iremos aprofundar a análise pelas vozes das mães que contam um pouco de suas vivências e as estratégias que criam para

seguir estudando e sendo a um só tempo, mulheres, mães, acadêmicas e tantas outras tarefas que assumem como o de cuidadoras de seus pais, trabalhadoras, entre outros/as.

As falas trazidas a partir da resposta da questão norteadora demonstram o misto de emoções trazidas pelas mães em relação à conciliação dos estudos com a vida pessoal. Sentimentos como a culpa, incompreensão, esgotamento mental devido às excessivas cargas de estudos e mais uma vez estar em uma situação onde devem optar entre família, trabalho e filho/a mostram o quanto a trajetória de mães na universidade é envolvida por diversos fatores empírico-emocionais.

Questão Orientadora: Você acha difícil conciliar os estudos com a maternidade? Se sim, descreva

Quadro 7 – Relação entre os estudos e a maternidade

Ana	Difícil sim, mas não impossível. As crianças obedecem quando menos esperamos também exigem atenção e cuidados. A frase que mais ouvi dos meus filhos foi: mamãe tu está estudando de novo? Por vezes me senti culpada ou em dívida com as crianças, por ter que optar em executar os trabalhos da faculdade e deixá-los sem a devida atenção e cuidado, mas pensava e ainda penso em atuar como professora e com isso obter ganhos e melhorar a nossa condição de vida.
Rita	Sim, pois uma criança exige muito de nossa atenção e acompanhamento de seu desenvolvimento e na maioria das vezes os professores parecem que só pensam que tem alunos de 18 anos que não trabalham e que vivem com os pais, assim despejando horrores de trabalhos e conteúdo sem pensar nas pessoas que tem marido, trabalho, filho, casa.
Joana	Em alguns momentos, pois a Universidade nos suga a ponto de não termos vida fora da academia, porém nem sempre é assim.
Iracema	Sem dúvidas é muito difícil conseguir conciliar, no início da graduação eu trabalhei no comércio, então saía às 7 da manhã de casa e só via meu filho às 20h da noite. Com o passar do tempo tive que optar por um dos dois, sendo muito difícil. Há algum tempo meu filho foi diagnosticado com autismo e as vezes não consigo comparecer às aulas e realmente os professores não entendem. Uma vez meu filho quebrou o braço e levei o atestado e a professora que é a coordenadora do curso recusou meu atestado. Acho que os professores não querem saber sobre o que está sendo passado na sua vida. Até hoje tenho problemas com essa professora de desistir de fazer a matéria 3 vezes, neste semestre pedi que só conseguiria se fizesse como voluntária no repositório para poder aprofundar o conhecimento e assim conseguir passar na matéria e nem sequer respondeu ao meu e-mail. É muito complexo.
Carolina	Sim, meu filho passa o dia na escola...quando não está na casa de alguém nos finais de semana para que eu possa estudar.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Além da questão da culpa percebida mais uma vez, destacamos na fala de Ana um esforço para que os filhos desde pequenos entendessem sua dedicação aos estudos na busca por tornar-se professora. Quando referiu que as crianças obedecem, mas também exigem

dedicação e cuidado, demonstra o quanto as mães necessitam equilibrar diariamente em suas vidas uma dura jornada.

A rotina dos estudos trazida nas falas das mães também é outro fator que nos chamou a atenção, pois sabemos que a exigência dos/das docentes faz parte da universidade, no entanto ao voltarmos nossa atenção para as múltiplas jornadas das mães universitárias, percebemos o quanto essa sobrecarga acaba afetando essas estudantes. Rita destaca que os cuidados com uma criança não são fáceis, quando diz: “uma criança exige muito de nossa atenção e acompanhamento de seu desenvolvimento”, demonstra sua preocupação em dar atenção a filha e ao mesmo tempo dedicar-se aos estudos, ambas tarefas complexas e que ocorrem de forma simultânea. Também ao falar sobre os/as docentes relatou que os mesmos acabam: “[...] despejando horrores de trabalhos e conteúdo sem pensar nas pessoas que tem marido, trabalho, filho, casa”.

Complementando o que foi trazido pela outra estudante, o relato de Joana chama a atenção pela maneira a qual se reporta as obrigações da vida universitária, evidenciando de forma direta tudo aquilo que estamos a relatar nesta pesquisa, através de um desabafo: “[...] a Universidade nos suga a ponto de não termos vida fora da academia”. Por mais que no final do relato a estudante diga que nem sempre é assim, a rotina dos estudos em conciliação com as demais atividades torna-se um aspecto a ser considerado na trajetória dessas estudantes.

Questões mais complexas e pessoais como a situação relatada por Iracema trazem à tona outros conflitos que podem surgir a partir da falta de compreensão dos/das docentes em relação à situação das mães. Quando diz que: “acho que os professores não querem saber sobre o que está sendo passado na sua vida”, nos remete mais uma vez a repensarmos a rigidez acadêmica, de forma que as situações trazidas pelos/as estudantes possam ser avaliadas dentro de suas possibilidades, uma vez que não há legislações que amparem as mães que necessitam trazer a criança para a sala de aula, ou, como no caso da estudante, o/a filho/a tenha alguma situação de saúde envolvida. Consideramos uma questão complexa, pois é necessário que se ouça também a o lado do/da docente antes de realizar qualquer julgamento a cerca da situação apontada, no entanto é também um alerta para que as questões pessoais sejam consideradas.

Se por um lado percebemos a universidade ainda muito rígida dentro de seus padrões, por outro lado vemos a emergência de políticas públicas que garantam os direitos das estudantes que são mães. Nesse sentido, compreendemos que ainda existe uma lógica androcêntrica por trás das políticas estudantis, de forma que a existência de mulheres que são mães passa despercebida e invisibilizada no ambiente acadêmico. A universidade ao ampliar o

acesso, deve também visualizar políticas de permanência de seus/suas estudantes diante de um diagnóstico da realidade apresentada. Com isso, questionamos se a Instituição já buscou verificar o número de estudantes mães e a partir desses dados a fim de traçar estratégias de ação com essas estudantes. Qual é a lógica existente por trás da criação das políticas de assistência estudantil? Onde se encontram as mães que delas fazem parte?

Questão Orientadora: Você já viveu alguma experiência na universidade em que sua maternidade tenha sido questionada? Por exemplo alguma discriminação. Se sim, descreva.

Quadro 8 – Experiências acerca da maternidade na universidade

Ana	Não
Rita	Não
Joana	Questão em branco
Iracema	Sim. Quando meu TCC seria sobre acessibilidade do portador de autismo na biblioteca, e me falaram que não teria nada a ver com a biblioteconomia, me colocando para baixo.
Carolina	Sim.. muito. Meus colegas respondem quando priorizo “meu filho” ning mandou você engravidar cedo.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Conforme ocorrido com questões anteriores, quando as estudantes não respondem a uma questão voltamos a pensar nos motivos pelos quais isso ocorreu. Por tratar-se de uma questão acerca de discriminações, nem sempre as pessoas encontram-se preparadas para falar sobre, ainda mais quando se trata de abordarem sobre seus/suas filhos/as. Ainda que não haja resposta por parte das estudantes, optamos em destacar isso para que demonstrar que nossa preocupação não é somente com as respostas obtidas e sobre o debate que podemos levantar a partir disso, para discutirmos uma política de atenção as mães universitárias.

A “não resposta” de três estudantes aponta para pensarmos e debatermos sobre os preconceitos vivenciados pelas mulheres e mães, pois em um primeiro momento a sensação de não haver uma resposta pode remeter ao fato de não existir preconceito no meio universitário as estudantes mães, no entanto as respostas de Iracema e Carolina apontam que existem situações, e que essas podem vir a serem expressas de maneira abrupta conforme menciona Carolina.

Como havíamos abordado a maternidade nem sempre é algo planejado anteriormente na vida das mulheres. Por vezes a notícia da gravidez ocorre de forma inesperada, tanto para aquelas que sonhavam em ser mãe, mas que não esperavam uma criança durante o percurso

acadêmico ou para aquelas que jamais manifestaram vontade e que mesmo assim decidiram por seguir adiante com a gravidez. Por isso, as jornadas de mãe, esposa, estudante e trabalhadora, necessitam ser acompanhadas, para que essa estudante não precise ou queira desistir da graduação por tornar-se mãe. As dificuldades enfrentadas, o preconceito vivenciado, frases ouvidas de colegas ou professores podem pesar na decisão de dar continuidade ou trancar o curso.

Iracema sentiu-se ofendida ao apresentar sua proposta de trabalho de conclusão de curso sobre o autismo e ser considerado “nada a ver” com seu curso. Não cabe neste momento discutirmos se teria a possibilidade dessa escrita estar em conformidade com o curso, mas o fato da estudante pensar em uma temática na qual pudesse considerar elementos de cunho emocional ao trazer a situação que vivencia diretamente com o filho para a universidade, e poder contribuir nessa área mostra que é importante a valorização das idéias trazidas pelos/as estudantes.

A resposta de Carolina nos chama a atenção para duas questões que queremos debater, uma delas diz respeito ao uso das aspas quando trata sobre o filho: meus colegas respondem quando priorizo “meu filho”. De fato, o método indutivo, conforme o próprio nome evidencia, nos impulsiona a induzir prováveis entendimentos para tal situação. Neste caso, acreditamos que o uso das aspas na frase, tenha sido para enfatizar sua indignação frente aos colegas quando questionada sobre ter que priorizar o filho perante outras situações. Ora, se não puder priorizar “seu filho” em detrimento das atividades, como poderia conciliar a maternidade com a vida acadêmica?

Não queremos realizar algum juízo de valor sobre os colegas dessa estudante, contudo, sabemos que a universidade é um espaço heterogêneo, que engloba diferentes estudantes e condições de vida. Com isso, nem todos/as estudantes, docentes, técnicos e comunidade acadêmica estão abertos a entender as dificuldades enfrentadas para a permanência na universidade. O julgamento sofrido pela estudante: “ninguém mandou você engravidar cedo”, demonstra a intolerância e a discriminação que a estudante sofre pelo simples fato de ser mãe universitária. Na falta da empatia com a estudante há uma espécie de punição por parte dos colegas, que entendem que não há motivos para reclamar já que “decidiu” engravidar cedo.

O outro fato para o qual queremos debater traz à tona o discurso sobre o filho ser “culpa” da mulher. Ainda sobre a frase em questão: “ninguém mandou você engravidar cedo”, é debruçada sobre a mulher a totalidade da responsabilidade sobre a gravidez. Além disso, torna essa mulher vulnerável ao ponto de ser julgada sobre sua maternidade. Em relação aos discursos sobre a maternidade, Donath (2017) diz que:

Ainda hoje, quando estamos diante de retratos da maternidade com mais matizes e mais do que nunca as mães podem expressar suas dificuldades e angústias, que tendem a ser normalizadas e, portanto discutidas mais livremente em pesquisas e debates públicos, a maternidade continua a ser capturada no imaginário coletivo como um lugar onde se dispensam cuidados com afeto e ternura, livre de conflitos interpessoais (DONATH, 2017, p. 61).

Dessa forma, a necessidade da discussão acerca das questões que envolvem a maternidade é importante não somente para as mães, mas também para a comunidade acadêmica em geral. Acreditamos que um espaço de escuta e acolhimento por parte da universidade é ideal para atender as necessidades dessas estudantes, enquanto mulheres, mães, trabalhadoras, portadoras de direitos, chefes de família, esposas, cuidadoras de familiares idosos que possuem ou não ajuda para cuidarem de suas crianças. Há, portanto, a necessidade de uma rede de apoio institucional como forma de atendimento a este grupo social que por vezes acaba sendo invisibilizado no espaço universitário.

A universidade ao abrir “a caixa preta” sobre a diversidade do público que atualmente é atendido por ela escancara as desigualdades que as mulheres vivenciam a partir da dupla jornada. Mesmo que a taxa de fertilidade tenha baixado nas últimas décadas entre as brasileiras, ainda há mulheres que decidem pela maternidade, serão essas as mais penalizadas quando decidem se qualificar? (BITENCOURT, 2017, p. 7).

Nas palavras da autora, já não é mais possível aceitar que mulheres que são mães se prejudiquem ao buscarem uma qualificação na universidade por não haver reconhecimento de suas demandas. Entendemos que esse esforço deve ser coletivo, pois há a necessidade da instituição repensar o que entende sobre a maternidade de suas estudantes, principalmente por parte dos/das docentes.

Questão Orientadora: Seu filho/a já a acompanhou nas aulas e/ou atividades na Universidade? Como foi a experiência?

Quadro 9 – Acompanhamento do/da filho/a nas aulas

Ana	Sim. Foram cobaias e também protagonistas de trabalhos e estudos durante toda a graduação. Contribuíram significativamente na minha formação acadêmica no curso de Pedagogia.
Rita	Sim. Foi uma experiência tranquila, mas também cansativa para a minha filha.

Joana	Não
Iracema	Não
Carolina	Não

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Apesar da resposta positiva trazida por Ana que demonstrou felicidade na partição dos filhos durante sua formação acadêmica, são falas como a de Rita, que demonstram preocupação, na medida em que a mãe reconhece que por mais que a experiência de ter que trazer a filha para a universidade tenha sido tranquila acabou sendo cansativa para ambas.

Situações como amamentar, trocar fraldas, evitar o choro da criança, entre outras, inerentes ao cotidiano de uma mãe, acabam ocorrendo na sala de aula, quando as estudantes não possuem alternativas, do que levar crianças para a universidade. Silvana Bitencourt (2017) traz o dilema das estudantes mães em relação à organização de tempo:

Assim, as estudantes mães necessitarão organizar o tempo do curso de graduação com os cuidados dos filhos e os cuidados de si. Deste modo, é possível observar na vida destas mulheres um tripé em relação ao uso do tempo que envolve os cuidados da carreira, dos filhos e de si, mesmo as mães com filhos já estão em idade adulta (BITENCOURT, 2017, p. 12).

É sobre essa rotina de organização diária de atividades que se estende nossa preocupação. Desde pequenas, as crianças já precisam encaixar-se nas atividades de adultos, o que envolve desgaste físico e mental tanto para a criança quanto para seu responsável, principalmente as mães que vivenciam a maternidade pela primeira vez. Algumas estudantes conseguem passar mais tempo com as crianças antes de retornarem as atividades acadêmicas logo após a gravidez, porém nem sempre é possível ficar o tempo máximo pretendido.

A Lei nº 6.022, de 17 de abril de 1975 assegura as estudantes grávidas o regime de exercícios domiciliares a ser compreendido através de atestado médico, para que as estudantes possam seguir os estudos em casa a partir do oitavo mês de gestação até três meses. Recentemente, em março de 2018, foi aprovado o projeto de Lei nº 2350/15²⁰ que ampliou de três meses para seis meses o período do regime domiciliar, aumentando o prazo para as estudantes mães.

Essa lei contempla todas as estudantes independentemente do ensino, o que nos leva a refletir que não há uma legislação específica para as estudantes do Ensino Superior. No

²⁰ encurtador.com.br/epFX8

entanto, há casos em que as estudantes se obrigam a retornar para a faculdade mesmo com o atestado médico que poderia assegurar seu afastamento. As disciplinas que exigem a participação em laboratório, estágios, a participação da estudante enquanto bolsista, entre outras situações acabam por fazer com que as estudantes tenham que retornar mais cedo, ocasionando muitas vezes a vinda da criança consigo para a sala de aula.

Questão Norteadora: Você considera que conhece as políticas de Assistência Estudantil voltadas às mães estudantes na FURG? Qual a sua opinião sobre elas?

Quadro 10 – Política de Assistência Estudantil voltada as mães

Ana	Sim. Fui bastante beneficiada com o auxílio infância
Rita	Sim. Conheço e as considero muito importantes para nos motivar a seguir os estudos
Joana	Não conheço toda a política, então não me sinto preparada para dialogar sobre
Iracema	Eu não conheço, nunca soube ou escutei nada sobre elas.
Carolina	Creio que não conheça

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

As respostas obtidas a partir da questão norteadora não proporcionam que nos aprofundemos mais sobre o quanto as mães estudantes que referiram conhecer a política de assistência estudantil da FURG e se de fato a conhecem. Ana quando refere que foi bastante beneficiada nos remete ao que havíamos discutido anteriormente sobre o auxílio ser entendido como direito dos/das estudantes. Ela não deixa o claro o seu entendimento sobre o auxílio infância, apenas reconhece o fato do mesmo a ter ajudado durante o período compreendido.

Rita considera que as políticas são importantes para a motivação dos estudos, não deixando claro sua opinião, mas demonstrando apreço pela existência ao menos do auxílio infância. Joana reconhece que não conhece a política e por isso não se sente preparada para um debate, o que nos leva ao encontro de Iracema quando diz: “nunca soube ou escutei nada sobre elas”, referindo-se ao fato de desconhecer uma política para mães. Esse desconhecimento das próprias mães assistidas através do auxílio infância traz à tona o quanto a Instituição não investe nos espaços de acolhimento as estudantes que são mães e o quanto é profundo o desconhecimento de estudantes sobre a política de assistência estudantil.

Conforme abordamos anteriormente, há uma crescente desvalorização da educação pública superior em detrimento de investimentos em privatizações, principalmente no que se

refere ao Ensino Superior. Esse desinvestimento poderá acarretar na diminuição das políticas públicas de ingresso/permanência de estudantes nas universidades. Por isso, consideramos ser de extrema importância a compreensão dos/das estudantes a respeito da política que respalda sua permanência na universidade. Entendemos que a universidade cumpre um papel no exercício da cidadania de seus estudantes, ao proporcionar um entendimento e engajamento dos/das mesmos/as nas políticas existentes. Dessa forma, defendemos que não cabe somente o usufruto do auxílio/benefício como direito estudantil, mas também uma participação efetiva e o controle social da mesma.

4.3 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS

Diante do cenário da universidade, percebemos conforme temos dissertado sobre essa pauta, que as mulheres que são mães não devem e não podem ser prejudicadas em suas carreiras, em razão da maternidade. Para isso, é necessário medirmos esforços na busca da qualificação dos espaços do ambiente acadêmico, bem como do atendimento ofertado, para que possa atender às necessidades de mães universitárias, evitando a evasão da universidade e buscando melhores condições de vida a essas mulheres.

De forma geral, investir em políticas que prezem o bem-estar dos/das estudantes na universidade, é focar em estratégias para que estes/estas possam concluir a graduação e pós-graduação. Ao pensarmos nas mães universitárias, idealizamos que esta realização também se estenda para suas famílias, objetivando qualidade e atenção para as mulheres que em suas trajetórias trazem na busca pelo ensino superior em uma universidade presencial, uma meta de vida.

Questão Orientadora: Como você avalia o acolhimento da Assistência Estudantil na FURG? Justifique.

Quadro 11 – Acolhimento da Assistência Estudantil da FURG

Ana	O acolhimento é ótimo
Rita	Muito bom
Joana	É um acolhimento muito distante ainda, pois muitas mães não tem o conhecimento da assistência, mas quando se tem, o contato é efetivo.

Iracema	Eu acho muito incrível, eu fui poucas vezes, mas nas vezes em que compareci me senti bem e com vontade de ter esse encontro mais vezes.
Carolina	Bom, porém poderia ter algumas melhorias

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Conforme nosso entendimento a respeito do conceito de assistência estudantil balizado em Souza (2011) percebe-se a partir das narrativas trazidas pelas mães, que o acolhimento da assistência estudantil da FURG ainda que seja visto como positivo, necessita traçar estratégias para uma melhor divulgação, para que mais estudantes tenham acesso aos serviços disponibilizados.

Relatos sem justificativa como nos casos de Ana e Rita que referem apenas ser “ótimo” e “muito bom” não são desconsiderados, contudo não podemos nos deter em tais afirmações na medida em que era de conhecimento das estudantes que a pesquisadora faz parte do técnico da PRAE e que esse fator pode ter influenciado na resposta de algumas questões.

A resposta de Joana quando diz: “é um acolhimento muito distante, pois muitas mães não têm conhecimento da assistência”, nos leva a questionar o quanto ainda estão remotos os atendimentos realizados pela equipe da PRAE. Também nos questionamos, o quanto os/as estudantes conhecem sobre o atendimento ofertado pela assistência estudantil da FURG, pois o processo de avaliação socioeconômica realizado possui uma etapa burocrática de entrega de documentações, o que acaba muitas vezes passando a idéia de fiscalização aos/às estudantes, que ao invés de aproximá-los da PRAE acaba os afastando.

Questão Orientadora: Se você tivesse a autoridade para elaborar uma política de assistência voltada às mães estudantes na FURG, como seria? O que pretendia ou priorizaria?

Quadro 12 – Propostas para uma política de assistência as mães da FURG

Ana	Só acho que seria bom ter uma creche na universidade, inclusive para o noturno, e que atendessem crianças maiores, como meu filho de 8 anos.
Rita	Um espaço dentro da universidade para deixarmos nossos filhos, não diariamente, mas quando surge aquela aula que não pode faltar de jeito nenhum e não temos com quem deixar com alguém, fazendo assim não faltar essa aula.
Joana	Uma creche na própria universidade seria um sonho de toda a mãe, além de auxiliar muito o fato da criança estar mais próxima da mãe.

Iracema	Acredito que sobre o auxílio infância que ele não fosse até os 6 anos, pois as vezes esse dinheiro é usado para suprir a mãe que não pode trabalhar para continuar a graduação e ajudar o filho.
Carolina	Já pensei muito nisso, acho que seria legal a própria universidade ter uma creche para as mães universitárias, que quando fossemos estudar... Já deixaríamos eles lá. Os horários da FURG são bem dinâmicos e por isso dependemos de escolas infantis particulares que tenham horário mais extenso.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Não podemos negar que a assistência estudantil tem um papel importante para a permanência das mães na Universidade. Atualmente, temos na FURG, o auxílio infância, como já apontado anteriormente, que se configura como a única ação específica não apenas para mães, mas para pais que possuam filhos de até seis anos incompletos.

Quando dialogado com as mães acerca das lacunas existentes na Assistência Estudantil da FURG, quatro das entrevistadas citaram que uma creche seria a alternativa que consideram mais necessária. Ana destaca a importância da creche universitária também atender ao período noturno, que por vezes acaba sendo esquecido, além do fato de atender crianças maiores.

No relato de Rita, temos a sugestão de “um espaço dentro da universidade para deixarmos nossos filhos, não diariamente, mas quando surge aquela aula que não pode faltar de jeito nenhum e não temos com quem deixar com alguém, fazendo assim não faltar essa aula”. A sugestão de Rita enfatiza que muitas vezes quando as mães não têm com quem deixar os/as filhos/as para vir a universidade, acabam faltando a aula e prejudicando assim seus estudos.

Joana destaca que: “uma creche na própria universidade seria um sonho de toda a mãe”. Além disso, refere que a possibilidade da creche aproxima a mãe da criança, vindo ao encontro de nosso entendimento a cerca da necessidade do fortalecimento do contato da criança com a mãe. Iracema não faz referência à creche, mas se detém ao fato do auxílio infância ter o teto de seis anos como limite, mostrando que o valor recebido auxilia para as mães que não podem trabalhar devido à graduação, mas que precisam do valor para cobrir as despesas com os/as filhos/as.

Carolina além de tratar sobre a creche traz mais uma questão referente à dinâmica universitária que são os horários das aulas. Muitos cursos são integrais com aulas em período integral, o que faz com que muitos/as estudantes passem todo o dia na universidade. Para as estudantes que precisam buscar as crianças na escola, o fator horário das aulas acaba

atrapalhando a rotina, pois nem todas as escolas funcionam até tarde, prejudicando as mães e as crianças.

A resposta de muitas mães a cerca da creche como sendo importante no espaço universitário, chama a atenção para o que Saffioti (1987, p.48) traz sobre a participação das mulheres que são mães em suas lutas diárias. Quando diz que “a grande participação tica das brasileiras se tem dado nos movimentos sociais: associações de mães, movimento contra a carestia, luta por creches...”. Assim, o movimento pelo acesso à creche, surge do apelo das mães que necessitam trabalhar.

Essa participação se dá principalmente pelo fato das mães serem trabalhadoras e necessitarem de um espaço para deixarem seus/suas filhos/as, conforme expressou Iracema. A respeito disso, Raupp (2004) diz que:

Essa reivindicação da mulher trabalhadora decorreu do aumento da sua inserção no mercado de trabalho, a partir de transformações na sociedade, como a expansão industrial, o crescimento das cidades e as modificações na organização e estrutura da família contemporânea, uma luta determinada por razões concretas, ou seja, pela necessidade de ter um local onde pudessem deixar seus filhos para aumentar a renda familiar por meio do trabalho remunerado (RAUPP, 2004, p.201).

Conforme citado, não há como comparar a vida das mulheres, mesmo que em contextos semelhantes de vida, pois são inúmeros os fatores socioeconômicos que as rodeiam, como as transformações societárias, a organização familiar, além das demais circunstâncias apontadas pela autora que se expressam no cotidiano e causam impacto na vida das mulheres.

O fato de tratarmos sobre mães universitárias, mesmo que em situação de vulnerabilidade socioeconômica, traz à tona a realidade de mulheres que conseguiram chegar ao Ensino Superior apesar das dificuldades enfrentadas. No entanto, essas mulheres também são submetidas às mesmas situações de escassez de vagas na rede pública de ensino para deixarem os filhos enquanto trabalham ou estudam.

A respeito do auxílio infância, as mães foram questionadas sobre o valor que recebem, para que pudéssemos compreender se é suficiente e de que forma utilizam o valor para os cuidados dos/as filhos/as.

Questão Orientadora: O valor que você recebe com o auxílio infância, ajuda com as despesas com a criança? Justifique.

Quadro 13 – Valor do auxílio infância/despesas

Ana	Sim, pois é com essa ajuda que pago a vizinha que fica com as crianças. Não cobre todo valor, mas ajuda bastante.
Rita	O fato é que anualmente as mensalidades tem ajustes, procurei uma escolinha bem mais barata e mesmo assim tenho que completar o valor, pois hoje se recebe R\$ 250,00 e as mensalidades de meio turno são em torno de R\$ 330,00.
Joana	Sim, pois quando ele fica com um familiar tenho como financiar o deslocamento, além do alimento.
Iracema	O auxílio que eu recebia era para ajudar meu filho na terapia que ele está fazendo, hoje em dia, desde que descobrimos sobre o autismo. Ajudava no pagamento.
Carolina	R\$ 250,00 ajuda em parte com a escolinha, tenho que colocar sempre pra completar.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Ao relatar que “a vizinha que fica com as crianças”, Ana mostra a dinâmica pela qual se estrutura para vir às aulas. Joana também aborda sobre o filho ficar com um familiar quando precisa. O que aponta para o que já havíamos dito anteriormente sobre a rede de apoio em torno das mães que não conta somente com familiares, mas também vizinhos/as. Rita e Carolina apontam para o valor das mensalidades das escolinhas na cidade do Rio Grande, que chagam a um valor quase oitenta reais mais caro que aquele pago pelo auxílio infância.

Apesar do cenário econômico que enfrenta a cidade de Rio Grande/RS, com queda do número da oferta de empregos, o custo de vida ainda se mantém alto, ocasionando maiores gastos com a educação, como no exemplo citado pelas mães, quando referem o valor pago para as creches. Também consideramos relevante retomar aqui a concepção do auxílio infância como um subsídio da assistência estudantil, no suporte dos/das estudantes que o recebem visando sua permanência na universidade. Dizemos isso, pois questionamos até que ponto a troca de um espaço onde os/as estudantes possam deixar seus filhos, como no caso do Estar do Bebê que havia na universidade não contemplaria melhor as demandas das estudantes, em vez de um auxílio pecuniário.

Questão Orientadora: Que tipo de ações pode ser desenvolvidas para fortalecer a permanência das mães na universidade e o vínculo entre a universidade, mãe e filho?

Quadro 14 – Ações que podem ser desenvolvidas para a permanência

Ana	Acredito que a creche seria uma boa alternativa. Poderiam oferecer vagas para estágio do curso de Pedagogia.
Rita	Consciência dos professores, pois nem todos os alunos tem 18 anos, vivem com os pais e não precisam trabalhar. Fazer pesquisas e mostrar dados para os professores que não vivemos só para a universidade e sim que temos família, casa para cuidar e trabalho.

Joana	Palestras com alunos e profissionais da instituição, campanhas que excluam os preconceitos.
Iracema	Eu acredito que o problema todo é o professor não compreender que as mães têm uma vida por trás das aulas. Quando nós falamos somos julgadas, mas quantas vezes nós esperamos e eles não aparecem. Acredito que palestras para professores, onde eles entendessem que todos temos uma vida por trás, que todo o professor tenha uma sensibilidade ou uma psicologia dentro dele. Mais que tudo, que ele saiba entender o outro lado, não apenas exigir.
Carolina	Atividades dentro da universidade para as crianças, aos finais de semana com brincadeiras e atividades pedagógicas.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

As respostas obtidas através da última questão apresentam diversas propostas sobre qual direcionamento pode vir a ser construído em conjunto com as estudantes, a respeito da permanência das mães na universidade. As ideias de estágio para cursos como a Pedagogia no espaço de uma creche na universidade, conforme sugeriu Ana mostram que existe uma preocupação não somente em relação a suas demandas pessoais, mas como também em relação às questões acadêmicas, evidenciando que maternidade e ciência podem andar juntas.

Também aliando a universidade com as situações pessoais, Rita refere que seria importante que houvesse pesquisas que mostrassem aos professores os enfrentamentos diários que passam as estudantes que são mães. Acreditamos que a sugestão da apresentação de pesquisas seja pelo fato de que no ambiente universitário as pesquisas são superestimadas e poderiam assim dar maior credibilidade ao que está sendo proposto.

Joana chama atenção para o fato de ainda haver preconceitos no ambiente universitário quanto a temática da maternidade na universidade, a sugestão que apresenta também inclui os demais profissionais da instituição, para que através de campanhas possam debater mais sobre o assunto.

Iracema quando diz: “as mães têm uma vida por trás das aulas” da ênfase ao debate proposto, além disso, quando refere que: “nós somos julgadas, mas quantas vezes nós esperamos e eles não aparecem” apresenta as fragilidades expostas no ambiente acadêmico no que diz respeito a postura de alguns/algumas docentes que se atrasam ou não vão para as aulas e acabam deixando os/as estudantes esperando em sala de aula.

A resposta de Carolina para essa questão nos faz retomar que a universidade também é um espaço de extensão e que a sugestão da estudante sobre o espaço da universidade oferecer serviços aos finais de semana para atividades de lazer, pode ser uma maneira de realizar uma maior integração das mães com seus filhos, possibilitando também uma melhora na questão do vínculo das estudantes com a universidade.

As sugestões apresentadas pelas mães reforçam nosso entendimento de que a universidade ainda não está preparada para mudanças em sua estrutura atual. Bitencourt (2017) evidencia mais uma vez a questão da adaptação das universidades à nova realidade de estudantes, principalmente após o advento do REUNI, que fez com que as universidades ampliassem o número de estudantes. Após essa expansão, a universidade passou a abrir suas portas para diferentes públicos, como é o caso das estudantes que são mães e, por consequência disso, deve estar atenta às suas necessidades.

Se não há creches públicas e gratuitas para essas mães na universidade, isso comprova que a estrutura não é adequável as necessidades da família brasileira, pois há ainda mulheres que desejam ter filhos, contudo a maternidade não deve e não pode ficar sobre sua total responsabilidade neste cenário de expressiva entrada das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho (BITENCOURT, 2017, p.21).

A Universidade Federal de Santa Maria – UFSM é o exemplo de uma universidade que possui creche nas dependências do campus. Nesta universidade há um sorteio das vagas ofertadas, onde os/as estudantes concorrem com a comunidade local, docentes e técnicos/as da Universidade. Levando em consideração os altos custos com uma creche particular, e que os/as estudantes em sua maioria não possuem condições de pagar o valor de uma creche, passar pela experiência do “sorteio” das vagas e ter o risco de não ter garantido o acesso educação, acaba por ser mais uma tentativa frustrante em suas vidas.

Outras universidades também possuem iniciativas, principalmente por parte das estudantes em seus coletivos, apontamos no capítulo anterior as iniciativas da UFPEL e da UFSC, pois acreditamos que a partir de suas experiências, como no caso da UFPEL, onde é recente a proposta de uma política que assegure direitos as mães e pais universitários, é possível uma organização e um alinhamento de ideias e propostas na construção desta política na FURG, levando em consideração as características da universidade, o território, à realidade socioeconômica dos/das estudantes, entre outros aspectos necessários para o fomento de uma política institucional.

A maternidade, sem dúvida, trouxe mudanças significativas no cotidiano das estudantes que participaram deste estudo. Elas nos revelaram significativas alterações em suas redes de socialização, o que demonstra a importância dada às atividades estudantis quando comparada à vida social. Nesta compreensão, as jovens mães entendiam a maternidade como um dos principais motivos para inclusive manterem-se na universidade.

As transformações advindas da maternidade relatadas pela maioria das estudantes referem-se, sobretudo, as perdas de comodidades e às constantes privações de sociabilidades. Não obstante, ainda foram acrescentadas o aumento de responsabilidades com o cuidado com as crianças e os serviços domésticos. Em outras palavras, essas atividades somaram-se aquelas originárias da vida universitária dentro e fora da Instituição, e a universidade ao pensar suas políticas de assistência limita-se aos turnos em que a estudante se encontra em sala de aula. Porém, o estudo também nos evidenciou que a maternidade para essas estudantes universitárias de classes econômicas desfavorecidas, sobretudo, proporcionou ganhos oriundos da aquisição de autoconfiança, plenitude e bem-estar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos essa escrita, temos como ponto de “partida” nosso entendimento de que uma pesquisa não tem fim. As possibilidades de continuidade e de novos olhares sob o artefato pesquisado são inúmeras e, por isso, nossas considerações devem ser vistas como uma das percepções acerca da temática sobre a maternidade no espaço universitário. Compreendemos que a cada leitura surge o novo e com ele outros questionamentos e interpretações daquilo que foi pesquisado.

Para visualizarmos a realidade das mães universitárias assistidas através da assistência estudantil da FURG, percorremos um caminho que consideramos ser repleto de desafios, porém conseguimos romper a barreira do silêncio e captar, de forma sensível, o que é vivido e sentido por essas estudantes. Ao analisarmos a Assistência Estudantil a partir da implantação do REUNI, percebemos que a política de democratização do sistema de ensino superior federal e público implicou no aumento do número de estudantes oriundos das classes populares, que estudaram em escolas públicas, assim como negros/as e indígenas nas Universidades. Esse processo colaborou para a criação de estratégias de cunho socioassistencial, com o intuito de interferir nos fatores que impulsionaram a retenção e a evasão de estudantes universitários.

Além disso, o REUNI e o PNAES caminham na tentativa de inserir outra perspectiva sobre o percurso dos estudantes na Universidade. Principalmente o PNAES, que inaugurou a possibilidade concreta de que estudantes de baixa renda pudessem desenhar seu percurso acadêmico em condições mínimas e necessárias para sua conclusão. Agrega a idéia de igualdade de oportunidades entre os estudantes de origens sociais diversas.

Ainda que muitos esforços tenham sido feitos em nome do PNAES, de forma contraditória, o direito à maternidade para estudantes universitárias não foi assumido na sua plenitude ou de forma efetiva na esfera universitária. Fato que foi constatado por esta pesquisa, ao apontar que existe uma situação de invisibilidade dessas mulheres, situação que perpassa todas as esferas de gestão e inclusive das equipes multidisciplinares. Como foi apontado, na FURG as ações voltadas para esse segmento não foram ampliadas, desde que o PNAES foi implantado, pelo contrário, permanecem as mesmas desde o início, algumas até pioraram, como o fechamento do Estar do bebê.

Algumas falas trazidas pelas mães que responderam à pesquisa apontaram para o fato de que nem todos/as tem acesso ou sabem sobre seus direitos enquanto estudantes. Dessa forma, evidenciamos nosso posicionamento em favor da divulgação e manutenção dos

recursos da assistência estudantil na instituição. Diante disso, compreendemos que é preciso falar de política na universidade, pois ao adentrarem ao espaço universitário através da política de educação, os/as estudantes devem conhecer e acessar as demais políticas que os/as cercam. Com isso, queremos dizer que além da assistência estudantil há outras políticas universitárias que podem ser construídas visando uma melhor qualidade de vida durante o percurso acadêmico.

Consideramos que a universidade é um espaço formador de sujeitos, e por isso, compreendemos o quanto devemos caminhar em direção a uma política institucional que vise garantir os direitos das mães universitárias, para que possam participar das atividades acadêmicas de forma saudável, até a conclusão do seu curso de graduação ou pós-graduação. A discussão em torno da maternidade e o papel da universidade não se encerra aqui, contudo a realidade de muitas mães universitárias em diversas IFES do Brasil tem sido árdua, pois muitas vezes existe uma necessidade de levar a criança para a sala de aula ou faltar a aula para acompanhar o/a filho/a em alguma atividade, não havendo compreensão por parte dos/das docentes em relação as situações vividas. Em nosso entendimento, a universidade ao abrir as portas a novos/as estudantes, deve estar preparada para atender as diferentes necessidades sociais que se apresentam. Como exemplo disso, destacamos o ingresso casa vez maior de estudantes surdos/as, cegos/as e pessoas com necessidades especiais.

O fato é que a universidade ao abarcar pluralidades em seu espaço necessita dialogar, construir espaços de discussão para as diferentes demandas que surgem diariamente, considerando sua territorialidade, o contexto social de seus/ suas estudantes, as formas como se organizam, entre outras considerações importantes. Ao visualizarmos o contexto social no qual estamos inseridos/as, considerando como foco a sociedade capitalista, a partir desse cenário, a maternidade, em nosso entendimento, tem sido cada vez mais um desafio na vida das mulheres que são mães. Conciliar múltiplas jornadas diárias em casa, no trabalho e na universidade com diferentes papéis de dona de casa, trabalhadora, mãe, esposa e estudante, é um processo cansativo e desgastante, tanto para a mãe, quanto para a criança.

Unido a esse desgaste, temos o fator social do fardo sofrido pelas mulheres em relação ao “peso” da maternidade, no sentido de que ela ainda naturalizada como sendo exclusiva e instintiva às mulheres. Ao longo desta escrita, pudemos observar o quanto os elementos culturais acerca da maternidade são relevantes para compreendermos a construção social circunscrita em volta dela.

Falar de uma maternidade não romantizada, com dificuldades vivenciadas pelas mães ou até mesmo citar mães arrependidas, ainda parece ser aterrorizante para muitas pessoas, já

que o mito do amor materno e, daquilo que é divino na maternidade, ainda está ao redor das mulheres. Os julgamentos em torno dos discursos sobre a maternidade ainda são muitos, pois ela ainda não é vista como uma escolha na vida das mulheres e sim uma obrigatoriedade. Por isso, acreditamos que a escrita sobre esta temática também é uma forma de militância política para quebrarmos os estereótipos impostos por uma sociedade machista que determina diferentes lugares para homens e mulheres.

Nesta escrita nos encorajamos a pensar também sobre a carreira científica que essas mulheres estão traçando. Ainda que tenham mães que seguem na academia através da pós-graduação, percebemos que essas estudantes se encontram em desvantagem neste aspecto, pois nem sempre podem participar dos eventos estudantis, concorrerem a bolsas de pesquisa ou monitoria e/ou outras atividades, por não terem a mesma disponibilidade de tempo de estudantes sem filhos/as. Diante disso, nos questionamos: até que ponto a universidade irá abster-se desta discussão? Seguiremos tratando de maneira igual a todos/as os/as estudantes sem que suas peculiaridades sejam consideradas?

Ao revermos nossos objetivos iniciais nesta pesquisa, percebemos que os auxílios/benefícios da assistência estudantil interpelam a vida das estudantes de forma positiva, principalmente o auxílio infância, e que muitas vezes este auxílio é usado para o pagamento de uma pessoa para cuidar da criança enquanto a mãe está na aula. Percebemos também que os desafios enfrentados pelas mães são vários e de diferentes vertentes, tanto a falta de apoio dos/das docentes, quanto o fato de não haver um local na universidade onde possam deixar a criança, evidenciam as peculiaridades vivenciadas pelas mães estudantes. Algumas falas que surgiram ao responderem o questionário apresentado foram surpreendentes, pois não imaginávamos que também existe preconceito por parte de outros/as estudantes em relação às mães universitárias, o que mais uma vez nos traz indícios da importância dessa discussão na academia.

Frente a todas essas questões, compreendemos que o papel da universidade é estabelecer uma discussão que vise à totalidade do/da estudante universitário/a. Com isso, queremos dizer que não é somente papel da PRAE abarcar a pauta das mães universitárias da FURG, nossa compreensão parte de que uma política institucional deve perpassar todo o cenário acadêmico, como uma ação conjunta da universidade, envolvendo as demais pró-reitorias que atendem as demandas estudantis.

Ao idealizarmos um espaço de discussão que envolva docentes, técnicos/as administrativos/as em educação e estudantes, queremos caminhar na construção de uma política institucional de garantia de direitos, que pense nas demandas estudantis de estudantes

com filhos/as e que possa em conjunto com as demais universidades criar estratégias de ação, reunir dados, realizar congressos, criar coletivos, enfim, que sejam espaços de troca de olhares acerca da maternidade no contexto universitário por meio de debates ampliados.

Entendemos ainda, que nosso compromisso além de institucional é ético-político, do ponto de vista do Serviço Social, pois é parte da atuação profissional a elaboração e implementação de projetos com participação da sociedade civil. Por fim, conforme dissemos anteriormente, este debate ganha agora novos argumentos para ampliarmos essa discussão, já que nessa pesquisa houve recortes para a seleção das estudantes, e consideramos somente aquelas atendidas pela assistência estudantil, e é de nossa compreensão que existe um número maior de estudantes mães na universidade.

São novos caminhos que agora reiniciam, acreditamos que é através do debate que podemos construir novas possibilidades de atendimento as demandas estudantis que visem a melhoria na qualidade do atendimento as necessidades de estudantes, e que possibilitem a permanência na universidade pública de forma a qualificar o atendimento estudantil.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e Estado, Brasília, v.15, n. 2, jun./dez. 2000. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010-6-922000000200006>. Acesso em: 20 jun. 2019
- ARAÚJO, T. et al. **Restaurante Universitário como ação de Assistência Estudantil**. X Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX – UFRPE: Recife, 18 a 22 de outubro. 2010.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BEAUVOIR. S. **Le Deuxième**. Gallimard, Paris, v. 2, 1949.
- BITENCOURT, S. M. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado**. Florianópolis, SC, 2011. 344p.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
- BITENCOURT, S. **Maternidade e Universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero**. Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092.
- BLAZQUEZ GRAF, N. Epistemolog^a feminista: temas centrales In. BLAZQUEZ GRAF, N; PALACIOS, F.; EVERARDO, M. **Investigac^on feminista: epistemolog^a metodolog^{ica} y representaciones sociales**. Ciudad de Mé^xico – Mé^xico: CEIICH – UNAM, 2010.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 abril. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 jul. 2010.
- BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. **Dispões sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- BRASIL. Lei nº 6.022 de 17 de abril de 1975. **Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto-lei nº 1.044 de 1969 e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 abril.1975.
- BRASIL. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e da outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm>. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e da outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 2 jun. 2019.

CAETANO, M. **Performatividades reguladas:** heteronormatividade, biografias e educação. Curitiba: Appris, 2016.

CAETANO, M.; GAIVIZZO S.B.; GOULART, T. E. S. **Multiculturalismo e Justiça Social:** reflexões sobre as políticas de ação afirmativa e o ensino superior. Revista Textura, Canoas/RS, V.19, n.41, p.93-113, set/dez, 2017.

CASTRO, A. M.; CAETANO, M. Dilma Rousseff: as eleições e a lógica androcêntrica na política brasileira. **Revista ñanduty.** 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/index>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CASTRO, R. S. (Orgs.). **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.24, pp.5-15. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras expressões, 2015.

DONATH, O. **Mães arrependidas:** uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DUTRA, N. G. dos; SANTOS, M. F. S. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. **Revista Ensaio:** Avaliação e políticas públicas em educação. [online]. 2017, v.25, n.94, p.148-181. ISSN 0104-4036.

ESCOSTEGUY, A. C. **Estudos Culturais:** uma introdução. O que é, afinal, Estudos Culturais. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FARO, Ailton. **Os desafios da Assistência Estudantil como política de inclusão.** 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50>.

FURG.BR GATTI, T.H; SANGOI, L.F. Assistência Estudantil uma questão de entendimento. Brasília, agosto, 2000. Disponível em: <http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAF, N; PALACIOS, F.; EVERARDO, M. **Investigac feminista: epistemolog a, metodolog y representaciones sociales.** Ciudad de México – México: CEIICH – UNAM, 2010.

GUEDES, M. C. **Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário.** 2009. 132 p. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação & Realidade, Cultura, Mídia e Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.15-46, jul-dez. 1997.

HAYS, Sharon. **Contradições Culturais da maternidade.** Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagú, Campinas, v. 17/18, p. 139-156, 2002 In: AUTORIA. **América para todos los americanos: prácticas interculturales.** México. Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

JOHNSON, R. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** Ciudad de México: UNAM, 2005.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação.** n.19. Jan/Fev/Mar/Abr 2002. P. 20-28. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

LAUXEN, J. **“Não é normal eu não amar o meu filho”:** significados de maternidade e sujeito-mãe em duas instâncias midiáticas/ Jéssica Lauxen. – 2008. 133p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da vida e saúde, Rio Grande/RS. 2018. Orientadora: Dra. Raquel Pereira Quadrado.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. In: Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. de. (Org.). **Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 69-98.

MARCELLO, F. A. **Dispositivo da maternidade:** mídia e produção agnóstica de experiência. 2003. 180f. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social no Âmbito da Política Educacional: Dilemas e Contribuições da Profissão na Perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, M. M. J. **Serviço Social na educação: teoria e prática.** 2 ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. G. **Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres.** Interface Comunicação, Saúde, Educação, v.16, n.40, 2012.

MEYER, D. **Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos**. Movimento, ano 9, n. 3, 2003.

_____. Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, v. 16, n. 1. (2005). ISSN: 2316-1108.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-96.

MONTANÕ, C. **A natureza do Serviço Social**: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo, Cortez: 2007.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40,jul.-dez./2011.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí, 2007.

MOSER, C. O. N. **Gender planning in the third world**: meeting practical and strategic gender needs. World Development, Great Britain, v. 17, n. 11, p. 1799-1825, 1989.

NASCIMENTO, C. ANTUNEZ, J. L. **Assistência Estudantil na UFPEL**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2012.129p.

NEDER, M. L. C. **IV pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**, Uberlândia, julho, 2016.

PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULA, M. F. As políticas de democratização: do acesso ao ensino superior do governo Lula. **Revista Advir**, nº 23, 2009.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista Saúde Pública**, 2001; 35(1):103-109.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. O. **Desigualdade de Acesso e Permanência na Universidade**: Trajetórias escolares de estudantes das classes populares. Linguagens, Educação e Sociedade. Teresina, ano 12, n.16, p.19-32. Jan/Jun 2007.

PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos**. Cadernos de Pesquisa, v.35, n.124, p.43-55, jan/abr 2005.

RAUPP, M. D. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril, 2004.

REZENDE, G. C.V. **Fatores que influenciam as mulheres à maternidade**: construto biopsicossocial ou escolha ética?. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016. ISSN 978-85-61447-05-2. Disponível em: <http://cressmg.org.br/hotsites/Upload/Pics/cc/cc1b4f7a-0f95-4eea-8602_75ce0fa17be9.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, A. P. dos. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa. v.12, n.2, p.289-317. Jul/dez 2012.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo**: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu, São Paulo, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHIRMER, S. N.; BURLAMAQUI, L. A.; MAURELL, J. R. P. Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Estudante: Vivências e Experiências no âmbito das ações afirmativas na FURG. In: PEREIRA, V. A.; SCHIRMER, S. N.; JARDIM, D. B. **A política de ações afirmativas na FURG**: um espaço de formação permanente. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação de mestrado em Política Social, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.

SOUSA, F. S. de. **Os desafios para a implantação e implementação da política de assistência estudantil no IFMT**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/Maranhão. Agosto/2011.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TOLEDO, C. M. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. Cadernos Marxistas, São Paulo: Xamã, 2001.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. **“Lei das Cotas” e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro**. Quaestio, Sorocaba, SP, v.17, n.2, p.573-593, nov.2015.

TUBINO, F. Del interculturalismo funcional hacia el interculturalismo crítico. In: _____. **América para todos los americanos**: prácticas interculturales. México. Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2) 2009.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VELOSO, R. **Tecnologias da Informação e da comunicação**: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

XAVIER, A. M. **Serviço Social e Educação**. Análise do reconhecimento social e das experiências profissionais construídas nos diversos campos da política educacional. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH, 2008. Orientadora: Dra. Maria Lídia Souza da Silveira Dissertação (mestrado) – UFRJ/CFCH/ESS/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2008.

YAZBECK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 125-142.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n.32 maio/agosto 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS.
FORMULÁRIO DE PESQUISA

1. Qual sua idade: _____
2. Qual seu estado civil: _____
3. Mês e ano de ingresso na FURG: _____
4. Mês e ano de ingresso nos editais da Assistência Estudantil: _____
5. Quantos/as filhos/as você tem?
1 a 2 () 2 a 4 () Mais de 4 ()
6. Qual a faixa etária dos/das filhos/as?

7. Quantos/as dos/das seus/suas filhos/as são assistidos/as pela política de assistência estudantil da FURG?

8. Você conta com ajuda de alguém para compartilhar os cuidados de seus/suas filhos/as?

9. Com quem você deixa seus/suas filhos/as quando vai para as aulas/atividades na universidade?

() Sozinho/a () com companheiro/a () com familiar () com vizinho/a () creche do município () creche particular () escola () outros. Descreva _____

10. Você tornou-se mãe antes ou durante a graduação?

11. Como é a sua rotina diária? Descreva em anexo as atividades que, no geral, são desenvolvidas durante as 24 horas dos dias semanais e finais de semana.

12. Você acha difícil conciliar os estudos com a maternidade? Se sim, descreva:

13. Como concilia as atividades da Universidade com a maternidade?

14. Você já viveu alguma experiência na Universidade em que sua maternidade tenha sido questionada? Por exemplo, alguma discriminação. Se sim, descreva:

15. As obrigações da maternidade já a levaram a pensar em desistir da graduação? Descreva

16. Seu/Sua filho/a já a acompanhou nas aulas e/ou atividades na Universidade? Como foi a experiência?

17. Você considera que conhece as políticas de Assistência Estudantil voltadas às mães estudantes na FURG? Qual a sua opinião sobre elas?

18. Se você tivesse a autoridade para elaborar uma política de assistência voltada às mães estudantes na FURG, como seria? O que pretendia ou priorizaria?

O valor que você recebe com o auxílio infância, ajuda com as despesas com a criança? Justifique:

19. Como você avalia o acolhimento da Assistência Estudantil da FURG? Justifique:

20. Que tipo de ações pode ser desenvolvidas para fortalecer a permanência das mães na universidade e o vínculo entre universidade, mãe e filho?
